

MENSAGEM Nº. 47/2007.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Deputados,**

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Nobre Casa de Leis, nos termos do artigo 66, da Constituição Estadual, o anexo do Projeto de Lei que “**dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 e dá outras providências**”, conforme determina o Art. 162, da Constituição Estadual.

Este documento é a expressão do compromisso do Governo com os Cidadãos do Estado de Mato Grosso. Através dele, procuramos refletir com lealdade nossos princípios, nossos valores, nossa visão sobre o Estado e, fundamentalmente, as ações que deverão ser implementadas para um desenvolvimento mais justo e equilibrado para todos.

Este Plano Plurianual reflete a construção coletiva de um Governo que ainda amadurece no conhecimento e reconhecimento das condições de governar. Ele será como um guia, uma orientação sobre os rumos que pretendemos seguir nos próximos anos, de modo que, mesmo nos dias mais difíceis não perderemos o horizonte daquilo que pretendemos edificar neste Estado.

Onde estaremos daqui a quatro anos? Esta foi a “pergunta” durante todo o processo de elaboração do Plano Plurianual 2008-2011.

Neste momento histórico, compartilhamos com vossas Excelências, o destino de milhares de vidas que constroem cotidianamente o nosso grande Estado de Mato Grosso. Neste documento estão expressos os sonhos de prosperidade de um povo, que, durante a Campanha Eleitoral, conseguimos canalizar através da Agenda “Mato Grosso Unido e Justo”.

Este é o momento no qual a Agenda de Campanha transforma-se em um Plano de Governo, incorporando os limites fiscais e institucionais colocados para a Administração Pública Estadual.

E na oportunidade, ressaltamos o conceito de que o Plano não pode ser confundido com algo estático, petrificado, mas deve refletir a capacidade do Governo de se manter alinhado com a realidade. Sendo, para tanto, necessário revê-lo a cada ano, de modo a não permitir que o planejamento se transforme rapidamente numa visão obsoleta da realidade.

Por essa razão é que definimos uma revisão anual do PPA, que deve ser encaminhada no mesmo prazo estabelecido para Lei de Diretrizes Orçamentárias, corrigindo e atualizando nossos passos rumo à construção de um Estado mais forte.

Por muitas razões este PPA, que ora apresentamos, marca um diferencial na administração pública de Mato Grosso, seja pelo fato de termos contado, em grande parte, com a capacidade de nossos técnicos na sua elaboração, resgatando assim a auto-estima de nossos

servidores, seja pelo fato de termos aberto amplo debate com a Sociedade Civil organizada e com as outras esferas de Governo, através da realização dos 12 Fóruns Regionais de Desenvolvimento que contaram com a participação representativa de todos os municípios de Mato Grosso na elaboração de um Plano de Desenvolvimento de longo prazo para Mato Grosso, ao qual chamamos de “MT +20”, cujos trabalhos serviram de insumo para elaboração do Plano Plurianual 2008-2011 que apresentamos nesta oportunidade.

O Governo do Estado procurou fazer sua parte, incorporando elementos do MT+20 na orientação estratégica que direciona a elaboração dos programas e projetos componentes do Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011, não se limitando a sua própria área de atuação, está buscando também a convergência das outras esferas de Governo e das representações da sociedade para complementar os esforços de construção de um futuro, onde estaremos todos nós.

O esforço empreendido para a realização deste Plano fortalece nossa certeza de que não estamos sozinhos. Em todas as partes deste Estado, em todos os órgãos do Governo encontramos pessoas dispostas a assumir compromissos com o desenvolvimento para um Estado mais justo para todos.

Isso tudo torna ainda maior a nossa responsabilidade enquanto Governo, deixando claro que devemos formar uma rede de cooperação entre as esferas da Federação e todos os Poderes, envolvendo, ainda, as organizações da Sociedade Civil, para que possamos continuar a escrever uma nova história em nosso País e em nosso Estado, de modo que todos aqueles que acreditaram em nossos propósitos sintam-se reanimados em continuar buscando um futuro melhor.

Sabemos também, que este Plano avançou bastante no que se refere à integração técnico-política e temos certeza de que ele representa um processo de maturação de nosso Governo, numa busca constante de melhoria, e com a certeza de que não abandonaremos nossa pretensão de promover o desenvolvimento econômico com justiça social.

Neste momento, nos sentimos honrados em poder fazer parte desta história, onde o Governo busca a retomada de sua capacidade estratégica na definição e execução de Políticas Públicas voltadas para a solução dos problemas da sociedade mato-grossense.

Desta forma, apresentamos o Plano Plurianual 2008-2011 estruturado da seguinte forma:

I – Mensagem do Governador contendo:

- a)** a descrição da situação sócio-econômica e ambiental do Estado;
- b)** o cenário fiscal;
- c)** a análise ou visão estratégica;
- d)** os objetivos estratégicos;
- e)** as estratégias ou políticas setoriais e intersetoriais.

II – Projeto de Lei contendo:

- a)** o contexto e as disposições preliminares;
- b)** a forma de gestão do Plano;
- c)** os dispositivos para a revisão do Plano e outras providências legais pertinentes.

III – Programação para o quadriênio 2008-2011.

IV – Regionalização do Planejamento.

Esperando contar com o indispensável apoio dos Nobres Deputados na aprovação do presente projeto de lei, reitero-lhes o meu respeito e consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 30 de agosto de 2007.

BLAIRO BORGES MAGGI

Governador do Estado

Índice

1 – Mensagem.....

2 - Processo de Construção.....

3 - Sistema de Gestão do Plano.....

4 - Situação Sócio-econômica e ambiental de Mato Grosso.....

5 - Cenário Fiscal.....

6 - Orientação Estratégica de Governo.....

7 - Projeto de Lei.....

8 - Programação para o quadriênio.....

9 - Anexo de Metas e Prioridades.....

10 - Regionalização do Planejamento.....

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPA

O Plano Plurianual como instrumento de planejamento governamental

As ações do governo, quando são realizadas de forma planejada, eficiente e econômica são capazes de interferir no crescimento das riquezas, na redução das desigualdades entre pessoas e regiões. Este desenvolvimento permite a ampliação da capacidade das pessoas e empresas em contribuir e o Estado consegue realizar novos e melhores gastos e investimentos públicos.

A organização e a apresentação das ações de governo são feitas na forma de leis que recebem o nome de “instrumentos legais de planejamento”. A sua elaboração e gestão são obrigatórias, definidas pela Constituição Federal. Além da Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que “São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos”.

As reformas que vêm acontecendo no Estado brasileiro buscam fortalecer a utilização dos instrumentos de planejamento para que não tenham só a função de classificar os gastos, mas para que sirvam também para o gerenciamento das ações, reduzindo as falhas de gestão que criam dificuldades na obtenção de resultados e impactos sociais.

Os instrumentos legais de planejamento devem ser vistos como um contrato entre o Estado e a sociedade para o desenvolvimento de ações que atendam os interesses da coletividade, portanto, devem ser alvo do interesse da sociedade e de suas representações.

O Planejamento deve incluir aspectos técnicos que respondem à questão: como obter os melhores resultados com menos recursos? Mas deve incluir especialmente aspectos políticos, que são os problemas a resolver primeiro com os recursos disponíveis. A definição criteriosa, clara e transparente das ações a serem desenvolvidas permitirá o gerenciamento e o controle pela sociedade.

Entre os instrumentos legais, o Plano Plurianual (PPA) tem o papel de ser a expressão formal do caminho escolhido pelo Governo eleito pela sociedade para solucionar os problemas existentes. O PPA é a base do sistema de planejamento público, indicando os objetivos (estratégicos e dos programas), as ações, os bens e serviços que serão alvos dos esforços do governo no seu período de vigência.

O PPA é um Plano Estratégico de médio prazo e dá base para uma gestão também estratégica. Portanto, não deve ser apenas um instrumento bem escrito, bem divulgado e depois guardado. O plano deve selecionar problemas valiosos, ter viabilidade técnica (meios físicos, humanos e financeiros para a execução), política (liderança) e conferir transparência na relação com a sociedade. O Plano é elaborado no primeiro ano de mandato do governante e, após aprovação no Legislativo, terá vigência nos próximos três anos da gestão atual e no primeiro ano da gestão seguinte. O projeto de lei deve ser enviado ao Legislativo até o dia 30 de agosto do primeiro ano de governo.

O conteúdo e a estrutura do Plano devem apresentar a percepção dos problemas do ponto de vista dos governantes, visão que foi aprovada pelo voto. Este ponto de vista é demonstrado nos cenários sócio-econômico e fiscal, nas suas opções expressas nos Objetivos

Estratégicos e Estratégias setoriais ou intersetoriais. As estratégias ou desafios são materializados através de programas ou conjuntos de programas que fazem a integração das diretrizes estratégicas com os demais instrumentos de planejamento.

O Plano Plurianual e a participação popular

A organização da vida política e social de um país é definida por sua Constituição e a participação social na elaboração e gestão dos Planos e Programas dos governos nasce do direito e do dever de influenciar e controlar as decisões governamentais, garantidos pela Constituição Federal, principalmente nos temas sociais (artigo 204, inciso II) e ambientais (artigo 225) As principais formas de participação social têm sido os conselhos e as audiências públicas. As Conferências e Fóruns sobre diferentes assuntos também têm sido usados como forma de participação. Além disto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC101/2000) em seu artigo 48, parágrafo único, garante que a transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

A participação social e regional na elaboração do Plano Plurianual 2008 / 2011 foi garantida com a incorporação das estratégias gerais e regionais indicadas pelo Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso MT+20. Para sua construção este Plano contou com a participação na equipe técnica, composta por representantes do Estado, da Sociedade e das regiões de planejamento. Também houve participação na composição da equipe estratégica de acompanhamento da elaboração, formada por lideranças dos órgãos do Estado e entidades da Sociedade. A sociedade foi consultada diretamente na realização de uma pesquisa qualitativa sobre os problemas, perspectivas e iniciativas prioritárias, sendo a pesquisa conduzida junto a 100 formadores de opinião do Estado, dentre os diversos segmentos. Outra forma de consulta direta foram as oficinas de planejamento realizadas nas doze regiões de planejamento, formando os planos regionais de desenvolvimento do MT+20 e subsidiando as propostas de regionalização constantes no PPA.

Contudo, a participação da sociedade no Plano Plurianual não deve cessar na elaboração da proposta no Executivo. Deve continuar durante as atividades de apreciação conduzidas pela Assembléia Legislativa e também na execução dos programas e projetos e suas prestações de contas. Um Plano do setor público tem mais sucesso em sua execução quanto maior for o controle social.

O Plano Plurianual como aprendizado para a Administração Pública

Os aprendizados adquiridos ao longo da execução do PPA 2004-2007 tiveram papel determinante no processo de elaboração da proposta para o período 2008-2011. O principal avanço foi a certeza que todos os esforços metodológicos devem convergir para a articulação das dimensões técnica e política, pois o desequilíbrio em qualquer uma delas leva a dificuldades posteriores na execução. Outro aprendizado foi a importância da priorização, ainda que desgastante no nível político. A metodologia estabelecida definiu que a alocação dos recursos deveria levar em conta primeiramente as despesas obrigatórias, seguidas pelas essenciais. Os recursos restantes deveriam obedecer primeiramente às orientações estratégicas de governo, buscando associa-las às orientações estratégicas setoriais. Com estas iniciativas buscou-se elaborar um Plano com alto grau de exequibilidade.

Uma inovação importante foi a elaboração do Plano dentro do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (FIPLAN), conferindo ainda maior integração aos instrumentos de planejamento, pois a proposta orçamentária para 2008 já será extraída da proposta do PPA. Trata-se de um sistema que ainda está em implantação, com os transtornos característicos dos sistemas novos, ainda assim observou-se um enorme esforço dos técnicos dos órgãos no sentido de absorver as mudanças ao mesmo tempo em que faziam a discussão dos problemas, programas e ações que deveriam compor a proposta do PPA.

Todas estas inovações foram fundamentais, contudo destaca-se a disponibilidade do Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso MT+20 como um material muito rico para dar suporte às análises e às decisões. Foi considerado tão importante pelo governo que suas indicações compuseram a Orientação Estratégica de Governo, no entendimento de que traduz a vontade do povo mato-grossense para a construção de seu futuro. Do MT+20 foram extraídos 13 objetivos estratégicos, 53 Estratégias setoriais e intersetoriais, dezessete (17) das quais prioritárias. Esta orientação, juntamente com seus indicadores, se encontra detalhada em item específico.

Um plano é a expressão do planejamento em um dado instante, no caso o prazo legal para seu encaminhamento à Assembléia Legislativa. Contudo, é importante reforçar que o planejamento é um processo permanente e sempre sujeito às melhorias que advém da experiência e da aplicação de boas práticas indicadas pelos conceitos e teorias. Com esta visão percebe-se que a proposta de Plano Plurianual ora enviada não se encontra em estado perfeito, mas é produto de um processo de busca por melhorias contínuas dentro da Administração Pública.

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL

A premissa metodológica sobre a gestão que permeou a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011 é que os programas de governo são como unidades básicas de gerenciamento das ações integrantes do Plano Plurianual e das Leis Orçamentárias Anuais. Esta concepção incorpora as inovações introduzidas pelas Portarias nº. 42/99 e 117/98 (MPOG) e pelo Decreto 2829/98 do Governo Federal, compatibilizando o planejamento estadual com as práticas e metodologias que estão se desenvolvendo no país, a partir da experiência federal. Esta abordagem amplia as possibilidades para uma atuação mais articulada dos vários entes federativos em matéria de políticas públicas.

O programa é por, sua característica organizativa, a unidade gerencial através da qual o governo deve organizar seus meios, sempre com vistas ao alcance de seus objetivos maiores. O programa é o módulo orientador e integrador da ação de governo, é o instrumento que integra o planejamento, o orçamento, a programação e execução orçamentário-financeira, o controle, a avaliação, é nele que se operam as ações corretivas e se retroalimenta o sistema de gestão.

O processo de elaboração e coordenação da gestão do PPA 2004-2007 deu início a essas mudanças, mas ainda há muito a ser feito. A construção e consolidação desse novo modelo de gestão passam por várias mudanças a serem absorvidas pela administração pública estadual, principalmente quanto à responsabilização por ações e resultados. Iniciativas já foram realizadas neste sentido com a prestação de contas através dos Relatórios Anuais da Ação Governamental. Ainda assim o instrumento apresentou dificuldades em sua implantação, devidas a baixa responsabilização dos agentes.

Este é um desafio sobremodo grande para uma administração pública historicamente patrimonialista e clientelista, que faz uso dos meios normativos e particularidades do setor público para incluir direitos e excluir deveres, o que resulta em uma máquina administrativa fortemente burocrática, com baixa capacidade de solucionar problemas. Um, desafio desta monta não é superado em curto prazo e pressupõe um processo permanente de desenvolvimento e disseminação dos conceitos e metodologias empregado para o de planejamento e gestão.

Ainda que se disponibilizem os instrumentos e metodologias, como exigir dos agentes públicos um exercício qualificado do gerenciamento em um ambiente de baixa qualificação e alta rotatividade? Portanto, é fundamental na profissionalização do servidor público, promovendo capacitação continuada em grande escala na área de gestão de políticas públicas, ampliando e organizando as carreiras existentes no Estado, adotando avaliação de desempenho e estimulando o desenvolvimento gerencial dos atores envolvidos no ciclo de gestão.

Um passo a mais foi dado com a publicação do Decreto nº. 509, de 17 de julho de 2007, que organiza o processo de monitoramento e define a designação de responsáveis para programas e ações. Contudo, a simples emissão de normativas não dá conta da complexidade da mudança a ser introduzida, demandando orientações adicionais, coordenação e liderança. Ainda mais fundamental é que os produtos deste monitoramento sejam partes integrantes dos processos de tomada de decisão sobre a alocação de recursos, portanto demandados pelo nível estratégico de governo.

Um modelo de gestão que tenha base na obtenção de resultados deve deixar claros quais resultados deseja obter, portanto é importante o desenvolvimento da capacidade em produção e disseminação da informação pública relevante, integrando a produção de informações ao gerenciamento de programas e ações. Neste aspecto é necessário superar o conceito de que as informações que importam são apenas aquelas de alocação e execução dos recursos, mas incorporar também ao sistema indicadores que mostrem a evolução das principais variáveis sócio-econômicas e ambientais do Estado. Estes indicadores devem ser objetos de esforços em seu monitoramento e disseminação, avaliando os resultados dos esforços empreendidos com a execução das ações propostas.

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E AMBIENTAL DE MATO GROSSO

A opção pelas ações que promovam o desenvolvimento de um território só é possível a partir do conhecimento dos condicionantes sócio-econômicos e ambientais que atuam sobre ele, bem como do conhecimento das condições que ocorrem no contexto externo. Como a elaboração desta proposta para o Plano Plurianual do período 2008 a 2011 teve como base o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso – MT+20, a avaliação dos contextos interno e externo é extraída dos documentos do Plano, especialmente do Estudo Retrospectivo¹.

O documento informa que a Região Centro-Oeste, incluindo Estado de Matogrosso, participa de um processo de desconcentração espacial da atividade econômica no País. Nesse processo o Estado vem registrando uma das maiores taxas de expansão econômica, perceptível com o aumento o aumento da sua participação no produto nacional e no regional.

Nas últimas décadas o Estado apresentou um forte dinamismo econômico, sendo uma das economias estaduais que mais cresceu no país. A economia agrícola foi a grande responsável pelo dinamismo do PIB estadual, com contribuições da expansão dos cultivos de soja, algodão, milho e arroz, além de um crescimento significativo dos rebanhos, em particular o bovino. Nas suas relações com o exterior, o Estado vem alcançando saldos positivos na balança comercial sistematicamente, o que contribui com a balança comercial nacional e com o estreitamento das relações comerciais internacionais.

Ainda que a dinâmica econômica estadual venha sendo determinada pelas atividades agropecuárias, já se observa um processo de diversificação da atividade produtiva que se expressa na formação e consolidação de um conjunto complexo de cadeias produtivas. Embora alguns elos estratégicos ainda estejam localizados fora do Estado, parte relevante deles localizam-se no Estado e passa por uma intensa seqüência de adensamento do processo produtivo. A complementação das cadeias produtivas constitui um ponto crucial a ser considerado na política de desenvolvimento do Estado, considerando-se a dependência significativa de vários insumos, produtos e serviços de outros Estados da Federação. Esta dependência é uma fonte de grande vulnerabilidade quando se considera a perspectiva de longo prazo.

Relativamente à dimensão social, os indicadores de Mato Grosso registraram uma melhoria significativa na última década, com indicadores que se situam em torno da média nacional. Apesar desta melhoria, ainda são baixos quando comparados com padrões internacionais.

No que se refere aos indicadores sociais mais usuais, o Estado registra, ainda, déficits quanto às condições de saneamento básico, em particular os relativos ao esgotamento sanitário. Cabe registrar, ademais, uma significativa concentração da renda, com o Estado situando-se entre as unidades da Federação com maior desigualdade, neste particular. A desigualdade se acentua a partir da baixa escolaridade média da população que reduz as oportunidades de inserção em um mercado de trabalho mais qualificado, o que se expressa

¹ Disponível em www.seplan.mt.gov.br

na parcela relevante da população ocupada que se encontra na informalidade, ainda que este índice venha apresentando uma tendência de declínio nos últimos anos.

A pobreza, em termos relativos (comparada com a população total do Estado), vem diminuindo. Contudo quando se compara o contingente de pessoas que podem ser classificadas como pobres no início dos anos 90 com o mesmo contingente em 2000, constata-se que a redução ainda é pequena, quando se tem em vista o crescimento significativo da economia nas últimas décadas.

No que se refere à dimensão ambiental, é da maior importância considerar que o desenvolvimento econômico, na forma em que foi adotado, nas últimas décadas, caracterizou-se por atividades de impacto ao meio-ambiente e aos ecossistemas extremamente frágeis existentes no Estado. Em especial se destaca o ambiente de cerrados, onde estudos indicam os efeitos relacionados com a erosão, a compactação dos solos, a contaminação da água por agrotóxicos, as formas inadequadas adotadas nos processos de irrigação, além dos desmatamentos e queimadas que estão associados, em geral, aos avanços da fronteira agrícola e à incorporação de novas terras ao processo produtivo. Há ainda que levar em conta o conjunto de atividades que impactam a biodiversidade do Pantanal e de parte da Amazônia Legal.

Embora, no decorrer dos últimos anos, tenham se envidado esforços no sentido da minimização dos impactos através da educação ambiental, fiscalização e normatização das atividades produtivas, ainda se faz necessário aos produtores, instituições e poder público avançar na temática ambiental, através da consolidação das instituições ambientais, do severo respeito e execução das leis e do desenvolvimento de tecnologias que minimizem os impactos ambientais e sociais do crescimento econômico.

Na perspectiva dos médio e longo prazos, o grande desafio ao desenvolvimento sustentável do Estado, consiste na conciliação da continuidade do seu desenvolvimento econômico acelerado e intenso, com a inclusão social de parcela relevante da população que não se beneficiou ainda do crescimento ocorrido e o desenvolvimento do respeito às restrições ambientais. Sem a consideração e o equilíbrio entre estas dimensões estará comprometida, no longo prazo, a sustentabilidade do desenvolvimento.

Acreditamos que a ação presente garantirá uma vida digna e socialmente mais justa à população mato-grossense. Mato Grosso tem futuro. E será um futuro marcado por gerações que poderão desfrutar de suas riquezas, com respeito ao ambiente e ao seu semelhante.

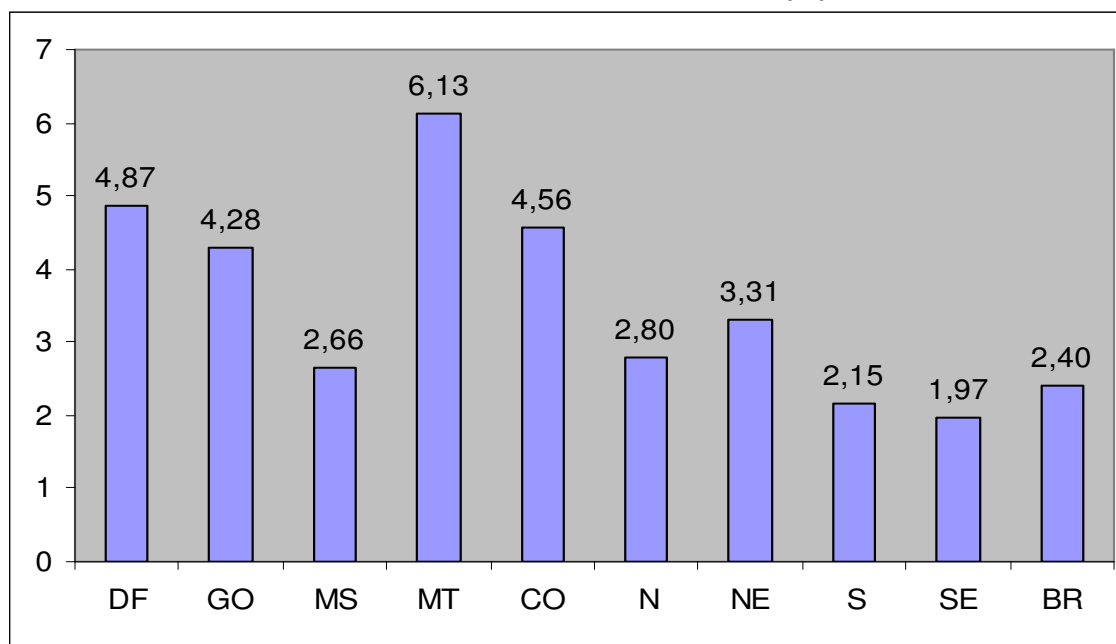
Os itens a seguir trazem informações mais detalhadas sobre cada uma das dimensões, como forma de esclarecimento acerca das opções estratégicas contidas neste Plano Plurianual.

1. A DIMENSÃO ECONÔMICA

Com relação ao dinamismo econômico, o Estado se caracteriza por constituir, nas últimas décadas, uma das economias estaduais que mais cresceu no País. Em 2004, Mato Grosso apresentou um Produto Interno Bruto – PIB de R\$ 27,9 bilhões, o que equivale a 1,6% do PIB brasileiro e 21% do produto registrado pelo Centro-Oeste. Seu produto por habitante correspondeu, em 2004, a R\$ 10,1 mil, um pouco

maior que o produto por habitante do País (R\$ 9,7 mil), porém menor que referido produto estimado para o Centro-Oeste (R\$ 10,3) ¹. Segundo projeções do PIB e da população², estima-se que em 2011, o PIB total alcance os valores de R\$ 46,5 bilhões e o *per capita* R\$ 15 mil. O Estado alcançou em 2006 exportações equivalentes a US\$ 4,3 bilhões, gerando um saldo positivo na balança comercial de aproximadamente US\$ 3,9 bilhões, sendo que no primeiro semestre de 2007, já se observava um aumento da balança comercial de 4,23% quando comparado com o mesmo período de 2006. No **Gráfico 1**, são apresentados os dados disponíveis sobre a dinâmica da economia nacional comparada com as regiões e os Estados do Centro-Oeste.

**Gráfico 1 - PIB do Brasil, Grandes Regiões e Estados do Centro-Oeste:
Taxas de Crescimento Anual 1994 - 2004 (%)**



Fonte: IPEADATA

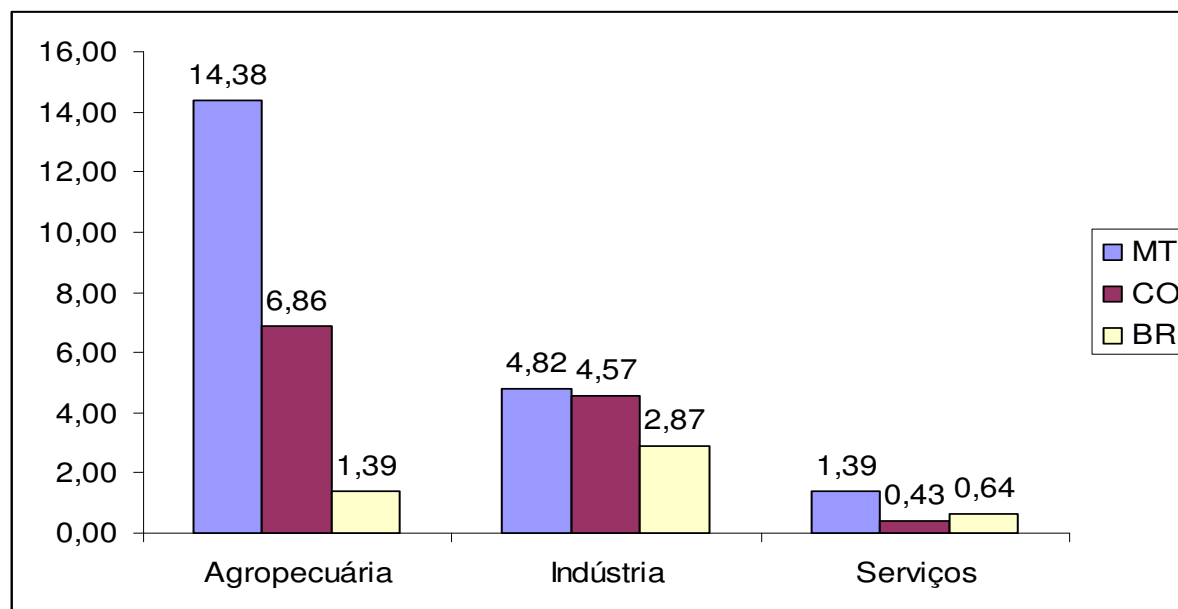
¹ Cabe observar que este valor é bastante influenciado pelo Distrito Federal cujo PIB per capita é de R\$ 19 mil. Vale dizer que este indicador do MT é superior ao verificado nos demais Estados do Centro-Oeste.

² SEPLAN/MT e IBGE.

O que se constata de imediato é a evolução diferenciada das regiões, com o Centro-Oeste destacando-se das demais regiões e da média nacional. Na análise dos Estados do Centro-Oeste observa-se que evoluíram num ritmo próximo da média da região, com exceção de Mato Grosso do Sul, que apresentou taxas de crescimento menores. Porém, Mato Grosso, afasta-se de modo significativo dos demais estados, registrando um crescimento, entre 1994 e 2004, de 6,13% ao ano, enquanto a região, em seu conjunto, apresentava uma expansão anual de 4,5%.

O gráfico 2 apresenta as taxas de crescimento anuais dos grandes setores da economia: agropecuária, indústria e serviços³. O crescimento do produto em MT foi observado em todos os grandes setores produtivos: na agropecuária, na indústria e nos serviços. Ainda que o setor agropecuário mostrasse um maior dinamismo ele se difundiu pelas demais atividades econômicas que o acompanharam, embora com menor intensidade.

Gráfico 2 - Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil: Taxas Anuais de Crescimento 1994-2004 (%).



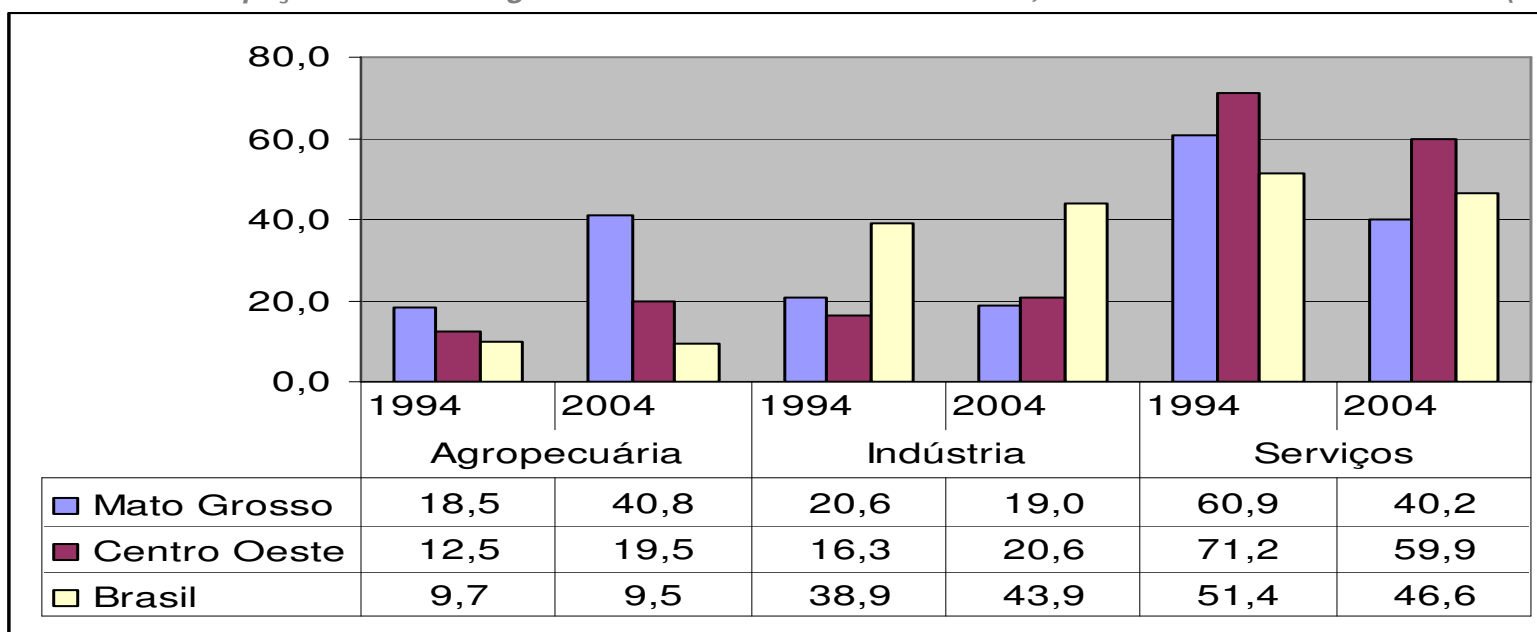
Fonte: IPEADATA

³ Na indústria estão sendo computados os produtos da indústria extrativa e de transformação, da construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública. Os serviços compreendem as atividades comerciais (atacadista e varejista) e uma grande variedade de serviços (administração pública, transporte, armazenagem, serviços mercantis de saúde e de educação, serviços pessoais, intermediação financeira e outros).

Houve um crescimento significativo da agropecuária mato-grossense em relação ao crescimento dos referidos setores no Brasil e no Centro-Oeste: a taxa de crescimento do Estado alcançou no período 14,3% ao ano, enquanto que o País registrou 1,4% e a região 6,9%. O crescimento também ocorreu nos demais segmentos produtivos do estado, todavia em menor intensidade, o setor industrial cresceu a uma taxa anual de 4,8%, apresentando-se perto dos patamares da região 4,6%, e superior à brasileira de 2,9%. No que se referem aos serviços, as diferenças são menores, Mato Grosso apresentou uma expansão anual de 1,4% que corresponde ao dobro da taxa anual apresentada pelos serviços no Brasil e o triplo da região Centro-Oeste.

A expansão da agropecuária mato-grossense registrou na última década uma expansão que equivale a dez vezes a expansão da agropecuária nacional e o dobro de vezes a agropecuária da região. Relativamente aos demais setores – a indústria e os serviços – as diferenças de intensidade são menores na comparação com o país e com a região Centro-Oeste, mas, ainda, assim são significativas em favor de Mato Grosso.

Gráfico 3 - Participação relativa dos grandes setores no PIB: Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil 1994-2004 (%)



Fonte: IPEADATA

O **Gráfico 3** apresenta a participação relativa dos grandes setores no PIB total, relativos ao Mato Grosso, Centro Oeste e Brasil nos anos de 1994 e 2004.

O dinamismo da economia estadual pode ser percebido também na participação relativa na economia nacional. Em 1994 o Estado registrava uma participação de 1,1% do PIB do País, chegando a 1,6% em 2004. A participação ainda é pequena, contudo observa-se um sistemático aumento com o passar dos anos.

Em 1994, o setor agropecuário representava em Mato Grosso, 18,5% do PIB total, enquanto que o setor industrial e de serviços, representavam 20,6% e 60,9%, respectivamente. Após dez anos, o setor de serviços cedeu 20% de participação relativa ao setor agropecuário, ou seja, em 2004, o setor agropecuário evoluiu para 40,8% do PIB total, seguido pelo de serviços com 40,2% e pelo industrial com 20,6%, que se manteve nos mesmos patamares de 1994.

1.1 O Setor Agropecuário

Examinando as diferentes atividades que integram o setor agropecuário mato-grossense, o que se percebe é um dinamismo significativo das principais culturas estaduais: a soja, o milho, o arroz e o algodão. Na **Tabela 1** são apresentadas as informações que abrangem o período de 1994 a 2007. As safras de 2005/06 e 2006/07 contam com dados preliminares e projeções respectivamente.

Os dados indicam que houve importantes avanços na produção e na produtividade das principais culturas do Estado. O algodão apresentou crescimento intenso no período, com alguns recuos entre 1995 e 1997 e queda expressiva em 2001 a 2003, recuperando-se a partir deste período. O arroz tem sua produção diminuída significativamente nos períodos de 1996/97 e de 2000 a 2003. Em 2004, a produção de algodão e arroz registra uma forte retomada, com uma leve queda do algodão em 2005, sendo que as projeções para o arroz são de queda a partir de 2005. Na produção do milho houve pouquíssimas oscilações, indicando um crescimento mais sistemático. No que se refere à soja, apenas em 95/96 foi registrada produção inferior aos dois anos imediatamente anteriores.

A taxa anual de crescimento do algodão considerando o período 1994/95 a 2006/07 foi de 25%, enquanto que a do milho e soja foi de 11,7% e 8,26% respectivamente. Todavia, o arroz durante o período, teve altas taxas de crescimento, sendo que na safra de 2004/2005 comparando com a de 1994/95 houve um crescimento anual de 18%, mas a partir da safra de 2005/06 houve uma drástica redução na produção de 2.043 toneladas para 734,3 na safra de 2006/2007, uma redução de 64%.

É importante ressaltar que o crescimento não se deu apenas através do aumento da produção, mas também em produtividade (quilos produzidos por hectares plantados).

Considerando-se o período 1994/1995 a 2006/07, a taxa anual de crescimento da produtividade do algodão chegou a 7% a.a., enquanto que o arroz de 2,5% a.a., o milho de 1,9% e a soja de 1,8% a.a. Em resumo, simultaneamente com o aumento da produção, ocorre em diferentes ritmos o aumento da produtividade, indicando um aumento na eficiência dos processos produtivos.

Tabela 1 - Mato Grosso: Evolução das Principais Culturas Agrícolas (1994/95 – 2006/07)

Ano	Algodão em caroço		Arroz		Milho		Soja	
	1000 t	Kg/ha	1000 t	Kg/há	1000 t	Kg/ha	1000 t	Kg/ha
1994/95	111,1	1.530	760,0	1.900	1.286,9	2.828	5.440,1	2.370
1995/96	94,7	1.630	842,4	1.950	1.505,7	2.679	4.686,8	2.460
1996/97	99,4	1.800	690,9	2.050	1.773,8	2.808	5.721,3	2.730
1997/98	269,2	2.450	1.018,6	2.380	1.348,4	2.552	7.150,0	2.750
1998/99	603,8	2.970	1.715,5	2.350	1.251,7	2.260	7.134,4	2.800
1999/00	872,3	3.250	1.890,8	2.800	1.467,2	2.632	8.801,2	3.030
2000/01	1.376,0	3.510	1.267,4	2.760	1.843,6	3.396	9.640,8	3.090
2001/02	1.008,8	3.225	1.215,7	2.761	2.199,8	2.978	11.733,0	3.045
2002/03	1.072,2	3.570	1.289,6	2.900	3.227,8	3.671	12.949,4	2.930
2003/04	1.584,8	3.615	1.932,2	2.860	3.446,4	3.450	15.008,8	2.864
2004/05	1.544,5	3.420	2.043,2	2.630	3.384,4	3.197	17.937,1	2.938
2005/06*	1.317,6	3.600	738,8	2.570	4.028,3	3.848	16.700,4	2.695
2006/07**	2.034,0	3.705	734,3	2.620	5.452,8	3.592	15.271,9	2.980

Fonte: MAPA/CONAB – Agricultura Brasileira em Números – Anuário 2005.

(*) dados preliminares

(**) dados estimados – sujeitos a mudança

Entre 2005 e 2006, em termos conjunturais, a agropecuária apresentou uma desaceleração de crescimento, devido à crise de liquidez e de renda do agronegócio. As crises do campo no Brasil são cíclicas e diversos fatores contribuem para situação. Podem ser citados fatores como: falta de políticas específicas para o agronegócio, falta de incentivos financeiros e fiscais, pragas e mudanças climáticas, a super-safra mundial, a valorização do real em relação às moedas internacionais, e o endividamento dos produtores. Este último fator leva a um agravante, onde fornecedores, indústria e cooperativas detêm 60% da dívida do produtor rural, sendo maioria em relação aos bancos. Desta situação decorre um “efeito em cadeia”, que gera retração no consumo de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas.

A valorização cambial é uma das principais responsáveis pelo desempenho no campo, que em 2004 representou 40% das exportações brasileiras e agora perde competitividade no mercado internacional. A crise de rentabilidade também é explicada pelo câmbio, pois o produtor comprou os insumos a determinado preço e a valorização progressiva do real dificultou a venda acima dos custos de produção, gerando o descompasso entre o plantio e a colheita e perdas de renda⁴.

Além disso, pragas e variações climáticas adversas prejudicaram mais intensamente as últimas safras. No caso da sojicultura, as perdas diretas foram da ordem de US\$ 4,5 bilhões com os efeitos da seca no sul. Com a ferrugem os prejuízos chegam a US\$ 7,8 bilhões desde que chegou ao país, em 2001, sendo que a safra 2005/2006 foi atacada pela ferrugem asiática pela primeira vez em escala nacional. Mesmo com estas dificuldades há um excesso de oferta que pressiona os preços para baixo⁵.

Dados preliminares indicam que o agronegócio em 2006 representou 26,4% do PIB brasileiro – R\$ 527,38 bilhões. Esta será a menor participação nos últimos dez anos⁶ e essa realidade influi nos demais setores econômicos, impactando inclusive a arrecadação de impostos e o desempenho dos Estados. Comparando as safras 2004/2005 e 2005/2006, o Mato Grosso perdeu 4,3% em área de plantio, resultando uma retração de 5,3% na produção. O impacto sobre a receita tributária em 2006 foi uma redução de 3,8% (comparando receita projetada e a realizada). As frustrações de arrecadação comprometeram a implementação das políticas e colocou em risco o equilíbrio fiscal. Este foi mantido à custa de contingenciamentos e contração do investimento público.

Todavia, já se observam sinais da recuperação do agronegócio. A safra 06/07, quando comparada com a 05/06, apresenta uma variação da produção (em toneladas) de 1,7%, de produtividade (kg/ha) de 7,7%. A área plantada sofreu uma redução de 5,6% (em hectares)⁷. Outro indicador de melhora é o aumento na cotação do preço da soja, motivado pelo aumento na demanda interna dos Estados Unidos por milho para a produção de etanol, substituindo as áreas plantadas com soja para a safra 2007/2008, induzindo os países da América do Sul a suprir a demanda mundial de soja.

Nas análises e projeções da OCDE⁸ sobre as perspectivas agrícolas para 2007 e 2016 também o Brasil é destaque. Destaca as perspectivas de altos preços das *commodities*, sendo que este cenário deverá manter-se na próxima década. O aumento dos preços, segundo o relatório deve-se principalmente a três fatores: (i) aumento da produção agrícola destinada aos biocombustíveis, (ii) aumento do preço da energia; e (iii) aumento da demanda interna dos países emergentes. Além disso, haverá uma maior desconcentração do mercado agrícola internacional, onde os países em desenvolvimento assumirão papel cada vez mais relevante na produção e exportação de *commodities* em detrimento dos países membros da OCDE.

⁴ Conjuntura e Planejamento (2006)

⁵ Idem.

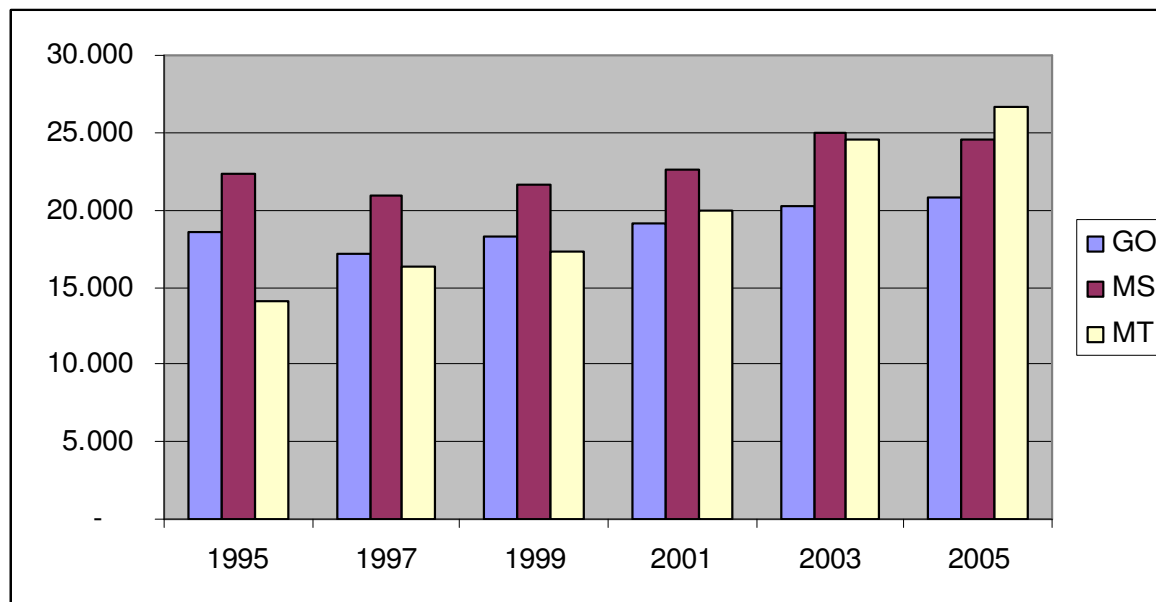
⁶ CONAB (2007)

⁷ Idem.

⁸ Relatório da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – sobre as perspectivas agrícolas entre 2007 e 2016 (Agricultural Outlook 2007-2016).

Na pecuária, o Estado de Mato Grosso registrou no ano de 2005 uma população animal de 26,6 milhões de bovinos, 390 mil de eqüinos, asininos e muares, e cerca de 368 mil ovinos e caprinos. Em 1995, o rebanho bovino registrado alcançou cerca de 14,1 milhões de cabeças e em 2005 atingiu a marca de 26,6 milhões, uma taxa de crescimento anual na ordem 6,5%. Seu crescimento, como pode ser visto no **Gráfico 4**, ocorreu de forma contínua, superando Goiás a partir de 2000, e Mato Grosso do Sul, a partir de 2004, estabelecendo-se como o maior produtor de rebanho bovino do país.

Gráfico 4 - Mato Grosso: Evolução do Rebanho Bovino – 1995/ 2005 (1000 cabeças)



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal 2005.

Considerando-se os anos extremos da série (1995-2005) o rebanho bovino de Mato Grosso e a produção de leite no período quase dobraram. Essa expansão sem dúvida, foge dos padrões convencionais e mostra o potencial do Estado para uma pecuária extremamente dinâmica.

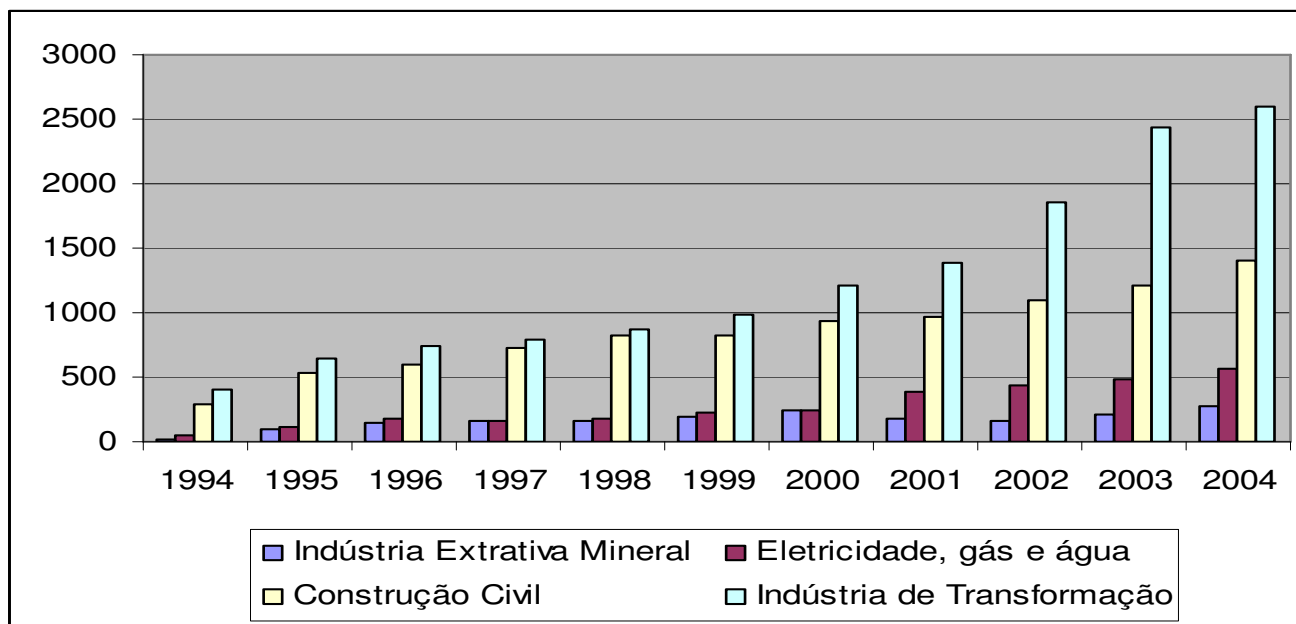
Um aspecto é que intensamente, estão presentes no Estado elos complementares de cadeias produtivas agroindustriais e que representam fatores de consolidação e diversificação de uma moderna estrutura econômica estadual. Dentre as cadeias produtivas pode-se mencionar a do couro, carne e leite vinculada à pecuária; a cadeia produtiva de soja e milho e a cadeia produtiva do algodão e do vestuário. Não estão referidas, nas considerações anteriores as cadeias produtivas (i) de aves e suínos, (ii) de fruticultura, (iii) de cana-de-açúcar e (iv) de piscicultura.

Na cadeia produtiva da cana-de-açúcar destaca-se que entre a safra de 1994/95 e a safra de 2003/04 a produção, em milhões de toneladas de cana-de-açúcar, passou de 4,9 para 14,3, correspondendo a um crescimento de 12,6% ao ano. Em 1994/95 a participação de Mato Grosso na produção da cana representava 1,7% da produção nacional (303,7 milhões de toneladas). Em 2003/04 alcançou 3,4% da produção nacional (416,2 milhões de toneladas), dobrando num intervalo de oito anos.

1.2 O Setor Industrial

Segundo a metodologia adotada na estimativa das contas regionais, o setor industrial está constituído: (i) pela indústria extrativa mineral, (ii) pela indústria de transformação, (iii) pelos serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás e água) e (iv) construção civil. Na evolução recente (1994 a 2004), o comportamento desses segmentos foi muito diferenciado quanto ao crescimento ocorrido no período. Em seu conjunto ele registrou um crescimento anual equivalente a 20,37%, relativo ao valor adicionado a preço corrente. Em 2004, a participação da indústria extrativa mineral representava apenas 1,1% do valor adicionado bruto mato-grossense em 2004, enquanto que a atividade relativa à eletricidade, água e gás representavam 2,2%, seguida pela construção civil em 5,5% e da indústria de transformação, a representação mais significativa de 10,2%. No **Gráfico 5** são indicados a evolução dos valores adicionados a preço corrente no período de 1994 a 2004, relacionados com o crescimento ocorrido nos diferentes sub-setores que integram o setor industrial de Mato Grosso.

Gráfico 5 - Mato Grosso: Evolução do Valor Adicionado a preço corrente 1994/ 2004 (R\$ milhões)



Fonte: IBGE – Contas Regionais 2004

Em termos de valor adicionado a preço corrente no período de 1994 a 2004, a indústria extrativa mineral em alguns anos apresentou uma redução de sua produção, todavia no contexto geral, apresentou crescimento seguido dos serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás e água) e da indústria de transformação que cresceram a taxas anuais relevantes. A construção civil registrou expansão mais modesta, crescendo menos que a economia estadual em seu conjunto. A indústria de transformação apresentou no período entre 1994 e 2004 uma taxa de crescimento anual de 20,36%, seguramente com seu dinamismo associado ao da agropecuária estadual. Sua contribuição foi, sem dúvida, importante para o dinamismo da economia mato-grossense.

O sub-setor de eletricidade, gás e água tem um peso relativo muito pequeno no produto estadual, contudo apresentou uma taxa anual de crescimento do valor adicionado na ordem de 27,81%. O incremento está associado com o intenso crescimento urbano ocorrido no Estado, o processo de eletrificação rural, a demanda rural e a demanda industrial de energia para sustentar uma expansão como a assinalada anteriormente.

A indústria extrativa mineral, apesar de ter contrações durante a década 1994 a 2004, apresenta uma taxa de crescimento anual do valor adicionado de 32,65%, todavia sua participação no valor adicionado bruto é muito pequena, 1,1%. A construção civil alcançou, em termos anuais cerca de 17,24% o que consiste em um crescimento foi bem superior ao médio da construção civil da região e das demais unidades federadas que integram o Centro-Oeste.

O setor industrial mato-grossense, mesmo com a evolução diferenciada dos seus segmentos, contribuiu para o dinamismo constatado, influenciado certamente pela demanda derivada de sua atividade agropecuária. Estudos recentes têm destacado o surgimento de importantes arranjos e cadeias produtivas no Estado que devem no futuro contribuir significativamente para a consolidação e o adensamento da economia estadual. Entre tais arranjos e cadeias produtivas associadas à indústria e à agroindústria estadual devem ser referidas as de madeira e móveis, aves e suínos, fruticultura, soja e milho, carne/couro e leite, algodão e vestuário e cana-de-açúcar, além da cadeia produtiva da construção civil⁹.

Ao mesmo tempo em que a presença das cadeias vinculadas à atividade agroindustrial ou industrial representa um potencial da maior relevância é importante reforçar e adensar a estrutura produtiva estadual considerando que há carências importantes em muitas dessas cadeias. Há elos faltantes e falhas de integração entre os elos existentes que estão a exigir formas adequadas de estímulos e de políticas para que a economia estadual ganhe maior competitividade no contexto regional, nacional e internacional no qual está inserida.

1.3 O Setor de Serviços

O setor de serviços compreende: (i) o comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico, (ii) os serviços de alojamento e alimentação, (iii) transporte e armazenagem, (iv) comunicações, (v) intermediação financeira, (vi) atividade imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas, (vii) administração pública, defesa e seguridade social, (viii) saúde e educação mercantis, (ix) outros serviços coletivos, sociais e pessoais e (x) serviços domésticos.

No período de 1994 a 2004, o valor adicionado – VA do setor de serviços cresceu a taxas anuais de 16,4%, menor que o setor agropecuário (acima dos 30%), e que a indústria (um pouco acima de 20%). O setor de serviços como um todo é responsável por 40,2% do Valor Adicionado bruto do Estado, verificado em 2004. Dentre os sub-setores, o mais representativo é a administração pública, defesa e

⁹ Ver SENAI. Perfil Competitivo do Estado de Mato Grosso. SENAI. Brasília. 2002. Parte relevante da descrição que segue foi retirada desta fonte. Examinar, também, SENAI – Perfil Competitivo do Mercoeste. SENAI/DN. Brasília. 2003

seguridade social (13,6%), seguido pelo comércio (8,8%), e intermediação financeira e aluguéis (4%). Os demais sub-setores apresentam participações abaixo de 2,5%.

No período compreendido entre 1994 e 2004, alguns serviços como o de comunicação (taxa de crescimento anual de 29,6%), intermediação financeira (13,78%) e comércio e reparação (12,06%) registraram taxas significativas de crescimento. Transporte e armazenagem, imprescindíveis para o escoamento da produção agrícola também registraram uma expansão significativa de 13% ao ano. Os aluguéis e serviços domésticos cresceram em torno de 20% ao ano, evoluções interessantes no período. Os demais serviços, alguns com peso relevante na estrutura produtiva local, como a administração pública, apresentaram uma expansão de 10,64%. Os serviços de saúde e educação privados tiveram expansão de 16% ao ano, não acompanhando a demanda, pois grande parte é atendida pelo governo, em suas diferentes esferas.

Ao lado dessa visão sub-setorial, é importante destacar, na análise do setor serviços a presença de cadeias produtivas que, da mesma forma que as industriais e agroindustriais anteriormente analisadas, podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Mato Grosso.

Uma das cadeias mais relevantes neste aspecto é a do turismo, sendo que no Estado, todos os elos estão presentes, tanto os principais, quanto os secundários ou auxiliares. Os elos principais destacados são: (i) os meios de hospedagem, (ii) os restaurantes, (iii) transportes, (iv) as agências de viagem (empresas promotoras, artística e cultural: esporte, negócios e eventos, turismo rural). Com relação à cadeia auxiliar, devem ser referidas as atividades de (i) planejamento e publicidade, (ii) serviços de apoio a eventos e convenções, (iii) universidades e escolas técnicas, (iv) infra-estrutura para eventos.

É crescente o fluxo de visitantes que chegam por via aérea. No final da década passada mais de 250 mil pessoas, por ano. Na Grande Cuiabá, existiam no início da década cerca de 140 hotéis, com uma oferta de 5,4 mil unidades habitacionais. De acordo com estimativas do *Convention and Visitors Bureau*, estavam disponíveis, em 2001, em Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger e Chapada dos Guimarães cerca de 6.240 leitos, dos quais 856 foram classificados com classe A, 1.306 como classe B e 4.078 como de outras classes. Na região do Pantanal, no referido ano, foram cadastradas 976 unidades habitacionais com 2.585 leitos. Com relação a agências de turismo, estavam cadastradas, no final da década passada, cerca de 116 e existiam cerca de 26 locadoras.

Entre os pólos turísticos em desenvolvimento destacam-se Cuiabá e seus arredores, Vale do Rio Araguaia e Região Amazônica. Também são pólos potenciais o Pantanal Mato-grossense, Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, Região Oeste Mato-grossense, Região Centro-Leste Mato-grossense, Vale do Araguaia Mato-grossense e Região Amazônica Mato-grossense.

Uma avaliação da cadeia de turismo realizada no estudo patrocinado pelo SENAI, considerou média a integração entre as empresas que constituem o núcleo da cadeia, baixa a integração entre elas e o mercado, baixa a articulação entre as empresas e os fornecedores e baixa, também, a integração entre as empresas e a estrutura de apoio. Dentre os desafios para consolidação da cadeia de turismo no Mato Grosso podem ser assinaladas as deficiências de infra-estrutura de acesso ao Pantanal e de linhas aéreas que tenham como destino o Estado, a ausência de mão-de-obra e sua capacitação em elos específicos da cadeia, a falta de integração entre os elos principais da cadeia, o alto custo dos pacotes regionais, o deslocamento do fluxo de turistas da região para outros pólos mais organizados.

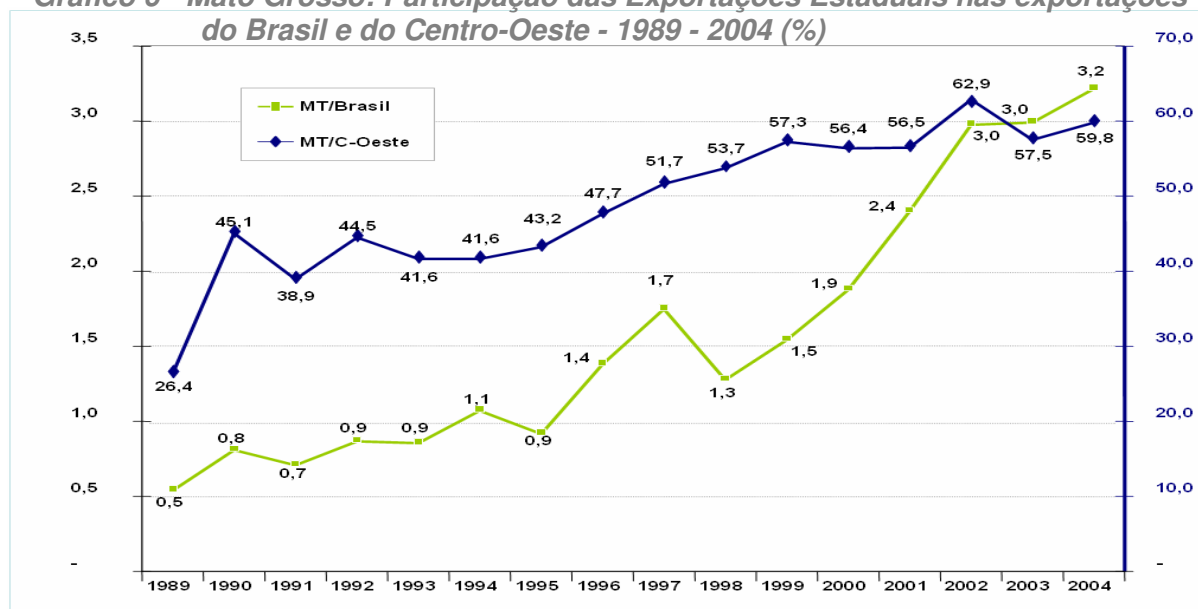
1.4 Mato Grosso e suas Relações com o Exterior

As exportações de Mato Grosso para o comércio internacional passaram, em termos de dólares correntes, de US\$ 185,4 milhões em 1989 para 4.333,5 milhões em 2006. Isto significa que neste período de 17 anos o valor corrente das exportações mato-grossenses foi multiplicado por 23,4 vezes. Isto equivale a uma taxa de crescimento de 20,35% ao ano, mostrando com clareza a intensidade da inserção da economia estadual no contexto internacional, no que se refere aos fluxos comerciais.

Quanto às importações, os valores passam de US\$ 18,3 milhões, em 1989, para US\$ 406,5 milhões, em 2006, isto é, cresceram a uma taxa anual de 20%. Não obstante o crescimento paralelo das importações, os valores absolutos são pequenos quando comparados exportações, resultando em saldos comerciais positivos e significativos em todo período.

Ainda que as exportações estaduais registrem uma pequena participação nas exportações nacionais, elas aumentam mais de seis vezes a sua participação, entre 1989 e 2004, passando de 0,5% para 3,2%. A participação nas exportações Centro-Oeste passa de 26,4% para 59,8%, duplicando sua importância relativa num intervalo de apenas 15 anos. O **Gráfico 6** ilustra a evolução.

Gráfico 6 - Mato Grosso: Participação das Exportações Estaduais nas exportações do Brasil e do Centro-Oeste - 1989 - 2004 (%)

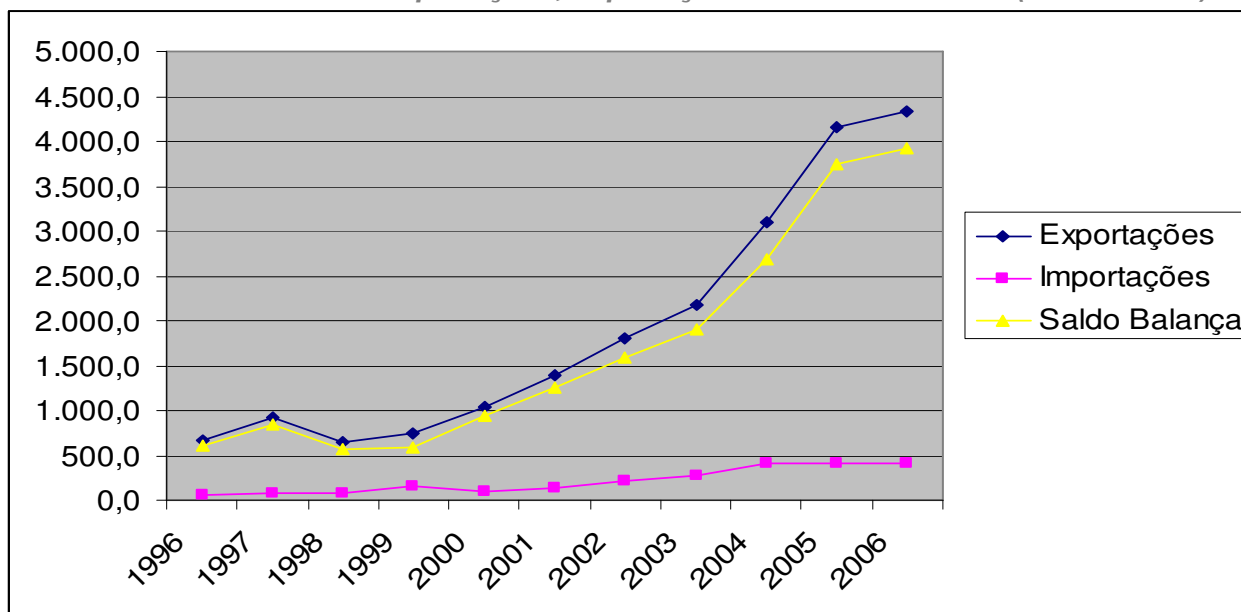


Fonte: MDIC – SECEX

No que se refere à balança comercial, já se assinalou os saldos positivos significativos, gerados pelas atividades econômicas estaduais. No último ano para o qual estão disponíveis as informações (2006), o saldo comercial alcançou US\$ 3,9 bilhões, resultado de um valor exportado de US\$ 4,3 bilhões e uma importação que alcançou apenas US\$ 406 milhões.

No **Gráfico 7** são apresentados os dados que permitem uma caracterização da trajetória recente das exportações, das importações e dos saldos comerciais do Estado. Fica patente o crescimento em ritmo intenso das exportações e dos saldos gerados, os quais, em razão do reduzido volume das importações, quase se confunde, na sua evolução, com a evolução das exportações. O Estado é, sobretudo, neste período recente, uma economia exportadora por excelência que gera saldos significativos nas suas relações com a economia mundial.

Gráfico 7 - Mato Grosso: Exportações, Importações e Saldo 1988-2004 (US\$ Milhões).



Fonte: MDIC – SECEX

Uma análise mais acurada da pauta das exportações do Estado demonstra que em grande parte está constituída de produtos de baixo valor agregado: grãos, bagaços, resíduos para a soja; madeiras serradas, cortadas, em folhas; carnes desossadas, congeladas, em pedaços e algodão simplesmente debulhado, não cardado. Esta pauta confere vulnerabilidade à economia, ainda que seja muito dinâmica,

justificando os esforços no sentido de criar condições para consolidação dos elos faltantes e estratégicos nas cadeias produtivas, sobretudo aqueles que permitem uma maior agregação de valor nos produtos exportados.

Estes esforços podem ter papel relevante tanto num processo de diversificação da pauta como na geração de renda e emprego. Neste sentido, o planejamento estratégico de Mato Grosso tem como metas a redução da participação das exportações na formação do PIB estadual de 41,9% para 35,3%, entre 2005 e 2026, a despeito de continuar crescendo até 2015, quando atinge 42,2%, em razão da maturação tardia das mudanças na estrutura produtiva do Estado e a ampliação da participação dos bens manufaturados na pauta de exportação de 14,9 % para 28%, entre 2005 e 2026, o que significa aumentar as exportações de algo em torno de US\$ 600 milhões para US\$ 3,6 bilhões em 2026.

1.5 Infra-Estrutura Econômica

A reduzida base de investimentos em infra-estrutura tem caracterizado a economia nacional há décadas e isto vem ocorrendo não só no que se refere às rodovias como ao sistema ferroviário, portuário e à produção e distribuição de energia elétrica, o que tem contribuído como o grande fator de redução do aproveitamento das potencialidades regionais.

O Estado de Mato Grosso tem uma grande importância geopolítica na formação da nacionalidade brasileira, tanto pela sua grande extensão territorial, quanto por ser uma passagem natural entre o Sudeste e o Sul de um lado, e a Amazônia do outro. Outra característica de integração é a participação, ao mesmo tempo, das bacias Amazônica e Platina, além de ser área de intenso comércio e relacionamento com os países andinos e platinos. Esta situação coloca o Estado em um papel significativo na consolidação do Brasil como País de importância continental, motivo pelo qual tem se tornado parte integrante da estratégia sócio-econômica, política, ambiental e multinacional de integração de toda a região central sul-americana.

A partir do final dos anos 80, com a expansão da agricultura local, através da atração de pequenos capitalistas, tem início o complexo agrícola-industrial da soja no Estado, ao qual, paralelamente, desenvolve-se a indústria de esmagamento desse produto.

Os níveis de produtividade da terra situam-se em patamares elevados. A topografia plana, o regime de chuvas, perfeito para o cultivo da soja, associados com alta tecnologia dos produtores e a presença de indústrias processadoras, vêm surpreendendo com picos de produtividade de soja que chega às vezes ao dobro da média nacional. A tecnologia tem consistido no melhoramento genético de sementes e no desenvolvimento de técnicas adequadas de manejo do solo, resultado de pesquisas financiadas em grande parte com recursos dos próprios produtores. Aliás, esta tem sido uma característica do desenvolvimento econômico tanto de Mato Grosso quanto do Centro-Oeste:

os produtores têm, em geral, tomado as iniciativas necessárias ao seu desenvolvimento, assumindo compromissos que antes eram de competência do Governo, como, por exemplo, o financiamento de suas lavouras e de componentes da infra-estrutura básica¹⁰.

O deslocamento de grandes conglomerados industriais, a partir da segunda década de 80, para o Centro-Oeste e em parte para o Estado de Mato Grosso, vem se tornando uma constante: fábricas de beneficiamento de grãos e atividades integradas de criação e abate de animais, fazem parte do sucesso dessa estratégia. A existência de empresas âncora do complexo agroindustrial de grãos e carnes no Estado, ocupando posições estratégicas na sua agroindústria, e recriando ambiente competitivo, gerando economias externas e de aglomeração, vem acarretando mudanças significativas na infra-estrutura estadual¹¹.

O uso intensivo da infra-estrutura rodoviária, por não contar com uma conservação adequada às necessidades locais, acarretou em um estado de quase sucateamento na malha viária estadual, requerendo do governo mato-grossense uma maior atenção. Nesse sentido, observa-se a intenção de se realizar esforços para o asfaltamento de cerca de 6,6 mil km de rodovias consideradas prioritárias para o adensamento da economia estadual. Também são importantes os esforços no sentido da finalização da rodovia interligando a Bolívia e o Brasil, passo inicial para a integração de Mato-Grosso ao mercado sul-americano, abrangendo além desses dois países, áreas importantes do Peru, Chile, Argentina e Paraguai, esperando-se que chegue a contemplar uma população equivalente a algo em torno de 40 milhões de pessoas.

A interligação dessa rodovia, através das hidrovias Paraná-Paraguai, Araguaia/Tocantins, Teles Pires-Tapajós e do Rio Madeira, e das ferrovias Ferronorte, Novoeste, Ferroeste, Unai/Pirapora e da Chapada dos Parecis pode contribuir para tornar Mato Grosso um dos Estados mais competitivos no agronegócio dos grãos e uma das regiões mais eficientes economicamente falando, do Mercosul.

Não basta resolver a questão dos transportes, será necessário também resolver a questão da capacidade de armazenamento, considerada um dos gargalos da produção de grãos do Estado. Porém, segundo o estudo sobre o Perfil Competitivo do Estado de Mato Grosso a capacidade de armazenamento vem começando a se tornar positiva após uma série de investimentos realizados nos últimos anos, ainda que se observe a dificuldade de acesso dos pequenos e médios produtores aos armazéns e sua má distribuição (Senai: 2002 pág. 34).

No que diz respeito à produção de energia elétrica, o PLANOESTE destaca o potencial hidrelétrico do Estado, agregado em três bacias hidrográficas (Amazonas, Tocantins e Paraná), num total avaliado em 17.220 MW, o que lhe assegura um futuro de consolidação da economia estadual e de sustentação do desenvolvimento econômico.

Ao lado desse elemento dinamizador soma-se o gás da Bolívia (e o de Urucu, no Amazonas, numa etapa posterior), que impulsionarão a Termelétrica de Cuiabá, eliminando de vez o déficit energético de Mato Grosso. Existem também as intenções do plano decenal que objetiva acrescentar ao potencial instalado de produção de energia um volume de aproximadamente 1.500 MW, a serem disponibilizados por várias hidrelétricas em construção, como a de Manso e a Pantanal Energia.

¹⁰ FOLHA DE SÃO PAULO, 6/4/1997, 1/12

¹¹ CASTRO & FONSECA: IPEA, 1995, pp. 79-82

a) A infra-estrutura de Transportes

Em análise do setor (1999), o PLANOESTE¹² destacava a insuficiência da logística do Centro-Oeste como um dos fatores que mais contribuía para impedir o bom desempenho do setor produtivo regional. O documento ressaltava a condição precária das rodovias e salientava a falta de ações concretas para promover a integração multimodal do transporte através de hidrovias e ferrovias, embora esses temas fizessem parte dos planos oficiais, que identificavam os grandes corredores de transporte necessários para impulsionar o desenvolvimento regional.

Pesquisa patrocinada pela Confederação Nacional do Transporte – CNT¹³ (em 2005) revela que, dos 12,6 mil quilômetros de rodovias federais e estaduais analisadas na Região Centro-Oeste, mais de 2/3 (77,4%) foram classificadas como deficientes. Estas, somadas aos 11,4% indicadas como ruins e ao 1,5% como péssimas resulta que 90,7% das estradas encontram-se em situação carente (ver **Tabela 2**). Para chegar a esta classificação o estudo levou em consideração vários critérios, entre eles a pavimentação, a sinalização e a geometria da via¹⁴. Essa situação de precariedade é uma constante em todas as unidades federativas da Região, embora assumam aspectos menos dramáticos no Distrito Federal, onde praticamente a metade das rodovias está classificada como de boa qualidade (49,2%).

Em Mato Grosso a gravidade da situação das rodovias examinadas mostra um quadro mais desfavorável, onde 3,2 mil quilômetros de um total de aproximadamente 3,7 mil km da malha rodoviária estadual (85,5%) são classificadas como deficientes. Das estradas restantes 9,3% são consideradas ruins 5,2 como péssimas. Essa situação assume contorno dramático quando se leva em conta que Mato Grosso é o maior produtor de grãos da região, responsabilizando-se em 2003 por 47,9% do volume produzido, computando mais da metade da produção da soja (55,2%) e por 72,2% da produção do arroz do Centro-Oeste, segundo dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE.

¹² Secretaria Especial de Políticas Regionais (SEPPE) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste (PLANOESTE). Brasília: 1999.

¹³ CNT - Pesquisa Rodoviária 2005 (<http://www.cnt.org.br>)

¹⁴ “A geometria de uma rodovia é definida pelo traçado do seu eixo em planta e pelos seus perfis longitudinal e transversal. Para haver qualidade da rodovia em relação a esse critério, a geometria viária deverá ser a mais uniforme e homogênea possível, sendo, assim, capaz de satisfazer as sensações de conforto, segurança e fluidez dos usuários. Características geométricas inadequadas podem ser causa de acidentes, de limitações da capacidade de tráfego das rodovias e aumento dos custos operacionais” Extraído da metodologia da pesquisa de 2005 da CNT. Os critérios adotados classificam as rodovias em ótimas, boas, deficientes, ruins e péssimas.

Tabela 2 - Centro-Oeste: Classificação da Situação das Rodovias - 2005

Região/Classificação	Extensão pesquisada (km)	%	Rodovias
Mato Grosso	3.694	100,0	
Deficiente	3.161	85,5	BR-070, BR-163, BR-174, BR-364, MT-246, MT-343, MT-358.
Ruim	344	9,3	BR-158
Péssima	189	5,2	MT-320
Centro-Oeste	12.610	100,0	
Ótima	22	0,2	
Bom	1.201	9,5	
Deficiente	9.756	77,4	
Ruim	1.442	11,4	
Péssima	189	1,5	

Fonte: Confederação Nacional do Transporte - Pesquisa Rodoviária - 2005

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab realizou um importante estudo sobre as rodovias que transportam produtos voltados para exportação. Identificaram-se gargalos e pontos de estrangulamento em trechos estratégicos das rodovias que interessam ao escoamento da produção do Centro-Oeste. Dentre estas recebe destaque a BR 163, considerada como a que apresenta maior necessidade de recuperação, servindo fundamentalmente ao Estado de Mato Grosso e em menor extensão ao Mato Grosso do Sul. De igual modo a BR 364, também servindo majoritariamente a Mato Grosso e em menor escala a Goiás. Segundo a Conab essas estradas são estratégicas para o escoamento da produção e necessitam tratamento prioritário. Estas rodovias atravessam alguns dos mais dinâmicos municípios da área de fronteira agrícola do Estado de Mato Grosso.

Também importantes são as rodovias MT 170 que liga Aripuanã a Brasnorte e a MT 319 que interliga Juruena e a divisa com Rondônia, passando por Juína. Essa ligação com cerca de 650 km, conhecida como Rodovia Transmadeireira, faz um recorte por dentro da

floresta e contou com a colaboração das empresas madeireiras para sua instalação. Destacam-se ainda as MT 130, 270, 246 e 220, algumas das quais permanecem intransitáveis no período das chuvas por falta de manutenção.

O trabalho sobre o perfil competitivo de Mato Grosso realizado pelo Senai informa que, além da malha viária pavimentada já existente, existem pouco mais de 26 mil quilômetros de rodovias no Estado, das quais quase 2/3 não são pavimentadas e aproximadamente 6,6 mil km estão planejadas para entrar em obras nos próximos anos, o que certamente irá contribuir para adensar a rede rodoviária estadual¹⁵.

O PLANOESTE indica os complexos modais que devem ser contemplados em cada uma das dimensões referentes à plataforma logística, destacando como fundamentais para o desenvolvimento do Centro-Oeste quatro grandes sistemas de transporte, com ênfase nas interligações das ferrovias, rodovias, os terminais, portos, hidrovias, a perenização de travessias e, finalmente, os aeroportos, a saber:

- O que engloba as rodovias BR 364 e BR 070, a ferrovia Ferronorte e a Hidrovia do Rio Madeira, contemplando os estados de Mato Grosso e Goiás, na Região, além dos estados de Rondônia e Acre na Região Norte;
- O constituído pelas rodovias BR 153, BR 226 e BR 010, pela Ferrovia Norte-Sul e pelas Hidrovias Araguaia-Tocantins e Teles Pires-Tapajós, abrangendo com maior dimensão os estados de Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal;
- O que engloba as rodovias BR 060 e BR 163, as ferrovias Novoeste e Ferroeste e a Hidrovia Paraná-Paraguai, que contempla áreas significativas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além dos estados do Paraná e São Paulo, e que ligará o Mato Grosso ao Atlântico, desde o porto de Cáceres ao porto de Nueva Palmira, no Uruguai, com as alternativas ferroviárias para o Pacífico, a partir de Corumbá via Santa Cruz de La Sierra/Salta ou a partir do porto de Resistência na Argentina até Antofagasta no Chile (Senai: 2002, p. 36);
- O complexo multimodal de transporte constituído pelas rodovias BR 060 e BR 070, e pela ferrovia Unai-Pirapora, permitindo a interligação do Centro-Oeste ao Porto de Tubarão (Vitória - ES) e ao Nordeste;

Tem sido grande o esforço do governo estadual em suprir as necessidades com transporte, com o investimento da ordem de R\$ 1,03 bilhão entre 2003 e 2006 (recursos do Tesouro Estadual). Os investimentos foram direcionados para estradas, pontes, aquisição e recuperação de equipamentos rodoviários, redes de energia, iluminação e abastecimento de água, entre outros. Entre as alternativas encontradas para o financiamento destacam-se: a criação de consórcios, a parceria com produtores rurais e prefeituras e a renegociação de contratos que permitiram redução dos custos em até um terço do valor praticado até então.

A maior parte destes investimentos (cerca de R\$ 760 milhões) foi aplicada na pavimentação de 2.673 km de rodovias e vias urbanas, bem como na restauração e conservação de 8.485 km de rodovias asfaltadas. Logo em seguida, investiu-se no patrolamento (84.891 km) e cascalhamento (11.571 km) de estradas estaduais, num total de R\$ 119 milhões. Entre 2003 e 2006 também foram investidos

¹⁵ SENAI: 2002, p. 35

R\$ 83 milhões na construção de pontes de concreto (38), novas pontes de madeira (813) e reforma de 460 pontes existentes. Isto resulta em uma extensão de 32,27 quilômetros, sendo contempladas as 12 regiões de planejamento do Estado.

Além das rodovias, mais de R\$ 43 milhões foram aplicados na construção ou reforma em obras que atenderam 89 municípios com benefícios diretos para a população. Os benefícios foram para a prática de esporte (quadras, piscinas, estádios e mini-estádios), para a melhoria das condições de vida (rede de abastecimento de água, de energia elétrica e iluminação pública), para melhoria da educação (escolas, bibliotecas e centros de treinamento) ou simplesmente para o lazer.

O Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso - MT+20 estabelece as seguintes Metas para superar os estrangulamentos com infraestrutura ao longo dos próximos 20 anos:

- Ampliação do percentual da malha rodoviária do Estado classificado como em bom estado de conservação de 12,5% para cerca de 41%, entre 2005 e 2026, passando pela marca de 20% em 2015;
- Expansão da malha rodoviária do estado de 23,4 mil km, em 2005, para 28,5 mil km em 2026, o que corresponde à construção de 5100 km de rodovias no período, ou uma média de 255 km/ano;
- Expansão da rede ferroviária em 500 km, até o ano de 2010, e cerca de 1500 km até 2026;
- Expansão da malha hidroviária do Estado até alcançar a marca de 2000 km em 2026, e envolver, entre outros, os Rios Teles Pires, Araguaia e Paraguai;
- Implantação até o ano de 2026 de 10 novos sistemas de embarque e desembarque de cargas (portos e terminais) na rede de hidrovias do Estado;
- Expansão da rede de aeroportos, passando 01 aeroporto internacional em 2005 para 02 internacionais e 02 regionais em 2026.

b) A rede armazenadora de grãos

Para a análise da capacidade armazenadora do Estado, foram reunidos dados da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab sobre a disponibilidade da capacidade armazenadora e sua evolução segundo as regiões brasileiras. A capacidade de armazenamento foi comparada com a produção de grãos registrada pelo IBGE, embora uma avaliação mais acurada exigisse o levantamento da situação dos armazéns, de seus índices de utilização, das condições de operação e localização.

De acordo com a Conab, destacam-se as microrregiões de Aripuanã e Sinop, que já em 1997 eram responsáveis por 68% da capacidade útil de armazenagem do Estado e por 37,7% da capacidade total da região. Outras regiões também apresentavam uma razoável capacidade instalada, a exemplo de Arinos (12,6% do total do Estado), Colider (11,8%) e Alta Floresta (7,7%).

Em 2005 foi verificada uma presença significativa de armazéns convencionais na ordem de 7,3 mil unidades entre 14,74 mil, (49,3% do total das unidades de armazenamento do país). Esta distribuição se deve a diversos fatores como o elevado custo para instalação de armazéns graneleiros e granelizados e de silos; a exigência de certas culturas por determinado tipo de construção de armazéns especializados e a dificuldade de obtenção de recursos por parte de pequenos e médios produtores para investimento em unidades coletoras mais elaboradas.

Considerando os dados de capacidade instalada (em 2005) e de produção de grãos (IBGE) para as safras de 2003 e 2005, os números chamam a atenção para a maior magnitude da relação capacidade/produção, tanto consideradas a região quanto cada Estado do Centro-Oeste.

Alguns especialistas em armazenagem consideram que a capacidade estática mínima exigida para se atender a uma área produtiva de grãos deve corresponder a pelo menos 65% do total da safra colhida. Baseando-se nessa premissa, observou-se que a oferta de capacidade de armazenagem na região é satisfatória, embora se identifiquem carências localizadas. Contudo, nota-se uma queda na relação capacidade de armazenagem/produção (disponibilidade de armazenagem) para o conjunto de estados e regiões produtoras de grãos, exigindo maior atenção da política agrícola para prevenir os problemas que decorrem desse aspecto.

c) A infra-estrutura de energia e de telecomunicações

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste - PLANOESTE indica como fundamental a construção de três usinas hidrelétricas e a consolidação de cinco linhas de transmissão para a Região. Ao mesmo tempo o Plano Estratégico do Mato Grosso – MT+20, aponta a necessidade de ampliação do sistema de transmissão de eletricidade com a construção de cerca de 1500 km de linhas de transmissão até 2010 e 500 km entre 2010 e 2026. Para o sistema hidro-térmico de geração de energia há uma previsão de ampliação de 1812,6 MW (2005) da capacidade instalada para 3990 MW (2015) e para 4500 MW (2026).

A análise dos dados relativos à energia elétrica em Mato Grosso no período de 1995 a 2005 revela que ocorreu incremento considerável no número de consumidores na ordem de 74,8% (446,6 mil para 780,4 mil). O aumento se torna mais relevante nas categorias rural com 334,2% (14,7 mil para 63,8 mil) e industrial com 125,2% (5,5 mil para 12,3 mil).

Segundo informações da fornecedora de energia elétrica do Estado, a REDE/CEMAT – Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A., a distribuição de energia elétrica corresponde a uma área de 906,8 mil quilômetros quadrados, beneficiando cerca de 750 mil consumidores. O fornecimento atendeu em 2005 uma população de 2.452.715 habitantes (87,5% da população estimada pelo IBGE), o que significa que cerca de 350,6 mil pessoas não tinham acesso a esse serviço.

Os dados referentes ao perfil de consumo de energia no Estado mostram um padrão diferenciado nas categorias de consumidores. Na categoria residencial o contingente se eleva enquanto o consumo de energia em Mwh se reduz, passando de 42,7% (1995) para 29,8% em 2005. Em contrapartida, o consumo rural que era de apenas 4,1% do total de energia fornecida pela companhia de eletricidade no primeiro ano do período passa para 13,9% dez anos depois.

O consumo industrial também se amplia passando de 19,8% do volume total de energia para 23,1% (um bom indicador de mercado). Algumas regiões de Mato Grosso apresentam crescimento no perfil de consumo industrial de energia elétrica. Um exemplo é a microrregião de Sinop, pelo fato de ser um pólo de industrialização de madeira e um centro de abate de gado, contando com alguns frigoríficos. Esta região teve o consumo total de energia duplicado no período 1990 a 1995, o mesmo acontecendo com a microrregião de Aripuanã, cujo crescimento se deveu à exploração da madeira, principalmente nos municípios de Castanheira e Juruena, e à implantação de uma unidade de beneficiamento de algodão no município de Juína.

Com relação às telecomunicações, há grande heterogeneidade de situações vigentes no Estado, no qual convivem áreas dinâmicas detentoras de sistemas de telecomunicação considerados satisfatórios ao lado de áreas com a presença de povoados praticamente isolados. Destacam-se os Eixos Araguaia-Tocantins e Oeste que se caracterizam por uma latente carência nesse setor, sendo necessários investimentos tanto na telefonia fixa quanto na telefonia pública, bem como na comunicação de dados e rádio.

2. A Dimensão Social

a) Dinâmica demográfica

Ao se examinar a dinâmica populacional de Mato Grosso nas últimas quatro décadas fica evidente o acelerado crescimento demográfico. De acordo com o IBGE, em 1970 a população do Estado era de cerca de 600 mil habitantes e atinge em 2004 aproximadamente 2,7 milhões de pessoas. Observa-se que a população cresceu 4,5 vezes em um período de 24 anos. O principal responsável por esse intenso crescimento foi o processo migratório, no qual o Estado de Mato Grosso recebeu população de praticamente todas as regiões brasileiras, do mesmo modo que os outros estados do Centro-Oeste.

Outro aspecto relevante é a mudança do perfil da população rural e urbana. No começo da década de 70 cerca de 61% da população total de Mato Grosso era rural e em 2000 essa participação caiu para aproximadamente 20%, ou seja uma redução de dois terços da população rural. Fatores como o aumento da produtividade nas atividades agrícolas e as forças atrativas econômicas e culturais das cidades, além da consolidação da estrutura fundiária, são fortes razões explicativas para essa redução da população no meio rural.

Analisando o fluxo de migração no Centro-Oeste percebe-se que o saldo migratório é positivo em relação ao Mato-Grosso, já que as informações do Censo Demográfico de 2000 revelam que apenas 243 mil pessoas haviam nascido no Estado e emigrado para outras regiões do País e cerca de 862 mil pessoas originárias de outras regiões que foram residir no Mato Grosso. Em 2000, cerca de 34% da população residente no Estado nasceu em outras regiões brasileiras, destacando-se como regiões de origem Sul, com uma participação de aproximadamente 43% e o Sudeste com cerca de 31%.

b) Produto Per Capita Estadual, Renda Domiciliar e Distribuição de Renda

Em 2004 o Estado de Mato Grosso abrigava uma população de 2,749 milhões de pessoas e apresentava um Produto Interno Bruto total de R\$ 27,935 bilhões, resultando em um PIB *per capita* de R\$ 10.162,00. A posição relativa do Estado no contexto nacional se traduzia no produto *per capita* equivalente a 95,7% do brasileiro (R\$ 9.729,00), sendo o nono Estado em *renda per capita* no contexto nacional. Os dados da **Tabela 3** apresentam as informações que situam o Estado nos contextos nacional e regional.

Tabela 3 - Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso: População, Produto per capita e Produto Total - 2004

Produto e população	Brasil	Centro-Oeste	Mato Grosso
Em valores absolutos			
População (em mil)	181.581,0	12.770,1	2.749,1
Produto per capita (em R\$)	9.729,0	10.394,0	10.162,0
Produto total (em R\$ bilhões)	1.766,6	132,7	27,9
Em valores relativos (Brasil)			
População	100,0	7,0	1,5
Produto por habitante	100,0	106,8	104,4
Produto total	100,0	7,5	1,6
Em valores relativos (Centro-Oeste)			
População		100,0	21,5
Produto por habitante		100,0	97,7
Produto total		100,0	21,0

Fonte: IBGE – Contas Regionais, 2004.

De acordo com o IBGE, em 2004 o contingente mato-grossense representava apenas cerca de 1,5% da população brasileira e aproximadamente 21,5% da população da região Centro-Oeste. Examinando a mesma proporção para o produto interno total, no referido ano, o Mato Grosso representava cerca de 1,6% do produto total brasileiro e 21,0% do produto total do Centro-Oeste.

Uma outra fonte de informações pode ser utilizada como complementar no exame do produto por habitante. Trata-se dos dados dos dois últimos censos demográficos trabalhados no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, referentes à renda domiciliar *per capita* e indicadores relacionados à renda, conforme apresentado na **Tabela 4**.

Os dados revelam que o Mato Grosso em 1991 apresentava uma grande concentração de renda que se agravou superando inclusive a média nacional em 2000. Ainda que tenha sido um comportamento verificado na totalidade das regiões, o Estado de Mato Grosso chama atenção quando se considera o crescimento mais acelerado da concentração de renda, já que em 1991 o índice de Gini do Estado era de 0,598, inferior ao do Brasil e em 2000 esse mesmo índice era de 0,630, superando o registrado para o País.

Tabela 4 - Indicadores de rendimento médio mensal da população: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação da Região Centro Oeste.

Brasil, Grandes Regiões e Ufs	2000		2001		2002		2003		2004	
	Renda per capita	Índice de Gini	Renda per capita	Índice de Gini	Renda per capita	Índice de Gini	Renda per capita	Índice de Gini	Renda per capita	Índice de Gini
BRASIL	297,4	0,624	225,52	0,563	246,43	0,563	268,42	0,555	359,86	0,547
Norte	180,8	0,656	131,88	0,545	144,67	0,545	153,46	0,518	286,8	0,511
Nordeste	154,87	0,667	119,11	0,574	130,72	0,574	141,58	0,564	217,7	0,569
Sudeste	389,37	0,603	290,49	0,541	315,45	0,541	340,21	0,541	419,23	0,523
Sul	341,97	0,588	262,58	0,521	290,36	0,521	332,47	0,522	466,71	0,515
CENTRO-OESTE	342,99	0,623	269,41	0,578	307,42	0,578	325,97	0,548	452,42	0,556
Distrito Federal	605,41	0,64	432,5	0,584	506,48	0,584	543,16	0,58	671,01	0,588
Goiás	285,96	0,611	223,03	0,547	235,75	0,547	272,1	0,514	383,32	0,534
Mato Grosso	288,06	0,63	254,3	0,55	287,15	0,55	282,02	0,507	444,3	0,509
Mato Grosso do Sul	287,46	0,627	237,51	0,67	278,48	0,267	291,69	0,525	377,94	0,517

Fonte: IBGE – indicadores sociais (vários anos)

Entre as unidades da Federação do Centro-Oeste o Estado de Mato Grosso aparece com o maior percentual nas duas categorias citadas anteriormente. Em 1991, as pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo representavam 15,5% do total da população do Estado (aproximadamente 314 mil pessoas). Nesse mesmo ano cerca de 38% da população do Estado tinha renda domiciliar por habitante abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo o que equivalia a 770 mil pessoas.

Em 2000 o percentual de pessoas com renda abaixo de ¼ de salário mínimo foi reduzido para 11,6% e o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a ½ salário mínimo foi reduzido para 27,8%, representando contingentes menores - 290 mil e 696 mil respectivamente

As informações relacionadas na **Tabela 4** demonstram ainda, que em 1991 o Mato Grosso registrava a menor renda domiciliar *per capita* entre as unidades da Federação que compõe a Região Centro-Oeste. Em 2000 o Estado assumia a segunda posição, com renda por habitante inferior apenas ao Distrito Federal. Mesmo com a melhoria dentro da Região, essa renda era superior apenas às das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

As informações do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil revelam ainda aspectos associados às condições de pobreza no Mato Grosso. A **Tabela 5** traz os percentuais das pessoas que, em 1991 e 2000, tinham renda inferior a ¼ e ½ salário mínimo, com valor atualizado para 2000.

Tabela 5 - Indicadores de renda e pobreza Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação selecionadas (1991 – 2000 - 2004).

Brasil, Grandes Regiões e Ufs	Pessoas com renda per capita abaixo de ¼ do salário mín. (%)			Pessoas com renda per capita abaixo de 1/2 do salário mín. (%)		
	1991	2000	2004	1991	2000	2004
BRASIL	20,3	16,4	9,0	40,1	32,9	31,8
Norte	27,1	26,3	12,2	52,6	49,3	46,5
Nordeste	40,6	32,3	21,4	67,1	56,7	60,7
Sudeste	9,6	8,2	3,0	24,3	19,7	21,1
Sul	12,1	7,9	3,8	30,8	20,5	20,7
Centro-Oeste	12,0	9,7	3,7	32,7	25,4	27,5
Distrito Federal	5,1	6,1	2,6	16,7	16,1	29,0
Goiás	12,6	9,8	3,5	35,1	26,7	29,7
Mato Grosso	15,5	11,6	4,0	38,0	27,8	20,2
Mato Grosso do Sul	12,8	10,8	4,8	35,9	28,7	27,8

Fonte: Indicadores sociais, IBGE.

Os indicadores de Mato Grosso chamam atenção pelo fato de que, apesar do seu crescimento acelerado e o aumento significativo do produto *per capita*, o Estado não conseguiu reduzir significativamente a sua população situada abaixo de $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ do salário mínimo, ainda que em termos relativos com sua população, tivesse ocorrido uma melhoria.

c) Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho foi analisado com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE de 1992 e 2005. A **Tabela 6** apresenta as estimativas da PNAD para a população ocupada, considerando a sua distribuição segundo os grandes setores. Percebe-se que a população economicamente ativa cresceu entre 1992 e 2005 aproximadamente 2,8% ao ano, alcançando em termos absolutos cerca de 1,52 milhão de pessoas em 2005. Neste mesmo período a população ocupada cresceu a uma taxa anual de 2,6% atingindo cerca de 1,4 milhão de pessoas em 2005.

Em 2005 o Estado tinha uma taxa de desemprego da ordem de 8% (121,5 mil pessoas em termos absolutos), superior à taxa de 1992 com 5,4% (57,3 mil pessoas desempregadas) o que mostra um crescimento de 5,9% ao ano no período. Em praticamente todos os setores, a população ocupada registrou taxas de crescimento positivas no período analisado, com destaque para o setor da indústria com taxas anuais de 2,8% (segmento de transformação com taxa de crescimento de 5,7% ao ano), o que praticamente dobra em termos absolutos a quantidade de pessoas ocupadas nessa atividade. O segmento da indústria denominado “diversos” teve uma redução significativa, possivelmente associada à indústria extrativa, cuja taxa de crescimento foi negativa em torno de 9,4%.

O crescimento da população ocupada no terciário foi de cerca de 2,6% ao ano durante o período, com melhor desempenho dos serviços de transporte, armazenagem e alimentação (5,8%), seguido pelo comércio (5,6%).

A agropecuária apresentou um crescimento em patamar inferior aos outros setores, em torno de 1,9% ao ano. O contingente de empregados passou de 342,6 mil em 1992 para 435,4 mil em 2005. Verifica-se ainda uma redução da participação relativa do emprego agrícola de 34,2% em 1992 para 31,1% em 2005. Destaca-se o contraste entre o crescimento constatado para as pessoas ocupadas e o crescimento econômico do setor agropecuário que, em todo período considerado registrou uma expansão significativa.

Os processos de trabalho adotados, as inovações e equipamentos incorporados à atividade produtiva e a consolidação da estrutura fundiária com a continuidade da expansão da fronteira agrícola para novas áreas, ultrapassando as fronteiras estaduais, podem ter influenciado na capacidade de absorver mão-de-obra nas atividades primárias mato-grossenses.

A distribuição da população ocupada total e em cada setor está apresentada na **Tabela 6**.

Tabela 6 - Mato Grosso: Taxa de Crescimento da População Ocupada Segundo Setores 1992-2005

Setores e Atividades	1992		2005		Taxa Anual Cresc. (%)
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	
PEA	1.058.330	-	1.521.783	-	2.8
População ocupada	1.001.002	100,0	1.400.269	100,0	2.6
Agropecuária	342.692	34.2	435.401	31.1	1.9
Indústria	151.229	15.1	215.223	15.4	2.8
Transformação	58.972	5.9	121.186	8.7	5.7
Construção	52.715	5.3	83.112	5.9	3.6
Diversas	39.542	4.0	10.925	0.8	-9.4
Terciário	488.627	48.8	682.428	48.7	2.6
Comércio e reparação	130.146	13.0	264.230	18.9	5.6
Transporte, armazenagem e comunicação	25.372	2.5	52.642	3.8	5.8
Administração pública	53.710	5.4	69.211	4.9	2.0
Educação, saúde e serviços sociais	76.111	7.6	102.649	7.3	2.3
Outros serviços	203.288	20.3	193.696	13.8	-0.4
Outras atividades	18.454	1.8	67.217	4.8	10.5
Total de desempregados	57.328	5.4	121.514	8.0	5.9

Fonte: IBGE-PNAD 1992-2005

Já a **Tabela 7** mostra os dados do emprego no setor agropecuário de acordo com a posição na ocupação. Observa-se que, no período analisado, ocorre um aumento significativo no número de empregados com carteira assinada que passa de 21,4 mil em 1992 para 157,9 mil em 2005. Este crescimento modifica inclusive a participação relativa dessa categoria no total do emprego agrícola, de 6,9% para 36,3%. Os dados são indicativos da formalização das relações de trabalho.

Na mesma Tabela, destaca-se a redução dos trabalhadores sem remuneração de 165,4 mil em 1992 para 93,3 mil em 2005, contribuindo para a redução do trabalho escravo no Estado. Também houve redução da participação relativa dos empregados classificados como “conta própria”, (maioria sem cobertura da seguridade social), e dos trabalhadores que produzem para o seu próprio consumo, sujeitos à reduzida proteção da legislação trabalhista. Somando-se essas duas últimas categorias, em 1992 temos o contingente de cerca de 145,3 mil pessoas, que representava aproximadamente 42% da mão-de-obra agrícola. Em 2005 essas mesmas categorias passaram a somar aproximadamente 173,2 mil trabalhadores diminuindo seu percentual de participação no total do emprego agrícola para 39,7%.

Chama atenção o fato das relações trabalhistas precárias persistirem no setor agropecuário, apesar da dinâmica econômica e da modernização em algumas sub-regiões do Estado.

Tabela 7 - Mato Grosso: Emprego Agrícola Segundo Posição na Ocupação 1992 e 2005

Posição na Ocupação	1992		2005	
	absoluto	(%)	absoluto	(%)
Empregado com carteira	21.410	6.9	157.940	36.3
Conta própria	79.752	25.6	103.313	23.7
Empregador	10.544	3.4	10.924	2.5
Trabalhador na produção p/ o próprio consumo	65.575	21.0	69.861	16.0
Não remunerados	165.411	53.1	93.363	21.4
Total	342.692	100,0	435.401	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 1992 e 2005.

Para a análise do grau de informalidade nas atividades industriais e de serviços (predominantemente urbanas), foram utilizados os seguintes conceitos de formal e informal:

- a) Definiram-se como integrantes do setor **informal** o seguinte conjunto de pessoas ocupadas: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, além de empregadores mais “conta própria” que não possuíam cobertura previdenciária;
- b) Consideraram-se como integrantes do setor **formal** as pessoas ocupadas constituídas pelos empregados e trabalhadores domésticos com carteira assinada, os “conta própria” (autônomos) e empregadores que possuíam cobertura previdenciária, além de todas as pessoas que estavam empregadas na administração pública.

As estimativas feitas a partir dos critérios anteriormente definidos são apresentadas na **Tabela 8**, demonstrando o grau de formalidade e informalidade em cada um dos setores e segmentos produtivos. Os critérios utilizados foram as relações percentuais entre as ocupações consideradas formais e informais sobre o total de pessoas ocupadas.

Tabela 8 - Mato Grosso: Emprego Formal e Informal nas Atividades Não Agropecuárias Valores Relativos - 1992 e 2005

Setor	1992		2005	
	Formal	Informal	Formal	Informal
Indústria	35	65	67	33
Transformação	48	52	73	27
Construção	30	70	54	46
Diversas	19	81	97	3
Serviços	49	51	61	39
Comércio e reparação	51	49	65	35
Transporte, armazenagem e comunicação	59	41	66	34
Administração pública	100	0,0	100	0
Educação, saúde e serviços sociais	74	26	96	4
Outros serviços	23	77	22	78
Outras atividades	71	29	76	24
Total	46	54	64	36

Fonte: IBGE – PNAD (microdados)

Observa-se um alto percentual de pessoas classificadas como integrantes de atividades informais no Estado, porém durante o período de 1992 a 2005 registrou-se um declínio significativo da precariedade das relações de trabalho. Do total de pessoas ocupadas em 1992, aproximadamente 54% eram classificadas como ocupadas informalmente e em 2005 do total de ocupados, cerca de 36% tinham ocupações informais, o que revela uma queda de 33%, no trabalho informal. Possivelmente esse fato está associado ao comportamento da economia do Estado no período analisado, ou seja, o intenso crescimento da atividade econômica que possibilitou a incorporação de pessoas ao mercado de trabalho através de relações mais estáveis e regulares.

A maior contribuição relativa vem do setor industrial (destaque para a indústria de transformação), que registrou uma significativa melhoria no grau de informalidade (de 48% em 92 para 73% em 2005). No que diz respeito ao setor terciário houve incremento de 24,5% no trabalho formal, proporcionando importantes reflexos no mercado de trabalho, já que este é o setor de maior peso na geração de empregos no Estado.

Em resumo houve uma melhoria no grau de formalidade das relações de trabalho nas atividades predominantemente urbanas, possivelmente decorrente da forte expansão da economia de Mato Grosso.

d) O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O índice IDH, ainda que apresente dificuldades na operacionalização, tem sido amplamente utilizado para avaliar e comparar as condições da qualidade de vida. Na **Tabela 9** está apresentada a evolução do IDH e de seus componentes, demonstrando uma melhora significativa nos indicadores sociais do País entre 1991 e 2000. No ano 2000 o IDH-M da região Sul apresentou o melhor nível, cabendo ao Sudeste a segunda marca, seguidas pelo Centro-Oeste e pela média do País (**Gráfico 8**).

São percebidas diferenças significativas entre os estados que compõem o Centro-Oeste quanto às dimensões do IDH (educação, longevidade e renda). O Distrito Federal com indicadores bastante superiores aos da média brasileira, inclusive superando as marcas das regiões Sul e Sudeste e, de outro lado, o Estado de Mato Grosso com as menores médias do Centro-Oeste. A variável na qual o Mato Grosso apresenta melhor desempenho é a da longevidade (0,740), ultrapassando a média brasileira (0,731), aproximando-se da marca regional (0,747).

Tabela 9 - Brasil e Regiões: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Total e por Dimensões (Educação, Longevidade e Renda) - 1991 e 2000.

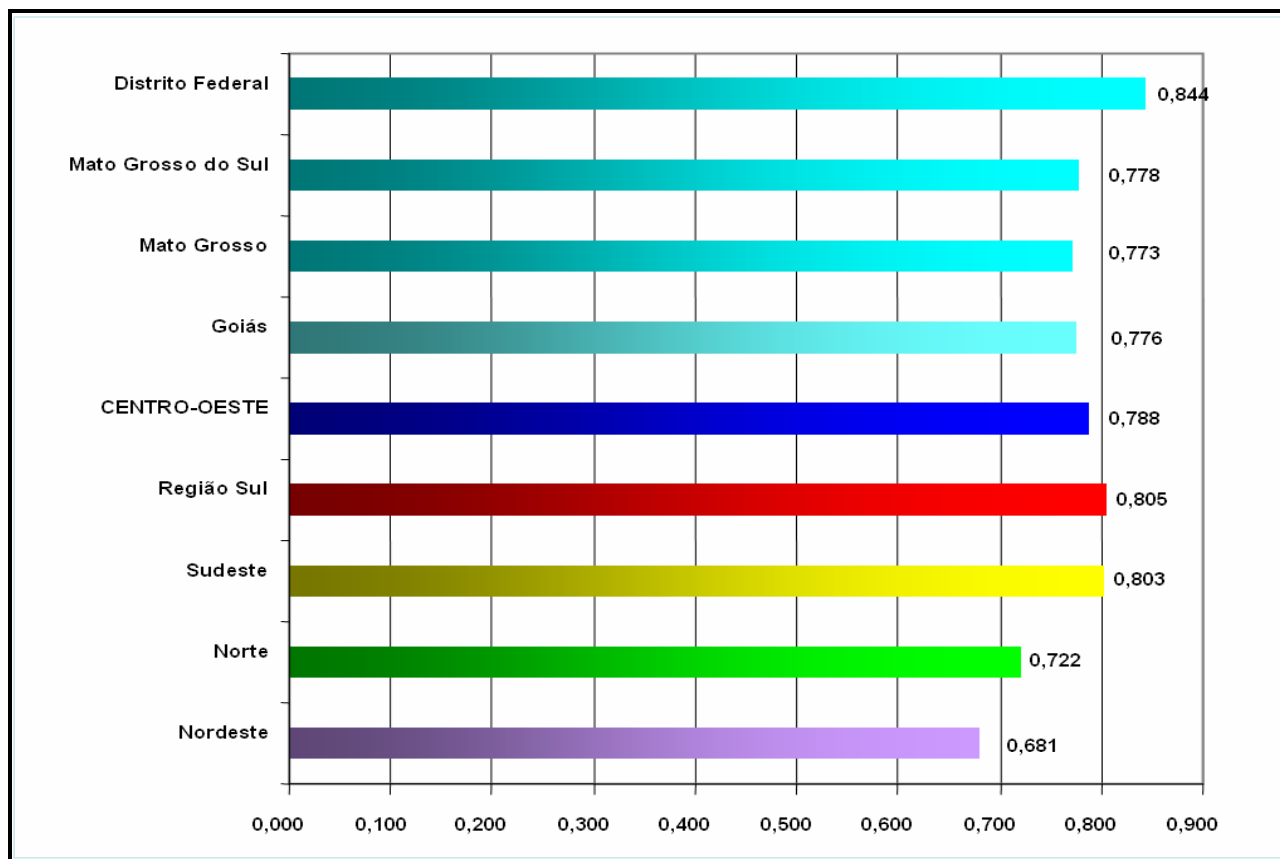
Região e UFs	IDH - M (TOTAL)		IDH – Educação		IDH - Longevidade		IDH - Renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
BRASIL	0,691	0,762	0,742	0,847	0,668	0,731	0,663	0,708
Nordeste	0,585	0,681	0,606	0,762	0,587	0,669	0,562	0,613
Norte	0,651	0,722	0,705	0,819	0,636	0,706	0,612	0,639
Sudeste	0,749	0,803	0,812	0,887	0,708	0,759	0,726	0,765
Região Sul	0,736	0,805	0,804	0,895	0,714	0,776	0,689	0,746
CENTRO-OESTE	0,717	0,788	0,778	0,877	0,682	0,747	0,690	0,739
Goiás	0,700	0,776	0,765	0,866	0,668	0,745	0,667	0,717
Mato Grosso	0,685	0,773	0,741	0,860	0,654	0,740	0,661	0,718
Mato Grosso do Sul	0,716	0,778	0,773	0,864	0,699	0,751	0,675	0,718
Distrito Federal	0,799	0,844	0,864	0,935	0,731	0,756	0,801	0,842

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – 2000

A educação mostrou uma situação até certo ponto razoável no Mato Grosso (0,860), chegando a ultrapassar em alguns pontos a média brasileira (correspondente a 0,847), e situando-se em patamar bem acima das marcas nordestina e nortista, e aproximando-se da média do Centro-Oeste (0,877), por conta do elevado indicador do Distrito Federal (0,935).

A renda foi a variável que demonstrou um desempenho mais modesto (é o que mais se distancia da unidade). Porém a marca alcançada por esse Estado (0,718) é suplantada no Centro-Oeste apenas pelo Distrito Federal (0,842). O distrito Federal tem o efeito de elevar a média regional para o índice de 0,739, maior que a marca brasileira (0,708), mais ainda é uma média menor que as do Sul (0,746) e do Sudeste (0,765). Em setembro de 2003 a ONU divulgou o IDH dos estados e cidades brasileiros (www.rankbrasil.com.br) e nele o MT aparece na 9ª posição (0,773), inferior ao do MS (0,778) na 7ª posição, e Goiás na 8ª.

Gráfico 8 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Total Brasil, Grandes Regiões, Centro-Oeste e Estados: (2000).



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2000

A seguir são aprofundadas análises relativas a algumas dimensões da qualidade de vida da população educação, saúde (fundamentalmente mortalidade infantil que representa vários aspectos), esperança de vida ao nascer e condições dos domicílios (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo).

e) As condições de educação

Na **Tabela 10** identifica-se uma melhora nos indicadores selecionados para a educação, tanto no país como um todo, quanto na Região Centro-Oeste e, no Estado de Mato Grosso. As informações do IBGE para o período de 1991 a 2005 registram uma redução nas taxas de analfabetismo, de forma mais acentuada no Centro-Oeste, com o índice de pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, passando de 16,7% para 8,9%, enquanto no País passa de 20,1% para 10,9% no mesmo período.

Quando se considera a população mais jovem, de 7 a 14 anos, se constata em Mato Grosso uma queda expressiva do analfabetismo, passando de aproximadamente 19,8% em 1991 para 7,6% em 2000. Este desempenho deve-se ao impacto do FUNDEF na universalização do ensino fundamental. Este efeito é observado no percentual das pessoas de 7 a 14 anos nas escolas, onde o Estado passou de 77,7%, em 1991, para 93,6%, em 2000. Vale salientar que no Distrito Federal esta proporção alcança em 2000 uma proporção de 97,6% enquanto a média brasileira equivale a 94,5%.

Ainda na **Tabela 10** são apresentados os dados a respeito de outros aspectos das condições de educação, entre eles o de média de anos de estudos e o de percentual de pessoas com acesso ao curso superior. Na escolaridade média constata-se um aumento pouco significativo, pois no prazo de quatorze anos, ocorreu o aumento de apenas 1,6 ano de estudo no País. Destaca-se o fato de que o Estado de Mato Grosso apontou a maior elevação na média de anos de estudo da população no período estudado, embora ainda seja em um patamar tímido (1,9 ano), mesmo assim superior à média da Região e maior que a média nacional e das regiões Sudeste e Sul, suplantando inclusive a marca do Distrito Federal, que se diferencia das demais unidades que integram a Região e de todo o país.

Em relação à proporção de pessoas com mais de 25 anos de idade que têm acesso ao curso superior, os avanços foram mais significativos, com Mato Grosso passando de 2,0% para 3,8% entre 1991 e 2000. Na região Centro-Oeste passam de 3,2% para 4,8%, patamar ainda baixo quando comparado ao Distrito Federal com 9,7% em 2000.

Tabela 10 - Brasil e Grandes Regiões: Indicadores de Educação (1991, 1997, 2000 e 2003, 2005)

Regiões	Taxa de analfabetismo ¹ (%)					Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas		Percentual de crianças de 7 a 14 anos que vão a escola		Média de anos de estudo ²					Percentual da pessoas com acesso ao curso superior ²	
	1991	1997	2000	2003	2005	1991	2000	1991	2000	1991	1997	2000	2003	2005	1991	2000
Norte	24,6	12,7	15,7	10,1	9,4	37,5	21,0	71,1	88,9	4,0	5,6	5,1	6,3	6,6	1,5	2,6
Nordeste	37,6	29,4	24,9	23,2	21,9	45,7	22,6	69,1	92,9	3,4	4,0	4,5	4,7	5	1,7	2,4
Sudeste	12,3	8,6	7,7	6,8	6,5	12,1	5,9	86,9	96,3	5,6	6,2	6,6	7,0	7,2	3,5	4,7
Sul	11,8	8,3	7,2	6,4	5,9	9,2	3,9	85,8	96,5	5,2	5,8	6,2	6,7	6,9	2,9	4,6
Centro-Oeste	16,7	12,4	10,2	9,5	8,9	17,1	6,4	83,3	95,6	5,1	5,7	6,1	6,5	6,7	3,2	4,8
Mato Grosso	19,5	14,4	11,6	10,7	9,7	19,8	7,6	77,7	93,6	4,3	5,2	5,5	6,0	6,2	2,0	3,8
Mato Grosso do Sul	16,8	12,1	10,8	9,6	9,1	16,5	6,2	81,7	95,2	4,7	5,3	5,7	6,1	6,4	2,5	4,0
Goiás	18,4	14,2	11,4	10,9	10,2	18,0	6,1	83,6	96,0	4,7	5,2	5,7	6,0	6,3	2,7	3,7
Distrito Federal	9,2	6,0	5,4	4,4	4,7	12,0	5,6	92,3	97,6	7,4	8,0	8,2	8,7	8,9	7,0	9,7
BRASIL	20,1	14,7	12,9	11,6	10,9	25,1	12,3	79,4	94,5	4,9	5,5	5,9	6,3	6,5	2,8	4,0

Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais, IBGE

Nota: 1 - população de 15 anos ou mais de idade

2 - populações de 25 anos ou mais de idade

Os dados apresentados enfatizam os desafios que ainda se apresentam ao sistema educacional tanto mato-grossense quanto regional e nacional. Em relação aos problemas, o que mais se destaca nas estatísticas e se confirma na opinião dos especialistas é o analfabetismo, principalmente no grupo de idade de 15 anos e mais. Essa questão é ressaltada tendo em vista que esse grupo representa parcela significativa de pessoas em idade produtiva e, se não for atenuada, poderá impedir a busca de oportunidades e uma melhor colocação no mercado de trabalho.

Ainda que não enfocados pela tabela analisada destacam-se os elevados índices de evasão e repetência escolar, principalmente entre jovens e adultos, gerando um descompasso entre idade e série em curso e ampliando o contingente de analfabetos. Contribuem também a estrutura precária das escolas da zona rural e insuficiente da zona urbana. Este quadro é comum à maioria dos municípios brasileiros onde faltam laboratórios técnicos e de informática, quadras e bibliotecas adequadas, material e equipamentos de apoio pedagógico.

f) As condições de saúde

Os indicadores relativos à expectativa de vida ao nascer (**Tabela 11**), mostram que em 1991 o Brasil apresentava valor correspondente a 66,0 anos para a população total. Este valor era superior às marcas anotadas para o Norte e o Nordeste, e menor do que

a do Centro-Oeste, onde o Mato Grosso detinha o indicador de 66,3 anos (menor da Região). No ano de 2005 observa-se um acréscimo (passa para 72 anos), com melhor desempenho da Região Sul (74,1 anos), seguido pelo Sudeste e Centro Oeste (73 anos cada). Mato Grosso apresenta uma evolução da expectativa de vida ao nascer passando de 66,3 anos em 1991 para 72,5 anos em 2005.

Um indicador significativo da saúde é mortalidade infantil que representa a relação entre o número de crianças que morrem antes de completar 1 ano e o total de crianças nascidas vivas em um determinado ano de referência. Este indicador tem sido utilizado historicamente como um bom parâmetro de avaliação das condições de saúde e de vida da população, configurando-se como um dos importantes elementos que servem para subsidiar o planejamento das ações e políticas de atenção à saúde dos distintos segmentos populacionais.

Nota-se na **Tabela 11** que o indicador de mortalidade infantil diminuiu sensivelmente a partir de 1980, atingindo em 1991 índices expressivamente mais baixos comparativamente ao anotado há duas décadas. Nesse ano, a taxa de mortalidade de crianças até um ano de idade atinge a marca 44,7 por mil no Brasil, reduzindo-se sucessivamente nos anos seguintes até atingir o patamar de 25,1 por mil em 2002.

Tabela 11 - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação selecionadas: Esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil (até 1 ano de idade) p/ 1000 nascidos vivos e Taxa de fecundidade (1991; 1997; 2000; 2003, 2004)

Regiões	Esperança de vida ao nascer					Taxa de mortalidade infantil (até um ano de idade)					Taxa de fecundidade				
	1991	1997	2000	2003	2005	1991	1997	2000	2002	2004	1991	1997	2000	2003	2004
Norte	65,5	67,6	68,5	70,4	71,0	50,3	35,6	34,2	27,0	25,5	4,2	3,3	3,2	2,6	2,5
Nordeste	62,7	64,8	65,8	68,3	69,0	69,7	59,0	47,5	37,2	33,9	3,8	2,7	2,7	2,4	2,4
Sudeste	67,6	69,0	69,6	72,9	73,5	31,5	25,2	22,5	15,7	14,9	2,4	2,1	2,1	1,8	1,8
Sul	68,8	70,3	71,0	73,6	74,2	26,9	22,5	17,6	16,0	14,9	2,5	2,2	2,2	1,7	1,8
Centro-Oeste	67,0	68,7	69,4	72,6	73,2	31,1	25,4	24,2	19,3	18,7	2,7	2,2	2,3	1,9	2,0
Mato Grosso	66,3	68,3	69,2	71,7	72,5	33,6	27,1	27,5	21,8	20,4	3,1	2,6	2,5	2,2	2,1
Mato Grosso do Sul	67,7	69,5	70,4	72,3	73,1	34,7	23,6	25,5	20,3	21,3	3,0	2,4	2,4	1,9	2,1
Goiás	67,2	68,8	69,6	71,9	72,8	29,5	28,6	22,5	20,0	18,8	2,6	2,1	2,2	1,7	2,0
Distrito Federal	67,5	68,5	69,0	74,1	74,8	27,4	23,2	22,7	13,6	13,9	2,3	2,1	2,0	1,9	1,9
BRASIL	66,0	67,8	68,6	71,4	72,0	44,7	36,7	30,9	24,3	22,5	2,9	2,4	2,4	2,0	2,0

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

MS/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC

MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

BGE: Estimativas demográficas; Síntese de Indicadores Sociais 1998 e 2004

(*) Dados calculados sobre a população urbana

Apesar dessa melhoria persistem de forma ainda intensa os contrastes regionais e interestaduais. Na região Centro-Oeste o coeficiente de mortalidade infantil passa de 31,1 de óbitos por 1.000 crianças nascidas vivas em 1991 para 18,7 em 2004. Esta última marca, só não é menor que as das regiões Sul e Sudeste com 14,9 mortes para cada região. É importante destacar que o Mato Grosso encontra-se com indicador de 20,4 óbitos por 1.000 crianças nascidas vivas, superando Goiás (18,8) e o Distrito Federal (13,9), embora se situando em patamares menores do que os da média nacional, das médias nordestinas e nortistas e a do Mato Grosso do Sul.

A melhoria das taxas confere maior visibilidade quanto à qualidade dos serviços ofertados à população, principalmente os relacionados ao período perinatal (da 22ª semana de gestação até menos de 7 dias do nascimento) e neonatal (do nascimento até o 28 dias). Segundo o IBGE, a taxa de mortalidade neonatal apresentou-se flutuante até o ano de 1998, demonstrando crescimento até o ano 2000, sinalizando em 2001 um decréscimo mesmo que discreto.

Os níveis de mortalidade infantil existentes no Brasil, no Centro-Oeste e, mais especificamente no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, são piores do que muitos países com níveis de renda menor que o apresentado pelo Brasil e suas regiões. O que significa dizer que a renda ou o produto *per capita* não é suficiente para explicar o atraso dos Brasil e suas regiões no que se refere aos indicadores mais usados para medir as condições de vida da população. Este quadro demandando atenção às políticas públicas de saneamento, alfabetização de mães, aperfeiçoamento e acesso às unidades de prevenção de saúde com atendimento perinatal e neonatal eficientes.

A **Tabela 11** também permite avaliar a fecundidade (número médio de filhos por mulher em idade fértil), observando-se uma redução significativa nas taxas. A taxa de fecundidade das mulheres brasileiras é relativamente baixa, correspondendo a 2 filhos por mulher em idade fértil em 2004, semelhante à marca apontada para o Estado de Mato Grosso, que juntamente com Mato Grosso do Sul é a maior da Região Centro-Oeste (2,1 filhos).

Na **Tabela 12** pode-se avaliar a evolução da assistência à saúde, observando-se que houve uma elevação considerável no número de estabelecimentos de saúde nos últimos 15 anos. Em 1990 existiam em Mato Grosso cerca de 599 unidades prestadoras de serviços passando para 1.811 em 2005, o que significa que triplicou o número de estabelecimentos.

Tabela 12 - Grandes Regiões e Estados Selecionados: Indicadores de Assistência à Saúde (1990-2005).

Discriminação	Estabelecimentos, médicos e leitos p/ internação nos estabelecimentos de saúde (público e privado)								
	1990			2002			2005		
	nº estabel.	Médicos/ 1000 hab.	Leitos/ 1000 hab.	nº estabel.	Médicos/ 1000 hab.	Leitos/ 1000 hab.	nº estabel.	Médicos/ 1000 hab.	Leitos/ 1000 hab.
Norte (*)	2654	0.46	2.15	5137	0.47	2.05	5528	0.82	1.85
Nordeste	10791	0.65	2.92	18911	0.85	2.50	22834	0.99	2.27
Sudeste	12895	1.58	4.20	24412	2.05	2.75	28371	2.28	2.44
Sul	7166	1.09	4.18	11757	1.48	3.08	13113	1.73	2.76
Centro-Oeste	2195	0.99	4.49	5125	1.33	3.05	7158	1.68	2.62
Mato Grosso	599	0.54	3.40	1346	0.73	2.99	1811	1.07	2.39
Mato Grosso do Sul	466	0.80	3.83	946	1.08	3.24	1107	1.34	2.74
Goiás	948	0.85	5.93	1968	1.13	3.33	2519	1.39	2.90
Distrito Federal	182	2.12	2.92	865	2.79	2.23	1721	3.42	2.13

Fonte: IBGE -Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária e Ministério da Saúde.

No Centro-Oeste o total de estabelecimentos de saúde passa de 2.195 (1990) para 7.158 (2005), representando um acréscimo de 3,3 vezes. Com relação ao número de Em 1990 Mato Grosso possuía em 1990 uma relação de 0,54 médicos para cada 1000 habitantes, passando para 1,07 em 2005, duplicando a relação. Houve uma redução de 29% na relação de leitos por mil habitantes, porém permanecendo próximo dos índices das demais regiões.

Um indicador interessante para a saúde é a relação dos gastos públicos com saúde comparado ao PIB de cada região e Estado, apresentado na **Tabela 13**. Em Mato Grosso houve um aumento significativo dos gastos públicos estaduais com saúde entre 2000 e 2004, atingindo 4,5 vezes o valor de 2000. Observou-se uma queda de 33% nas aplicações federais no Estado, sendo a redução observada também nas demais regiões. A tendência demonstra a política de descentralização das ações de saúde empreendida pelo Sistema Único de Saúde.

Tabela 13- Grandes Regiões e Estados Selecionados: Gasto Público com Saúde como proporção do PIB (2000-2004).

Discriminação	Gasto Público com Saúde como proporção do PIB							
	Total		Federal		Estadual		Municipal	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Norte (*)	4.74	4.74	2.54	1.85	1.62	1.99	0.58	0.90
Nordeste	4.75	5.11	3.18	2.58	0.87	1.38	0.69	1.15
Sudeste	2.46	2.88	1.27	1.17	0.47	0.77	0.73	0.94
Sul	2.29	2.54	1.36	1.17	0.37	0.55	0.57	0.82
Centro-Oeste	2.79	3.13	1.61	1.30	0.70	1.14	0.48	0.69
Mato Grosso	3.10	3.55	1.91	1.27	0.27	1.23	0.92	1.05
Mato Grosso do Sul	2.99	3.40	1.69	1.54	0.38	0.67	0.91	1.20
Goiás	3.78	3.78	2.16	1.75	1.01	1.10	0.61	0.94
Distrito Federal	1.84	2.13	1.04	0.78	0.80	1.35	-	-

Fonte: IBGE -Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária e Ministério da Saúde/SCTIE/DES - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS (gasto estadual e municipal); SE/SPO e Fundo Nacional de Saúde - FNS (gasto federal) e IBGE (PIB regional); Notas:

1. Todos os gastos apresentados são gastos públicos com saúde.
2. Valores dos gastos e do PIB em milhões de reais.
3. Veja as Notas Técnicas referentes à metodologia de cálculo dos gastos estaduais e municipais.
4. As despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde excluem, nas três esferas de governo, as aposentadorias e pensões (inativos), clientela fechadas e, no âmbito federal, o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza.
5. A partir de junho de 2004, a despesa com pessoal do Ministério da Saúde executada pelos Estados foi centralizada no Distrito Federal. Para minimizar a distorção do gasto público federal com saúde entre os Estados optou-se por contabilizar esta despesa com pessoal na rubrica "Nacional"

g) As condições dos domicílios

As condições de moradia, com respeito a serviços básicos como o fornecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo são indicadores importantes da qualidade de vida de uma população. No período de 1995 a 2005, observa-se que em alguns serviços houve melhora e em outros o aumento da demanda reduziu o atendimento relativo desses serviços. Na **Tabela 14** estão dados que permitem concluir que alguns dos serviços analisados continuam apresentando necessidade de investimentos para atingir níveis satisfatórios de cobertura da infra-estrutura básica.

Em 1995 85,5% dos domicílios do Brasil contavam com abastecimento de água encanada (rede geral, poço, nascente, reservatórios abastecidos pelas chuvas ou carro-pipa), em 2005 82,3% contavam com esse serviço.

Percebe-se um aumento da demanda em termos relativos no período que não tem conseguido manter os mesmos patamares de 1995, apresentando redução em todas as regiões, com exceção do Centro Oeste onde houve incremento de 75,2% para 78,2% e do Nordeste que se manteve no mesmo patamar (73,9%).

Tabela 14 - Indicadores de Domicílio: Brasil, Grandes Regiões e Estados Selecionados (1997 e 2003)

Regiões selecionadas	Domicílios		Domicílios com abastecimento de água com canalização interna - rede geral (%)		Esgotamento Sanitário com rede coletora ou fossa séptica (%)		Domicílios com coleta direta de lixo (%)	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Norte	1 743 210	3 709 482	55.0	54.6	8.7	52.7	53.1	73.7
Nordeste	10 264 518	13 346 023	73.8	73.9	26.8	46.5	57.8	71.9
Sudeste	17 932 212	23 773 336	93.0	91.5	83.0	87.0	86.6	94.5
Sul	6 448 893	8 378 274	90.5	84.0	48.1	76.6	91.5	87.9
Centro-Oeste	2 704 763	3 845 506	75.2	78.2	37.1	44.5	82.5	87.1
Mato Grosso	563 500	791 678	69.3	66.5	25.5	44.0	78.0	72.9
Mato Grosso do Sul	493 755	680 016	81.4	82.0	6.7	15.7	86.8	87.6
Goiás	1 191 561	1 698 103	67.8	77.0	35.9	36.6	77.2	89.1
Distrito Federal	455 947	675 709	92.0	91.0	80.2	94.3	94.7	98.2
Brasil	38 922 729	53 052 621	85.5	82.3	58.8	69.7	79.4	85.8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1995 e 2005

Dentre os Estados do Centro Oeste, verificou uma redução relativa dos domicílios com serviço de abastecimento de água, tanto no Mato Grosso, de 69,3% para 66,5% quanto no Distrito Federal, porém em patamares bem menores para este último. Em Goiás e no Mato Grosso do Sul, houve incremento na participação relativa. As causas da redução da participação relativa estão relacionadas com a expansão da fronteira agrícola para lugares com pouca infra-estrutura de serviços, o que ocasiona o surgimento de novas cidades e povoados, onde ainda há baixos níveis de investimentos em infra-estrutura de serviços básicos.

A cobertura dos serviços de esgotamento sanitário apresenta percentuais bem menos significativos em quase todas as regiões do País e especificamente no Centro-Oeste (44,5%), Nordeste (46,5%) e Norte (52,7). A média nacional alcançava 69,7% dos domicílios em 2005, considerando tanto a rede coletora de esgoto quanto as fossas sépticas. Na região Centro-Oeste, a menor proporção é a de Mato

Grosso do Sul que corresponde a 15,7% dos domicílios, enquanto que Mato Grosso figura com 44%, Goiás com 36,6% e o do Distrito Federal com 94,3%, a maior representação relativa, dada sua menor extensão e melhor qualidade de infra-estrutura.

Em 1995 o serviço de coleta de lixo, realizado especificamente por empresa pública ou privada, apresentava 79,4% dos domicílios da área urbana do país com cobertura, em 2005 atingiu um atendimento de 85,8% das residências. Em 1995 o Estado de Mato Grosso apresentava uma cobertura de 78% dos domicílios reduzindo a cobertura até 72,9% em 2005 (menor índice de acesso a esse serviço do Centro-Oeste).

3. A DIMENSÃO AMBIENTAL

O Estado de Mato Grosso contém três dos mais importantes ecossistemas brasileiros, a Floresta Tropical, os Cerrados e o Pantanal, todos com elevada biodiversidade. Além disso, no território mato-grossense se concentra parte do sistema hidrográfico do Centro-Oeste que, como já referido, contribui para a formação das principais bacias da América do Sul, a bacia Amazônica e a bacia Platina.

O rápido crescimento da economia, decorrente da forte expansão da agropecuária no território mato-grossense, tem provocado uma grande pressão antrópica sobre os três ecossistemas de Mato Grosso, com diferentes alterações do ambiente natural, na forma e na intensidade. No rastro dos grandes investimentos em estradas, que abrem o caminho para áreas até então protegidas pela dificuldade de acesso, e estimulados pelas políticas de desenvolvimento e interiorização postas em prática pelos diversos governos nacionais (crédito subsidiado e isenção de impostos), houve, nas últimas décadas uma expansão descontrolada e acelerada da fronteira agropecuária no Estado.

Como consequência direta da expansão da moderna agropecuária na região (monocultura, irrigação e mecanização intensiva), estimulando o processo migratório, o Mato Grosso vem registrando graves problemas de desmatamento (com redução dos recursos florestais e da biodiversidade), degradação de bacias ou sub-bacias hidrográficas, com o assoreamento dos rios e degradação pela carga de agrotóxicos, aumentando os conflitos pelo uso das águas, compactação e erosão do solo.

Sinais de mudanças climáticas também já começam a ser percebidas, especialmente, em algumas localidades, que registram um aumento da temperatura média, assim como a formação de “ilhas de calor”. Nos espaços urbanos também se evidenciam problemas ambientais decorrentes da acelerada aglomeração de população decorrente do êxodo rural, consequência do avanço da fronteira agrícola. As cidades não estão preparadas para o rápido movimento migratório, e não oferecem infra-estrutura satisfatória para atender às demandas por serviços de educação, saúde, energia, transporte, saneamento, segurança, entre outros.

Dos impactos produzidos pela ação antrópica na floresta amazônica destaca-se o chamado “arco de desmatamento”, provocada pelo avanço da fronteira agropecuária, com abertura de novas áreas de pastagens e de terras para a implantação de lavouras,

principalmente a da soja, produto que mais tem se expandido em terras de Mato Grosso. Nos espaços da floresta mato-grossense ainda se encontram ambientes de floresta preservado, com alto potencial biótico, com precariedade de acesso e vazios de população; mas vem crescendo as áreas de fronteira recente, com exploração de madeira e incipiente uso agropecuário.

No ecossistema de Cerrados concentra-se a maior parte das atividades agropecuárias. De acordo com os levantamentos do IBGE/INPE que serviram de base às discussões da Agenda 21 Brasileira, apenas pouco mais de 5% da vegetação originária dos Cerrados ainda está preservada. Cerca de 50% já desapareceu e no restante da área já se pode observar alguma forma de ocupação econômica.

Um dos impactos mais sensíveis no ecossistema do cerrado é o da erosão dos solos. “O desmatamento descontrolado, associado ao uso excessivo de fertilizantes e à irrigação, ocasiona perdas de solo por lixiviação e alterações físico-químicas” advertem estudos apresentados na Agenda 21 Brasileira e mostram que “a perda média de solos nas culturas de grãos nos Cerrados está em torno de 10 quilos por quilo de grão produzido (erosão eólico-hídrica). Um custo alto seja pela perda de fertilidade que determina altos custos de reposição via insumos químicos, seja pelo assoreamento e poluição das bacias hidrográficas.”¹⁶

A degradação das pastagens no cerrado constitui um problema sério, segundo estimativas, 25% dessas pastagens já se encontram em elevado estágio de degradação, resultante da erosão do solo e do empobrecimento da microfauna, que reduz a fertilidade do solo. Os recursos hídricos e a qualidade do solo também sofrem prejuízos pela utilização intensa da irrigação e o uso de agrotóxicos que contamina os rios dos cerrados.

Embora a pressão antrópica no Pantanal mato-grossense seja inferior ao processo de alteração dos cerrados, a fragilidade do seu ecossistema gera uma forte preocupação com a sustentabilidade ambiental da área. A pecuária do Pantanal tem impacto moderado sobre o ecossistema, mesmo porque deve se adaptar aos ciclos de cheia e vazante, trabalhando com escalas moderadas e técnicas tradicionais. Ainda assim existem problemas decorrentes da ampliação da área ocupada com pastagem e da utilização de ervas exóticas e não nativas, como a brachiaria africana, pondo em risco o equilíbrio ecológico.

Mas, os principais problemas ambientais do Pantanal decorrem da penetração do garimpo e dos investimentos em projetos agroindústrias, como as usinas de cana-de-açúcar. O garimpo provoca o assoreamento dos rios e compromete a produção biológica, pela utilização do mercúrio para a lavagem do ouro, poluindo as águas, se acumulando nas baías e contaminando os peixes. E as usinas de açúcar e álcool degradam a qualidade das águas do Pantanal, com os agrotóxicos e efluentes que penetram nos rios e no lençol freático. O manejo agrícola inadequado nessas atividades também acarreta a erosão do solo e o aumento de carga de partículas sedimentáveis de vários rios, ampliando o problema de contaminação com biocidas e fertilizantes.

A construção de barragens, de canais para a drenagem de terrenos, assim como o aterro de áreas alagadas para serem utilizadas na plantação levam ao assoreamento de rios e também prejudicam o desenvolvimento equilibrado da fauna aquática, como no caso das dificuldades para a piracema, que ocorre no rio Taquari.

¹⁶ MMA - Ministério do Meio Ambiente, 2001

Embora os impactos das atividades produtivas sejam significantes ao meio ambiente, não há como abrir mão delas, uma vez que o crescimento do Estado e a geração de bens e serviços para a população delas dependem. Dentre os potenciais existentes, está o da rede hidrográfica do Estado e da região onde está inserido, e que diz respeito às possibilidades de sua utilização no que se refere à geração de energia, à navegação, à piscicultura e à utilização na agricultura irrigada. Segundo Eletrobrás, o Estado não utilizava no final da década passada nem 10% do seu potencial hídrico que é de 17.500 MW. Ressalta-se também a existência, na região, de 80 milhões de hectares aptos para a produção agropecuária, dos quais uma parte relevante localiza-se em Mato Grosso; solos que embora não sejam dotados de grande fertilidade são em geral profundos e bem drenados¹⁷.

Na análise realizada sobre as cadeias produtivas mato-grossenses¹⁸ foram destacados entre outros aspectos, como pontos fortes associados à disponibilidade de recursos naturais, a grande variedade de madeira existente no Estado, o grande potencial turístico baseado na presença de recursos naturais; clima, temperatura e o potencial hídrico ideais para o desenvolvimento da piscicultura; a excelência da localização geográfica para produção de frutas em razão do clima e da insolação e solos adequados, clima favorável e quantidade de solos disponíveis à expansão da cultura da soja.

É necessário, portanto, o aproveitamento econômico do patrimônio ambiental atrelado a rigorosos mecanismos de fiscalização e controle para que a atividade aconteça segundo acordos e normas ambientais que irão garantir a sustentabilidade econômica e ambiental do Estado e do país.

No Mato Grosso um dos mecanismos que atrela aproveitamento com responsabilidade é o Zoneamento Sócio-econômico e Ecológico, definindo diretrizes de usos diferenciados dos ecossistemas e Unidades Socio-Econômico-Ecológicas, de acordo com suas características ambientais e processo de antropização, de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável.

O objetivo do ZSEE é propiciar a promoção de intervenções e ações em seu território por meio de planos de ordenação territorial, do condicionamento da propriedade à sua função social, da regionalização coordenada dos serviços e obras estaduais, da tributação, da articulação com os municípios visando estimular e coordenar seus planos urbanísticos, do incentivo e estímulos indutores das atividades privadas e da articulação e participação da sociedade.

Embora ainda não esteja exercendo plenamente seu papel de regulação das atividades humanas nos ecossistemas de Mato Grosso, o Zoneamento Sócio-Ecológico-Econômico deve ser o principal mecanismo para orientar o processo de utilização econômica do meio ambiente. O ZSEE tem como principal função definir as diretrizes de planejamento que orientem a atividade econômica no território estadual, garantindo o uso ordenado dos recursos naturais, visando e o desenvolvimento social em bases sustentáveis.

Além do ZSEE, Mato Grosso já conta, há alguns anos, com áreas legais de conservação de responsabilidade federal, além de várias unidades estaduais de conservação. Em todo o Centro-Oeste, a União conta com apenas uma Reserva biológica, que está localizada em

¹⁷ SEPPE – Secretaria Especial de Políticas Regionais e IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste (PLANOESTE). Brasília. 1999.

¹⁸ SENAI – Perfil Competitivo do Estado de Mato Grosso – Mercoeste – Mato Grosso. Brasília. Projeto Alavancagem do Mercoeste. 2002.

Mato Grosso do Sul; por outro lado, têm duas Reservas florestais, uma grande em Mato Grosso (a outra em Goiás), quatro Estações ecológicas, três das quais em Mato Grosso (a outra entre Goiás e Distrito Federal), e seis Parques ecológicos, dois dos quais em Mato Grosso (dois outros em Goiás, um dividido entre Goiás e Distrito Federal, e o outro localizado entre Mato Grosso do Sul e Paraná) ¹⁹.

Como principal destaque, fica a determinação do Governo do Estado de Mato Grosso em assumir a responsabilidade pela Gestão Florestal do Estado. Para tanto, vem trabalhando intensamente no fortalecimento da estrutura do órgão ambiental e das unidades ambientais, combatendo o desmatamento ilegal, realizando a prevenção de queimadas através da fiscalização e controle por satélite, (metodologia modelo para os outros Estados brasileiros), ampliando o banco de dados com o cadastramento de todos consumidores de produtos florestais, expandindo o contingente de fiscais ambientais para dar conta da regionalização das ações. Ao mesmo tempo executa projetos de educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, tratamento de resíduos sólidos e busca maior controle sobre a utilização dos recursos hídricos.

Um novo momento surge na gestão ambiental do Estado com o termo de compromisso, assinado pelo Governo do Estado e a Associação dos Produtores de Soja - APROSOJA, sobre o tratamento a ser dado às áreas de preservação permanente, reforçando a proibição do plantio de soja nestas áreas. O compromisso tem como meta a substituição das áreas de preservação permanente que estão com plantio de soja (hoje são 40 mil hectares) pelo reflorestamento com espécies nativas.

¹⁹ Estação Ecológica: Serra das Araras, do Iquê, do Taimã, de Águas Emendadas; Reserva Biológica: Chapada da Contagem; e Parque Nacional: de Brasília, das Emas, Chapada dos Guimarães, Pantanal Mato-grossense, Chapada dos Veadeiros, da Serra da Bodoquena.

Cenário Fiscal

O cenário fiscal é uma das etapas mais relevantes do processo de elaboração de um Plano Plurianual, pois a consistência fiscal de um plano é fundamento essencial para sua posterior execução. Assim, o cenário fiscal para a elaboração do PPA 2008-2011 está dividido em duas partes: a primeira traz uma análise da evolução das finanças públicas estaduais no período de 2000 a 2006, com enfoque nas receitas, despesas e dívidas públicas. O passo seguinte foi a projeção das receitas e despesas públicas que comporão o plano.

A Evolução das Finanças Públicas Estaduais no período de 2000 - 2006

O conhecimento adequado da situação das finanças do Estado e a mensuração precisa das contas públicas são instrumentos essenciais e imprescindíveis para a condução das políticas de governo e para a gestão responsável do setor público. Objetivando fazer uma análise mais criteriosa dos principais indicadores da política fiscal, foi organizada a seqüência desta exposição nos seguintes termos:

- | | |
|--|---|
| 1.1) Comparação entre receita prevista e realizada; | 2.4) Despesas segundo Função e sub-função; |
| 1.2) Crescimento da receita pública; | 2.5) Despesas segundo o Poder de Estado; |
| 1.3) Análise da receita pública, segundo as categorias econômicas; | 2.6) Despesas segundo a Estrutura programática; |
| 2.1) Comparação entre despesa fixada e realizada; | 3.0) Resultado Primário; |
| 2.2) Crescimento da despesa pública; | 3.1) Dívida Pública |
| 2.3) Despesas segundo Categoria econômica; | |

Para comparar os valores previstos e realizados foram utilizados os valores correntes²⁰, uma vez que o objetivo é observar a capacidade do Estado realizar suas previsões ano a ano. Já para analisar a evolução dos números ao longo do período 2000-2006, foram utilizados os valores constantes²¹. Para os valores constantes optou-se por utilizar o indicador denominado Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que corresponde à média ponderada do Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna (IPA-DI), do Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-Br) e do Índice Nacional de Custos da

²⁰ Valor corrente: expressão que designa o valor de um bem ou serviço, pelo valor da época de sua realização.

²¹ Valor constante: expressão que designa valores financeiros corrigidos, por meio de métodos apropriados, de modo a acrescentar os efeitos da inflação no período considerado e a torná-los comparáveis com os valores de um período adotado como base.

Construção (INCC), com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente. O IGP-DI utilizado é de dezembro de 2006 e corresponde aos índices da tabela 15:

Tabela 15 - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, de dezembro de 2006

Exercício	Índice de Correção	Exercício	Índice de Correção
2000	1,78380640	2003	1,185522919
2001	1,60644335	2004	1,056622257
2002	1,30275990	2005	1,038699200

Fonte: Banco Central do Brasil

O estudo refere-se ao período dos Planos Plurianuais 2000-2003 e 2004-2007, com objetivo de analisar um período mais abrangente das finanças públicas. Contudo, a opção foi por trazer somente os números referentes aos exercícios fechados, desta forma, não apresenta os dados referentes ao exercício de 2007.

Ressalta-se que, por se tratar apenas dos dados previstos e realizados²², a análise não abrange aspectos quanto à eficiência, à eficácia e à efetividade das políticas públicas implementadas pelo Estado, uma vez que somente uma abordagem mais específica de cada política pública poderá trazer dados conclusivos a esse respeito.

²²

Para a despesa realizada foi adotado o critério empenho. Entende-se por empenho o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

1.1 - Da Previsão e Realização das Receitas Públicas

A Receita pública representa o conjunto dos meios financeiros recebidos pelo governo ou por pessoas de direito público que, sem repercussões sobre seu passivo, podem dispor para atender às despesas necessárias ao cumprimento de suas funções. Para o cumprimento de suas finalidades o Estado necessita estruturar-se, ter efeitos patrimoniais e desenvolver atividades financeiras, arrecadando recursos para os dispêndios exigidos para seu funcionamento.

A previsão das receitas é de fundamental importância para o planejamento dos gastos do Estado, pois a execução da despesa está condicionada a realização da receita. A previsão de receitas é um procedimento por meio do qual se estima a arrecadação de determinada natureza de receita, sendo realizada por um modelo (fórmula matemática) que simula o comportamento de determinada arrecadação.

A receita pública do Estado de Mato Grosso foi estimada em conformidade com o art. 12 da Lei Complementar nº. 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), observando-se entre outros fatores, as normas técnicas e legais vigentes, os efeitos da variação do índice de preços e o crescimento econômico.

Uma maneira de verificar o acerto das previsões é compará-las ao que foi efetivamente realizado. Por essa razão desenvolvem-se técnicas de acompanhamento sistemático de seu comportamento mensal. Caso o ingresso de receita esteja abaixo do que foi estimado, são propostas modificações necessárias para corrigir o descompasso entre as receitas em queda e as despesas anteriormente fixadas. As receitas não realizadas implicam em atraso de alguns programas (postergação de suas ações), bem como interrupção temporária ou permanente decorrentes dos contingenciamentos orçamentários.

Por outro lado, uma receita subestimada poderá gerar o que se denomina “excesso de arrecadação”. Uma vez difundidas as informações que ratifiquem o excesso orçamentário, quase sempre se inicia uma disputa por créditos adicionais que poderão ser alocados em ações e projetos não estruturados, ou seja, uma aplicação sem planejamento.

Para verificar se as previsões das receitas foram efetivamente acertadas é utilizado o indicador denominado Trabalho de Previsão de Receita - TPR²³, que tem como função medir o desempenho do Estado em realizar a previsão da receita. Importante se faz ressaltar que esse indicador reflete unicamente o aspecto financeiro, sem considerações quanto à eficiência e à eficácia. O indicador estabelece uma amplitude percentual entre a receita prevista e a realizada, sendo que o melhor índice, ou seja, o ideal é aquele que tende a uma unidade ou 100. A tabela 16 demonstra a receita prevista e realizada e compara o acerto das previsões, conforme o indicador acima descrito.

Tabela 16 - Receita Total Prevista e Realizada

Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Prevista (a)	2.524	2.614	2.873	3.429	4.302	5.184	6.043
Realizada (b)	2.371	2.710	3.190	3.985	4.796	5.356	5.742
b / a (%)	- 6	4	11	16	11	4	- 5

Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006)

Valores correntes, em milhões de reais. Valores deduzidos das Perdas do FUNDEF. Sistematização SEPLAN.

Observa-se a ocorrência de déficit de previsão em dois anos, no ano 2000, onde a receita foi realizada em 6% a menos do que a prevista, e em 2006 onde ocorreu o déficit de 5%. Em 2000, observa-se que a previsão das receitas estaduais foi realizada com um cenário bastante otimista, esperava-se um crescimento no montante dessas receitas na ordem de 13% , porém ela se realizou abaixo da expectativa inicial em 6%. Analisando os indicadores econômicos estaduais²⁴ em 2000, observa-se que enquanto a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto nacional foi de 4,3% o Estado de Mato Grosso cresceu 8% no período. A boa performance do PIB Mato-grossense foi fortemente influenciada pelo setor agropecuário, que obteve no período taxa de crescimento de 16,1%, onde podemos destacar os produtos com maiores crescimentos: soja (+17%) e algodão (+60%). Em 2006, ano em que ocorreu déficit nas receitas realizadas, observa-se que foi esperado um crescimento de 12% em relação ao ano anterior, e a receita foi realizada com um crescimento de 7%. ²⁵Esse crescimento menor do que o inicialmente projetado ocorreu em função da crise do agronegócio, que assolou o Brasil, que teve início no final de 2004 e trouxe reflexos negativos em todos os setores da economia mato-grossense.

No restante do período, entre 2001 e 2005, observa-se que a receita realizada superou com folga a receita prevista. A maior amplitude percentual observada foi de 16%, em 2003, perfazendo o montante de R\$ 556 milhões de excesso de arrecadação. Essa maior variação ocorreu em virtude do aumento nos indicadores de expectativas do exercício de 2002²⁶ (ano de previsão da receita de 2003).

²⁴ Evolução da Participação dos Estados e Regiões no PIB do Brasil - 1985 a 2000 - Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

²⁵ Relatório de Gestão da Receita Pública – SARP – SEFAZ /MT.

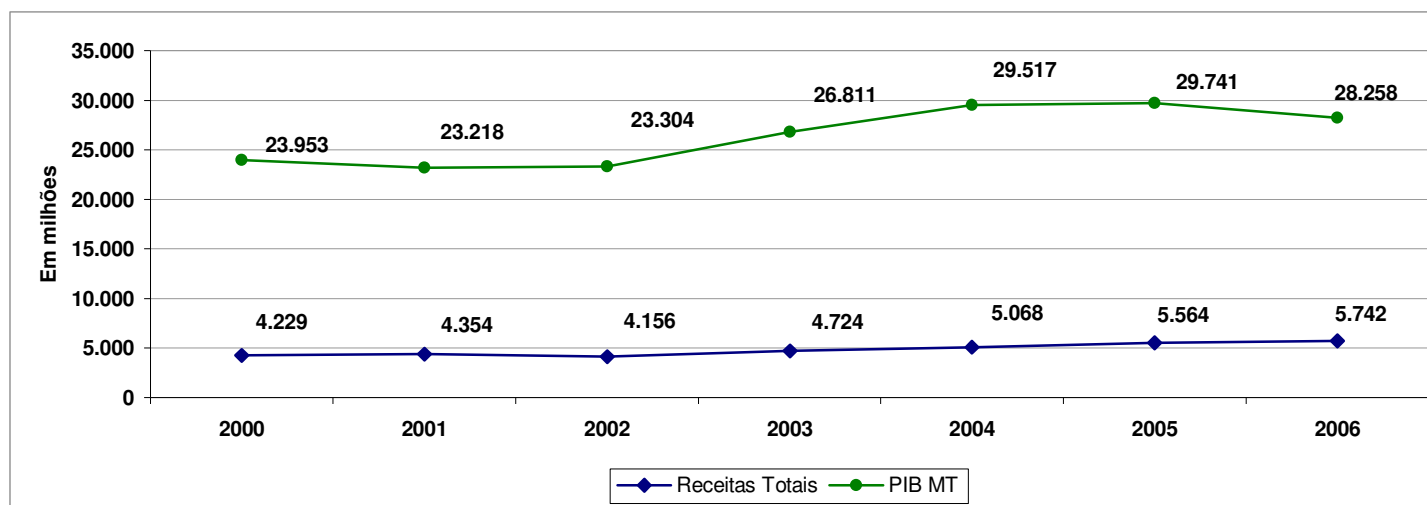
²⁶ A evolução do nível de atividade, em 2002, foi influenciada, fundamentalmente, pelas repercussões do processo eleitoral e pela redução do financiamento externo do país. O ambiente de incertezas se fez sentir, de modo mais intenso, a partir do segundo trimestre do ano, refletindo-se primeiramente nos indicadores de expectativas, na taxa de câmbio e na evolução do crédito. <http://www.bcb.gov.br/htms/banual2002/rel2002capi1.p.pdf>

1.2 - Do Crescimento das Receitas Públicas

No intervalo considerado (2006/2000) a receita pública realizada cresceu 36%, enquanto o PIB de Mato Grosso 18%, dessa forma a receita pública representava 18% do PIB em 2000 e em 2006 representa 20%.

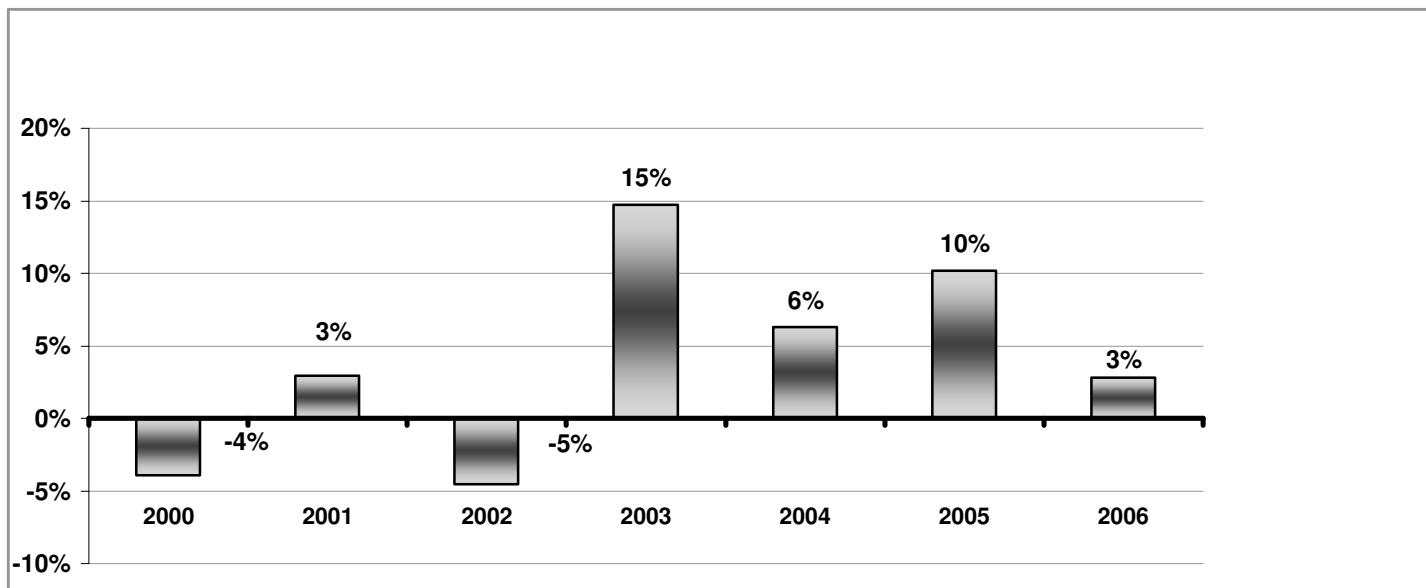
O gráfico 9 apresenta a evolução das receitas públicas totais realizadas e o PIB de Mato Grosso, em milhões de reais, valores constantes. O gráfico 10 demonstra o percentual de crescimento da receita pública em relação ao ano imediatamente anterior.

Gráfico 9 - Receitas Públicas Totais e PIB de MT - 2000 a 2006



Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006); PIB (2000 a 2003) Mato Grosso em Números (edição 2006) e Projeção do PIB (2004 a 2006) SARP- SEFAZ. Valores constantes, em milhões de reais. Valores da receita deduzido das perdas do FUNDEF. Sistematização SEPLAN.

Gráfico 10 - Crescimento das Receitas Públicas Realizadas - 2000 a 2006



Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006); Em percentual, com base nos valores constantes. Sistematização SEPLAN.

Os dois gráficos anteriores confirmam a natureza cíclica²⁷ da economia mato-grossense. No período analisado a atividade econômica do estado foi alternada por períodos de expansão e retração econômica, sendo que nos anos de 2000 e 2002 apresenta as maiores retrações na evolução anual das receitas públicas. Já nos anos de 2003 a 2006 apresentam maiores expansões nas receitas públicas. O ápice dessa evolução foi observado em 2003, com crescimento de 15% em relação ao ano anterior.

²⁷

O conceito de ciclos econômicos é utilizado para identificar os movimentos de crescimento e declínio das atividades econômicas.

1.3 - Das Receitas Públicas segundo as Categorias Econômicas

As receitas públicas são classificadas em duas categorias econômicas, receitas correntes e de capital. As receitas correntes são compostas pelas receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, sendo utilizadas para financiar despesas correntes. As receitas de capital são compostas por operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Tabela 17 - Receitas Públicas Realizadas por Categoria Econômica - 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Receita (a)	4.229	4.354	4.156	4.724	5.515	6.043	6.217
Receitas Correntes	4.065	4.205	4.099	4.697	5.472	6.013	6.085
Receita de Capital (b)	164	149	57	27	43	29	133
(b / a (%))	4,0	3,6	1,4	0,6	0,8	0,5	2,2

Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador

Valores constantes, em milhões de reais. Sem dedução das perdas para o FUNDEF. Sistematização SEPLAN.

As receitas correntes apresentam maior representatividade nas receitas estaduais, desde 2000 giram em torno de 96% das receitas totais. Em contraponto as receitas de capital têm pouca relevância em relação às receitas totais.

As receitas de capital compuseram de 4% a 0,5% das receitas totais, apresentando baixo impacto na formação da receita total. A participação máxima foi 4% em 2000, e a menor foi de 0,5% em 2005. O exercício de 2006 fechou a participação dessa receita com 2,2%. Esse aspecto deve-se a diversos fatos, que vão desde a falta de liberação de recursos da União para firmar convênios com os Estados, como também falta de ações estaduais para melhorar as receitas dessa categoria econômica.

Tabela 18 - Evolução das Receitas Correntes por Subcategorias Econômicas - 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas Correntes	4.065	4.205	4.099	4.697	5.472	6.013	6.085
Receita Tributária	2.643	2.585	2.650	3.111	3.370	3.558	3.508
Transferências Correntes	1.121	1.115	957	901	1.296	1.536	1.547
Demais Receitas Correntes	301	505	492	685	806	919	1.030

Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador Valores constantes, em milhões de reais. Sem dedução das perdas para o FUNDEF. Sistematização SEPLAN.

Das receitas correntes, as receitas tributárias e as transferências correntes são as mais representativas. A subcategoria receita tributária corresponde em média a 63% das receitas correntes, e a subcategoria transferências correntes oscilaram entre 19 e 28%. Já a soma das demais subcategorias econômicas (contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, serviços e outras receitas correntes) contribuiu com apenas 6% em 2000 e atingiram 17% em 2006, sendo que o maior aumento ocorreu nas receitas de contribuições.

A receita tributária no Estado tem como sua principal fonte o ICMS, representando em média 90% do total das receitas tributárias. Contudo, o percentual representativo do ICMS vem diminuindo. Em 2006 representou 89%, enquanto que em 2000 representava 95%.

Tabela 19 - Percentual da Receita do ICMS em Relação à Receita Tributária

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ICMS Arrecadado	2.507	2.441	2.399	2.812	3.099	3.204	3.138
Receita Tributária	2.643	2.585	2.650	3.110	3.369	3.558	3.508
% ICMS / Receita Tributária	95%	94%	91%	90%	92%	90%	89%

Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador.

Valores constantes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

Este decréscimo da representatividade do ICMS na receita tributária pode ser justificado pelo aumento na arrecadação das receitas com contribuições econômicas. A partir de 2000 foi implementada a contribuição econômica para financiar o Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB. O objetivo dessa contribuição é financiar o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação de obras e serviços de transporte e habitação em todo território mato-grossense.

Tabela 20 - Evolução da Arrecadação da Receita do ICMS - 2000 a 2006

Ano	Arrecadação Nominal	Varição Nominal sobre Ano Anterior em Percentual	Índice de Correção em Relação ano Anterior em Percentual	Arrecadação IGP-DI dez/06	Varição pelo IGP-DI sobre o Ano Anterior em Percentual	PIB a Preço Nominal	% Arrecadação ICMS / PIB do MT
2000	1.406	-	11,00	2.507	-	13.428	10,47
2001	1.520	8,11	11,00	2.441	-2,63	14.453	10,52
2002	1.842	21,18	26,00	2.399	-1,72	17.888	10,30
2003	2.372	28,77	10,00	2.812	17,22	22.615	10,49
2004	2.934	23,69	12,17	3099	10,21	27.935	10,50
2005	3.085	5,15	1,75	3.204	3,39	28.633	10,77
2006	3.138	1,72	3,86	3.138	-2,06	28.258	11,10
% 2006 / 2000	123%	-	75,78	25%			

Fonte: Balanço Geral do Estado / PIB (1999 - 2003) Mato Grosso em Números - Edição 2006 e PIB (2004 a 2006) Projeção SARP - SEFAZ/MT

A variação na arrecadação nominal²⁸ do ICMS entre 2000 a 2006 foi na ordem de 123%, passando de R\$ 1.406 milhões para R\$ 3.138 milhões. Considerando valores atualizados pelo IGP-DI o acréscimo foi de 25%. A arrecadação do ICMS apresentou maiores crescimentos nos anos de 2003 e 2004, apresentando variação de 17,22 % e 10,21%, respectivamente. Em 2005 a arrecadação desse tributo apresentou baixo crescimento, apenas 3,39%, afetado em boa parte pela crise que atingiu o agronegócio no Estado. A variação da arrecadação do ICMS em relação ao PIB mato-grossense aumentou 1% no período em análise.

Tabela 21 - Comparativo da Arrecadação do ICMS de MT (IGP-DI Dez/06) - Em R\$ Milhões

Especificação	2002	Participação Relativa	2003	Participação Relativa	2004	Participação Relativa	2005	Participação Relativa	2006	Participação Relativa
1. ICMS Total	2.399	100	2.812	100	3.100	100	3.205	100	3.138	100
2. Grandes Setores	1.101	46	1.304	46	1.408	45	1.532	48	1.493	48
Combustíveis	619	26	736	26	764	25	828	26	793	25
Comunicação	281	12	305	11	342	11	376	12	365	12
Energia elétrica	201	8	264	9	302	10	327	10	334	11
3. Diferença (1 - 2)	1.299	54	1.507	54	1.692	55	1.673	52	1.646	52

Fonte: Relatório de Gestão da Receita Pública - SEFAZ/MT

Valores constantes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

Tomando-se por base o período de 2002 a 2006, percebe-se que o ICMS estadual está concentrado em três grandes setores: combustíveis, comunicação e energia elétrica. Esses segmentos juntos são responsáveis por mais de 46% do ICMS estadual.

²⁸

A expressão nominal é equivalente à expressão "corrente", que designa o valor de um bem ou serviço da época de sua realização.

Tabela 22 - Receitas da União e as Transferências Correntes para o Estado de Mato Grosso - 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2006/2000
Receita Tributária da União	146.427	154.490	160.277	139.358	142.296	161.817	173.884	19%
Contribuições Sociais da União	260.018	271.700	287.537	273.490	303.056	323.369	329.030	27%
Transferências Correntes ao MT	1.121	1.115	957	901	1.296	1.536	1.547	38%

Fonte: Balanço Geral do Estado
Valores constantes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

Entre 2000 e 2006 a variação positiva na receita tributária da União foi de 19%, enquanto as contribuições sociais obtiveram variação ainda maior, em torno de 27%. Contudo, as contribuições sociais não fazem parte das receitas federais que são repartidas com os Estados e Municípios. Em 2002 e 2003 percebe-se uma sensível queda nas receitas de transferências correntes recebidas pelo Estado, porém a partir de 2003 essas receitas apresentaram uma leve recuperação.

Em 2005, segundo informações do Relatório de Gestão Pública²⁹, houve melhora no coeficiente de participação de Mato Grosso na indenização aos Estados exportadores, com a aprovação da Emenda Constitucional nº. 42/2003, que introduziu no Ato de Disposição Constitucional Transitória da Constituição Federal o artigo 91, cujas modificações inseridas no sistema tributário nacional melhoraram a posição relativa de Mato Grosso e dos demais estados exportadores de produtos primários, os quais se encontravam acumulando prejuízos em face da distribuição fixada pela Lei Kandir (Lei Complementar 87/96).

Além da classificação das receitas públicas em categorias econômicas, há também outras classificações de receita na Lei de Responsabilidade Fiscal, que são utilizadas para limitar o comprometimento das despesas de pessoal, montante de operações de crédito, dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária. Desta forma entende-se por:

Receita Corrente Líquida - RCL é o somatório das receitas correntes efetivamente arrecadadas, deduzindo as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional, a contribuição dos servidores para a seguridade social e a contribuição ao FUNDEF.

O conceito da Receita Líquida Real - RLR encontra-se na Lei 9.496/97, sendo a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos Estados, as transferências aos Municípios, por participação constitucional e legal. A RLR é o limite para o estoque da dívida pública.

Tabela 23 - Receitas Públicas Totais, RCL, RLR - 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas Públicas Totais	4.229	4.354	4.156	4.724	5.068	5.564	5.742
Receita Corrente Líquida	3.311	3.374	3.273	3.718	4.092	4.462	4.516
Receita Líquida Real	2.774	2.655	2.455	2.697	2.992	3.538	3.746

Fonte: Balanço Geral do Estado (Relatório do Contador); RCL (2000 e 2001) – SEPLAN; (2002 a 2006) Relatório Resumido da Execução Orçamentária e GINC (SEFAZ) Valores constantes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

Observa-se um crescimento proporcional dessas três “modalidades” de receitas no período de 2000 a 2006 em torno de 36%. A receita líquida real representa em torno de 62% da receita pública total. Já a receita corrente líquida representa em torno de 79% das receitas públicas totais.

2 - Das Despesas Públicas

A despesa pública corresponde aos desembolsos efetuados pelo Estado para fazer face às suas diversas responsabilidades junto à sociedade. As despesas públicas são fixadas nos instrumentos de planejamento e orçamento sob diferentes enfoques e abordagens, permitindo diversos ângulos para análise.

2.1 - Das despesas Fixadas e Realizadas

Tabela 24 - Despesa Total Fixada e Realizada - 2000 a 2006

Despesa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Fixada (a)	2.526	2.616	2.878	3.429	4.302	5.184	6.045
Realizada (b)	2.436	2.634	3.135	4.021	4.758	5.376	5.702
(b) / (a)	-4%	1%	9%	17%	11%	4%	-6%

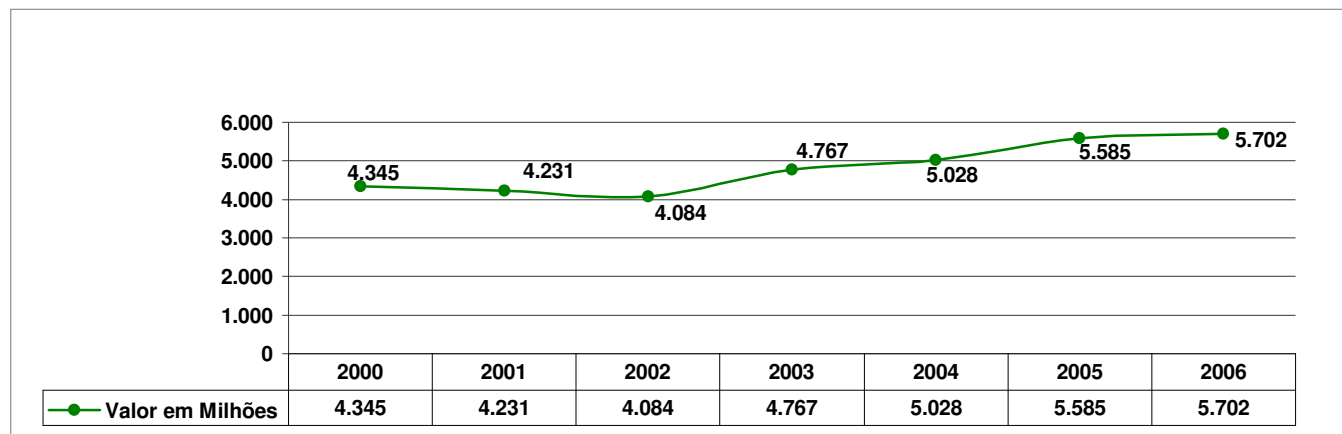
Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006); Valores correntes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

A despesa orçamentária fixada na Lei Orçamentária Anual foi modificada em todos os anos pelos créditos adicionais. Entre 2001 e 2005 as despesas foram realizadas em montantes maiores que os fixados. Esse acréscimo de dotação orçamentária só foi possível devido à ocorrência de excesso de arrecadação. Nos anos de 2000 e 2006, observa-se que as despesas foram realizadas a menos do que as fixadas, gerando assim, para o Estado uma economia orçamentária. Contudo, é importante ressaltar que no ano de 2006, onde é apontada a maior economia orçamentária, em torno de R\$ 343 milhões, o equilíbrio só foi obtido devido aos três contingenciamentos orçamentários efetuados durante o exercício. Com o contingenciamento das contas, o governo se propõe a gastar menos do que foi autorizado, buscando o equilíbrio fiscal do Estado, sempre condicionado pela arrecadação das receitas.

2.2 - Do Crescimento da Despesa Pública

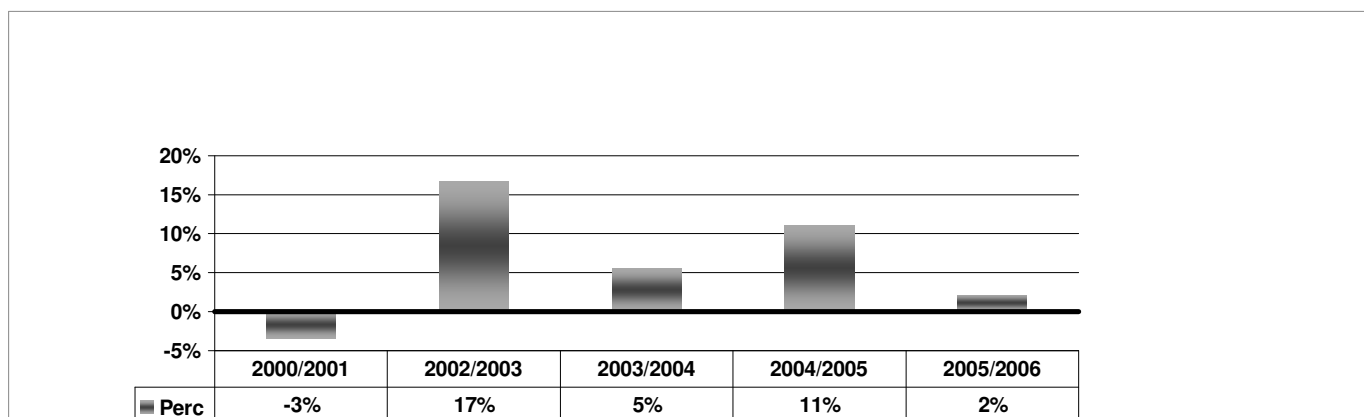
Nos gráficos 11 e 12 estão apresentados a evolução das despesas públicas realizadas, bem como o crescimento anual em relação ao ano anterior. Valores constantes em milhões de reais e em percentuais, respectivamente.

Gráfico 11 - Evolução das Despesas Públicas Realizadas - 2000 a 2006



Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006); Valores correntes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

Gráfico 12 - Crescimento das Despesas Públicas Realizadas - 2000 a 2006



Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006), Sistematização SEPLAN.

As despesas públicas totais realizadas aumentaram 31% no período de 2000 a 2006. O maior crescimento de despesa apontado foi de 17%, em 2003. Contudo, o crescimento das despesas públicas está atrelado à arrecadação de receitas públicas, visto que o governo não tem como objetivo constituir poupança pública.

Comparando o crescimento da receita (gráficos 9 e 10) e da despesa realizada, observa-se que a partir de 2002 há um maior equilíbrio entre o crescimento da receita e da despesa, com uma pequena diferença, em termos percentuais, de 1 a 2%.

2.3 - Das Despesas Públicas por Categoria Econômica

Segundo a classificação por categoria econômica, as despesas públicas são divididas em correntes e de capital. As primeiras referem-se aos gastos de natureza operacional, que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos e, as últimas constituem despesas para adquirir ou construir bens de capital, que contribuem para a produção ou geração de bens ou serviços.

Tabela 25 - Despesa Total por Categoria Econômica - 2000 a 2006

Especificação	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesa														
Corrente	3.936	91	3.727	88	3.601	88	4.107	86	4.152	83	4.553	82	4.868	85
Capital	409	9	505	12	483	12	660	14	875	17	1.032	18	835	15
Total	4.345	100	4.231	100	4.084	100	4.767	100	5.028	100	5.585	100	5.702	100

Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006) Valores constantes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

Entre 2000 e 2006 as despesas correntes aumentaram em 24%, essa categoria é bem mais representativa, evidenciando que os gastos operacionais do Estado constituem uma parte significativa de suas despesas. Contudo, vem ocorrendo uma diminuição no seu percentual de participação no total das despesas públicas. Em 2000 as despesas correntes representavam 91%, em 2006 esse percentual baixou para 85%.

Já as despesas de capital aumentaram sua representatividade, uma vez que em 2000 representava apenas 9% e em 2005 alcançaram 18%, experimentando um aumento de 104% no período de 2000 a 2006. Esse crescimento se deve em boa parte pela

execução do *grupo investimentos*, onde podemos destacar como principal investimento do Estado os Programas “Estradeiro” e “Meu Lar”, financiados com recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB.

As despesas correntes e de capital também são classificadas em grupos, que correspondem à agregação de elementos de despesa que apresentam as mesmas características quanto ao objeto de gasto. As despesas correntes são subdivididas nos grupos de despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes, incluso nesse último grupo as transferências constitucionais para os municípios.

Tabela 26 - Despesa Corrente Total por Grupo de Natureza - 2000 a 2006

Especificação	2000			2001			2002			2003			2004			2005			2006		
	Valor	A	B	Valor	A	B	Valor	A	B	Valor	A	B	Valor	A	B	Valor	A	B	Valor	A	B
Pessoal e Encargos	1.911	44	8	1.707	40	-11	1.669	41	-2	2.005	42	20	1.951	39	-3	2.258	41	16	2.450	43	9
Juros e Encargos da Dívida	303	7	7	300	7	-1	325	8	8	294	6	-10	257	5	-12	331	6	28	368	6	11
Outras Despesas Correntes	1.722	40	8	1.607	41	0	1.607	39	-7	1.808	38	13	1.840	37	7	1.965	35	1	2.050	36	4
Total	3.936	91	8	3.614	88	-5	3.601	88	-3	4.107	86	14	4.048	81	1	4.554	82	10	4.868	85	7

Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006); Coluna valor em milhões de reais, valores constantes.

Nota: A - O quanto cada grupo representa, em percentual, em relação às despesas totais.

B - O acréscimo ou decréscimo, em percentual, em relação ao ano imediatamente anterior. Sistematização SEPLAN.

No período analisado, o grupo de despesa com pessoal e encargos sociais representou entre 39 e 44% do total das despesas correntes, os juros e encargos da dívida representaram entre 5 e 8%, e as outras despesas correntes representaram entre 35 e 41%.

Entre 2000 e 2006, as despesas com *Pessoal e Encargos Sociais* cresceram 28%. Nesse aumento estão consideradas as revisões anuais da remuneração e dos subsídios, bem como aprovação de planos de cargos e salários de várias carreiras, contemplando assim, o compromisso do governo com os servidores públicos. Esses montantes mantêm-se perfeitamente dentro dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, sendo que a LRF estabelece que a despesa total com pessoal e encargos sociais em cada período de apuração, não poderá exceder 60% da receita corrente líquida, objetivando limitar o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento de despesas com pessoal e encargos.

Tabela 27 - Comprometimento da Receita Corrente Líquida com o Grupo Pessoal e Encargos Sociais - 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Despesas de Pessoal e Encargos Sociais	1.071	1.062	1.280	1.690	1.846	2.173	2.449
Receita Corrente Líquida	1.856	2.100	2.513	3.136	3.873	4.296	4.517
Participação das Despesas de Pessoal na RCL (%)	57,71	50,57	50,94	53,88	47,66	50,09	52,76

Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006). Valores correntes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

O grupo de despesa, *Juros e Encargos da Dívida*, consolida os gastos com juros, comissões e outros encargos das dívidas contratadas pelos órgãos públicos. Entre 2000 e 2006, esse grupo apresentou um aumento de 21% (tabela 26), sendo que nos anos de 2003 e 2004 houve decréscimo de -10% e -12%, respectivamente. Esse fato pode ser atribuído, possivelmente, ao término de contratos de financiamento ou empréstimo realizados junto a credores ou refinanciamento junto à União. Porém em 2005 os juros e encargos da dívida obtiveram aumento considerável, em torno de 28%, devido ao forte crescimento da receita líquida real, possibilitando uma amortização maior da dívida pública.

O grupo *das Outras Despesas Correntes* é composto por despesas com características mais discricionárias, onde o nível estratégico de governo tem condições de estabelecer suas prioridades e avaliar o mérito e a quantificação de metas e dos valores orçamentários. Entre 2000 e 2006, esse grupo apresentou um aumento de 19%, sendo que os gastos com outras despesas correntes partiam de um decréscimo de -7% em 2002 passando para um acréscimo de 13% em 2003. Esse crescimento deve-se, entre outros fatores já comentados anteriormente, ao bom desempenho da receita pública no ano de 2003.

A exceção desse grupo são as transferências constitucionais e legais aos municípios que possuem caráter obrigatório. Os montantes correspondentes a essas despesas são fixados levando em consideração as condições de elegibilidade determinadas em lei. A tabela 28 demonstra o valor das transferências aos municípios.

Tabela 28 - Transferências aos Municípios - 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Transferências Constitucionais aos Municípios	718	680	656	776	867	911	908
Outras transferências aos Municípios	16	30	70	251	188	131	120
Total	733	709	726	1.026	1.054	1.042	1.028

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - Valores Constantes, em milhões de reais.

Nota: As transferências constitucionais aos municípios são classificadas na operação especial 8007. As outras transferências são da modalidade de aplicação 40 - Despesas realizadas mediante transferências de recursos financeiros do Estado aos Municípios, inclusive para suas entidades da indireta.

As transferências constitucionais representam em torno de 16% das despesas totais do Estado. No período analisado, as transferências constitucionais destinadas aos municípios aumentaram em 27%, sendo que o ICMS apresentou um aumento de 25%. Já a soma de todas as transferências aos municípios, inclusive as de convênio classificadas como investimentos, apresentaram um crescimento de 40%.

As despesas de capital se dividem nos seguintes grupos: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. O grupo de *investimentos* compreende todas as despesas de capital que geram serviços e, em consequência, um acréscimo do Produto Interno Bruto - PIB. No Estado de Mato Grosso a necessidade de investimento público em infra-estrutura se faz cada vez mais premente, visto que é um estado territorialmente muito extenso. Os principais programas de investimentos do Estado, financiados com recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB, são *Estradeiro, Obras Públicas e Infra-Estrutura e Meu Lar*. Entre 2000 e 2006, o grupo investimento aumentou 137%.

Tabela 29 - Despesa Capital Total por Grupo de Natureza - 2000 a 2006

Especificação	2000			2001			2002			2003			2004			2005			2006			
	Grupo	Valor	A	B	Valor	A	B	Valor	A	B	Valor	A	B	Valor	A	B	Valor	A	B	Valor	A	B
Investimentos		231	5	15	321	8	39	326	8	1	369	8	13	512	10	39	629	11	23	546	10	-13
Inversões Financeiras		4	0	-90	7	0	68	11	0	56	4	0	-62	17	0	277	15	0	-10	21	0	43
Amortização da Dívida		174	4	7	177	4	2	112	4	-17	287	6	97	347	7	21	388	7	12	267	5	-31
Total		409	9	0	505	12	23	449	12	-4	660	14	37	876	17	33	1.032	18	18	834	15	-19

Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006); Coluna valor em milhões de reais, valores constantes.

Nota: A - O quanto cada grupo representa, em percentual, em relação às despesas totais.

B - O acréscimo ou decréscimo, em percentual, em relação ao ano imediatamente anterior. Sistematização SEPLAN.

A representatividade do *grupo investimento* tem crescido em relação à receita corrente líquida, conforme demonstrado na tabela 30. Considerando que a receita corrente líquida apresenta um crescimento em torno de 36% no período analisado, o aumento da representatividade do grupo investimento frente à receita corrente líquida é muito positivo.

Tabela 30 - Investimento em relação à Receita Corrente Líquida e o PIB - MT: 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Em % da Receita Corrente Líquida	6,95	9,52	9,95	13,68	17,1	17,76	14,58
Em % do PIB de Mato-Grosso	0,96	1,38	1,4	1,38	1,73	2,11	1,93

Fonte: Balanço Geral do Estado - Relatório do Contador (2000 a 2006). Sistematização SEPLAN.

O grupo investimento também, tem aumentado sua participação em relação ao PIB mato-grossense, partindo de 0,96% em 2000 e atingindo 2,11% em 2005 e comparando-se esse percentual com a participação do investimento do Governo Federal em relação ao PIB

brasileiro³⁰, Mato Grosso tem um índice melhor de participação. Contudo, é necessário levar em consideração a baixa representatividade do PIB mato-grossense em relação ao PIB brasileiro, em torno de 1,6% .

Ressalta-se que, do total das despesas de investimentos para o ano de 2000, foram acrescidos 20 milhões, pois no Balanço Geral do Estado esses recursos estavam classificados em outras despesas de capital³¹.

O grupo *inversões financeiras* representa as despesas de capital que não geram serviços e incremento do PIB, como, por exemplo, a aquisição pelo ente público de um prédio já pronto. Entre 2000 e 2006 as inversões financeiras aumentaram em 388%, sendo que esse acréscimo pode ser explicado pela compra de hospitais, já construídos, pela Secretaria de Estado de Saúde. Contudo, as despesas com inversões financeiras têm pouca representatividade sobre o total das despesas de capital.

As despesas com *amortização da dívida pública* representam o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária. O pagamento da dívida é vinculado à receita líquida real, portanto em função dos resultados obtidos com a receita líquida real, pode se fazer um desembolso superior para amortizar a dívida pública. Em 2003 houve um forte aumento em relação a 2002 na amortização da dívida pública, ocasionado pelo crescimento da receita líquida real, o que possibilitou maior amortização dos contratos da dívida intralimite e, em 2005 ocorreu a quitação da conta gráfica (Lei 9.469/97). Entre 2000 e 2006 a amortização da dívida interna aumentou 54%.

Os grupos de despesas *investimentos* e *inversões financeiras* têm caráter mais discricionário, ou seja, o governo pode decidir se irá investir ou efetuar inversões financeiras no Estado, a partir da disponibilidade de recursos orçamentários. Porém, o grupo *amortização da dívida interna* não possui esse caráter, pois a extinção gradativa da dívida por meio de pagamento parcelado, é despesa obrigatória paga conforme estabelecido no contrato de empréstimo ou financiamento.

As despesas de capital, excluído o grupo de amortização da dívida, sofrem maiores restrições quando da ocorrência de algum risco de não realização das receitas. Esse fato pode ser observado claramente no exercício de 2006, com a baixa expectativa de realização da receita, as despesas públicas sofreram restrições orçamentárias com três contingenciamentos, e as despesas de capital diminuiram em relação ao ano anterior enquanto as despesas correntes continuaram a aumentar.

Os grupos³² são divididos em elementos de despesas, sendo esses objetos imediatos do gasto público. Alguns elementos de despesas como vencimentos, contribuições, distribuição constitucional ou legal de receitas, reformas e aposentadoria, juros sobre a dívida

³⁰ Já os investimentos públicos federais situam-se, desde 1980, em patamar muito baixo (em torno de 1% do PIB) e especialmente reduzido nos últimos anos, à exceção de 2001, todos os outros anos tiveram investimento público federal inferior a 1% do PIB. Plano de Desenvolvimento de Mato-Grosso – MT = 20 (versão técnica).

³¹ Classificação mudada pela Portaria Interministerial nº163, de 4 de maio de 2001 que dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

por contrato e principal da dívida são despesas obrigatórias. Essas têm maior representatividade e podem ser identificadas facilmente nos grupos *pessoal e encargos, juros e encargos da dívida, amortização da dívida*.

A tabela 31 apresenta os agregados de despesas por elementos que são mais recorrentes na elaboração e execução do orçamento. Essas despesas pertencem ao grupo de outras despesas correntes e investimentos.

Tabela 31 - Despesa por Elemento - 2002 a 2006

Especificação	2002	2003	2004	2005	2006
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	488	486	610	638	663
Obras e Instalações	174	227	224	393	428
Material de Consumo	140	153	198	206	192
Equipamentos e Material Permanente	53	119	113	114	87
Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Física.	28	27	46	51	39
Diárias - Pessoal Civil	22	22	28	31	30
Passagens e Despesas com Locomoção	19	17	20	23	25
Serviços de Consultoria	13	9	5	2	4

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG / MT - Valores constantes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

No período de 2002 a 2006 os elementos representativos dos serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), material de consumo, diárias para pessoal civil, passagens e despesas com locomoção, aumentaram em torno de 39%. Já para os gastos com serviços de

³² Classificação dada pela Portaria Interministerial nº163, de 4 de maio de 2001 que dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Observação: A tabela traz os números de 2002 em diante porque estes obedecem à classificação da Portaria acima comentada.

consultoria foi observado um decréscimo de 72% em relação ao ano de 2002. Nos elementos que representam investimentos, ou seja, obras e instalações e equipamentos e material permanente, foi observado aumento em torno de 127%³³ em relação a 2002.

2.4 - Das Despesas Públicas por Função e Sub-função de Governo

A classificação funcional é composta por um rol de funções e sub-funções que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental. A função é entendida como o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público.

Tabela 32 - Despesa Total por Função de Governo - 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Encargos Especiais	1.435	1.346	1.293	1.572	1.554	1.689	1.613
Educação	590	534	518	571	636	729	747
Previdência social	518	452	478	557	526	542	571
Segurança Pública	329	324	324	390	409	473	508
Administração	305	320	295	292	337	300	326
Transporte	284	288	233	226	281	279	280
Legislativa	244	231	219	176	192	219	231
Judiciária	235	198	172	280	254	347	347
Saúde	134	219	273	438	503	553	561

³³

Na tabela por elementos foram consideradas somente as aplicações diretas no Estado, dessa forma ocorre uma diferença entre essa tabela e a tabela por grupo de despesas.

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Agricultura	68	64	66	61	57	64	72
Essencial a Justiça	47	47	44	54	63	85	119
Assistência Social	31	41	33	17	13	11	5
Comunicações	30	35	17	9	17	25	19
Direitos da Cidadania	29	46	21	12	1	2	5
Gestão Ambiental	21	29	36	22	23	25	50
Indústria	17	23	18	19	24	55	38
Organização Agrária	8	13	15	9	14	12	8
Urbanismo	8	5	0	0	0	19	41
Comercio e Serviços	4	6	10	7	13	14	9
Saneamento	3	0	0	0	1	0	4
Cultura	2	4	4	4	5	18	22
Desporto e Lazer	2	2	5	7	7	8	27
Ciência e Tecnologia	2	1	3	5	9	10	15
Energia	0	0	0	0	0	0	10
Trabalho	0	0	0	0	11	11	20
Habitação	0	3	6	38	77	94	52
	4.345	4.231	4.084	4.767	5.028	5.585	5.702

Fonte: Sistema de Informações Gerencias - SIG / MT. Valores constantes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

A função encargos especiais é mais expressiva, acumulando os desembolsos efetuados no programa operações especiais, cujas despesas são conceitualmente classificadas como: *gastos que não geram contraprestação de serviço à sociedade*. As despesas mais representativas que integram essa função são as transferências constitucionais aos municípios e as despesas com o serviço da dívida.³⁴

O percentual de participação³⁵ da função encargos especiais vem diminuindo. Em 2000 representava 33% do total dos gastos, e em 2006 representou 28%. Já as despesas classificadas nas funções de segurança, saúde, essencial à justiça, gestão ambiental e habitação têm aumentando seu percentual de participação ano a ano. Merece destaque o fato de que o percentual de participação da função saúde triplicou no período de 2000 a 2006, por causa da Emenda Constitucional nº. 29/2000, que aumentou o percentual de vinculação à saúde e estabeleceu um prazo gradual de até 05 anos para que os recursos vinculados fossem devidamente alocados.

Os gastos com a função transporte têm se mantido no mesmo patamar no período, uma vez que parte dos recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB são executados através dos municípios e das instituições privadas sem fins lucrativos³⁶.

A sub-função representa uma partição da função, agregando um determinado subconjunto de despesas do setor público.

Pela análise da execução das despesas por sub-função de governo, verifica-se que as sub-funções administração geral, serviço da dívida e tecnologia de informação, que representam atividades meio do governo, mantiveram o mesmo percentual de participação no total das sub-funções. Já as sub-funções transporte rodoviário, assistência hospitalar, policiamento e infra-estrutura urbana, atividades finalísticas do governo, apresentaram o percentual de participação aumentado em relação às outras sub-funções.

Conforme observado anteriormente, as despesas públicas totais cresceram 31% no período de 2000 a 2006, já as sub-funções transporte rodoviário, ensino fundamental, assistência hospitalar e ambulatorial, policiamento, infra-estrutura urbana, custódia e reintegração social aumentaram bem acima desse percentual.

³⁴ Relatório do Contador - Exercício 2006 - página 25.

³⁵ Representa em termos percentuais a participação da função em relação ao valor total das funções.

³⁶ Relatório do Contador - Exercício 2005 - página 25.

Tabela 33 - Despesa Total por Sub-função de Governo - 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Administração geral	1.800.763	1.690.865	1.709.478	1.859.832	1.875.582	2.140.884	2.331.315
Transferências	862.173	754.513	743.497	900.379	866.976	911.321	908.113
Previdência social do regime estatutário	500.325	451.532	14.759	536.190	500.375	532.718	567.600
Serviço da dívida interna	422.385	398.945	390.746	430.215	549.894	674.666	598.389
Transporte rodoviário	168.087	258.234	223.963	224.477	278.418	243.434	259.575
Outros encargos especiais	128.726	139.888	3.742	186.645	86.810	63.612	74.788
Ensino fundamental	80.749	86.995	0	77.960	92.779	146.102	123.845
Tecnologia da informação	58.564	73.281	28.914	4.548	51.710	67.315	71.659
Planejamento e orçamento	41.164	26.269	794	7.072	485	2.097	3.671
Ensino superior	36.455	13.154	4.124	13.097	19.576	10.980	12.962
Assistência hospitalar e ambulatorial	33.225	42.728	53.632	241.246	169.108	231.886	220.249
Comunicação social	30.248	36.337	17.462	6.725	14.280	22.569	23.140
Fomento ao trabalho	24.542	30.074	2.577	5.566	2.800	548	2.901
Serviço da dívida externa	21.513	52.650	53.494	54.849	50.435	39.322	32.308
Policiamento	13.663	17.353	12.595	30.002	41.292	56.327	34.554
Transporte aéreo	9.559	13.161	4.633	1.242	1.614	36	1.670

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ensino profissional	9.189	2.377	8.381	4.530	4.666	5.037	7.708
Infra-estrutura urbana	7.883	5.366	4.709	125	1.490	20.389	39.907
Administração de receitas	7.666	7.944	10.876	8.547	17.087	5.831	3.024
Ação judiciária	7.016	4.284	1.223	11.738	5.781	23.356	1.806
Custodia e reintegração social	6.415	4.070	5.862	3.432	45.266	27.845	28.582
Preservação e conservação ambiental	6.369	7.098	15.540	1.684	3.254	1.022	6.234
Defesa sanitária vegetal	4.971	4.555	3.255	2.116	2.484	1.846	1.539
Ação legislativa	4.624	5.161	3.819	9.056	33.978	33.418	14.616
Educação especial	4.536	0	2.438	0	197	0	4.317
Reforma agrária	4.451	8.836	26	4.605	3.291	7.242	455
Vigilância epidemiológica	4.065	7.464	0	0	2.084	3.437	5.090
Assistência à criança e ao adolescente	3.935	4.826	5.758	4.115	339	434	632
Soma das Outras Sub-funções	41.334	83.484	757.645	137.010	305.574	311.150	321.848
Total	4.344.595	4.231.444	4.083.941	4.767.003	5.027.625	5.584.823	5.702.498

Fonte: Sistema de Informações Gerencias - SIG / MT. Valores constantes, em mil reais. Sistematização SEPLAN.

2.5 - Despesas por Poder do Estado

Constitucionalmente, o Estado tem seu sistema de auto-regulação definido na divisão em três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A partir da aquisição legal de autonomia administrativa e financeira, órgãos de prestação judiciária como o Ministério Público e a Defensoria Pública, bem como o Tribunal de Contas do Estado (com função de controle externo), passaram a demandar tratamento igual aos dos Poderes na negociação dos recursos necessários para suas atividades. Por essa razão esses órgãos têm sua análise incluída na Tabela 34, juntamente com os poderes constituídos.

Tabela 34 - Despesa Total por Poder - 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Poder Legislativo	221.026	209.220	200.242	144.955	159.041	168.192	170.362
Tribunal de Contas	67.703	64.409	54.909	85.736	81.194	102.569	105.744
Poder Judiciário	281.441	238.794	203.700	323.709	292.911	389.308	392.592
Ministério Público	64.856	65.651	57.691	71.853	80.430	97.434	129.019
Defensoria Pública	2.875	2.619	3.686	5.100	8.077	10.207	15.079
Subtotal	637.901	580.693	520.228	631.352	621.653	767.710	812.796
Poder Executivo	3.706.694	3.650.751	3.563.712	4.135.651	4.405.970	4.817.114	4.889.702
Total	4.344.595	4.231.444	4.083.941	4.767.003	5.027.623	5.584.823	5.702.498

Fonte: Sistema de Informações Gerencias - SIG / MT Valores constantes, em mil reais. Sistematização SEPLAN.

As despesas do poder executivo representam em média 86% do total das despesas públicas e as dos outros poderes 14%. Quanto ao crescimento das despesas por poder, importante se faz observar que no período de 2003 a 2006, as despesas do poder executivo cresceram 18%, já as despesas dos outros poderes cresceram 29%, distribuído da seguinte maneira: O poder legislativo cresceu 18%, o Tribunal de Contas 23%, o poder judiciário 21%, o Ministério Público 80% e a Defensoria Pública 196%.

2.6 - Das Despesas por Programas de Governo

O programa é um instrumento de organização governamental, articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum pré-estabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou atendimento a uma necessidade ou demanda da sociedade.

Tabela 35 - Despesa Total por Programa de Governo - 2000 a 2006

Especificação	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
Apoio Administrativo	1.864	43	1.685	40	1.693	41	1.881	39	1.832	36	2.098	38	2.304	40
Operações especiais	1.935	45	1.798	42	1.756	43	2.109	44	2.055	41	2.230	40	2.180	38
Finalísticos	546	13	749	18	635	16	777	16	1.141	23	1.257	23	1.218	21
Total	4.345	100	4.231	100	4.084	100	4.767	100	5.028	100	5.585	100	5.702	100

Fonte: Sistema de Informações Gerencias - SIG / MT - Valores constantes, em milhões de reais.

O programa de apoio administrativo engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos, não tem suas despesas alocadas nestes, devido à dificuldades no rateio.

As operações especiais consistem em amortizações e encargos, pagamento de inativos e outras despesas que não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Em 2000, o programa de apoio administrativo e as operações especiais somavam mais de 88% das despesas públicas totais. Contudo, esse percentual vem diminuindo ano a ano, totalizando 78% em 2006. Esse fato é considerado positivo, pois demonstra que o Estado vem aumentando suas despesas nos programas finalísticos, ou seja, está melhorando sua capacidade de alocar as despesas nos projetos e atividades finalísticas, a partir de um melhor planejamento das ações.

No PPA 2000 - 2003 os programas finalísticos somaram em média 65 programas, dentre os quais *rodoviário estadual, redução da taxa de evasão e repetência do ensino fundamental, expansão e melhoria do ensino fundamental e gestão democrática do SUS* foram os que tiveram maior concentração de recursos. Já no PPA 2004 - 2007 essa média subiu para 100 programas, sendo que foram empenhados mais recursos para os seguintes: *estradeiro e implementação e efetivação da micro-regionalização da saúde*.

Os programas de governo têm sua prestação de contas anual no instrumento denominado Relatório da Ação Governamental entregue à Assembléia Legislativa, até sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa. Nesse instrumento, os responsáveis por programas e ações apresentam suas análises, cabendo à Secretaria de Planejamento a consolidação e encaminhamento do documento. A avaliação inclui aspectos como a execução financeira, os resultados alcançados (indicadores e metas físicas) e as restrições observadas na execução.

3.0 - Do Resultado Primário

O resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias (excluídas as receitas e despesas financeiras), sendo um ótimo indicador da saúde financeira do setor público, por evidenciar o quanto um ente depende de recursos de terceiros para a cobertura de suas despesas.

O principal objetivo desse indicador é avaliar a sustentabilidade da política fiscal, tendo em vista a capacidade de pagamento da dívida pública pelo estado no longo prazo.

Tabela 36 - Resultado Primário - 2001 a 2006

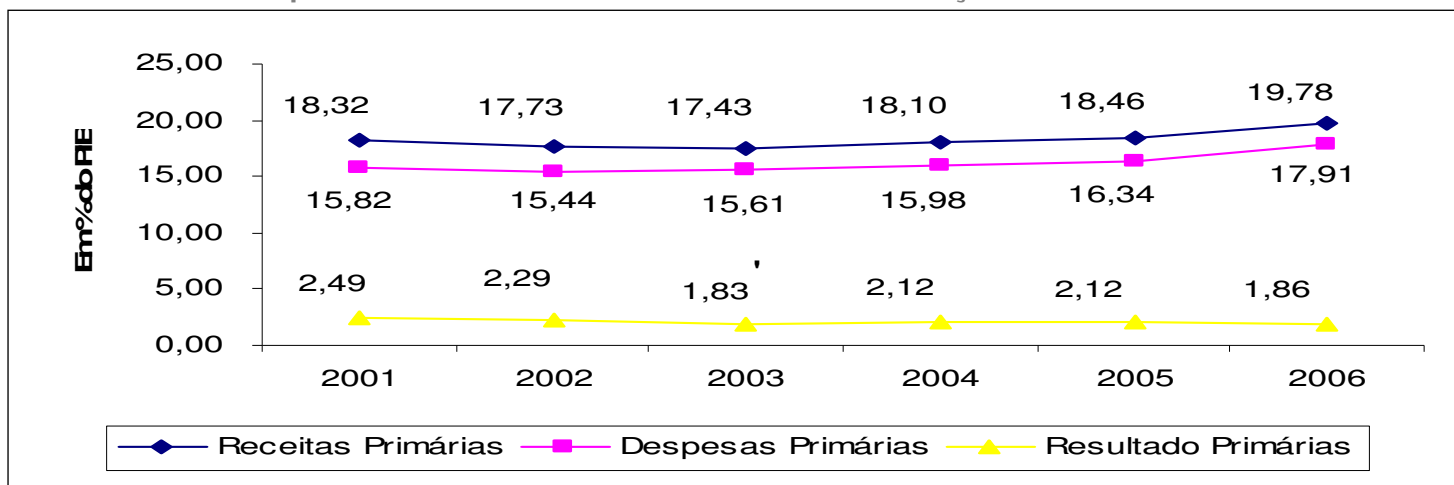
Especificação	Receitas Primárias	Despesas Primárias	Resultado Primário	Juros e Encargos da Dívida
2001	2.647	2.287	360	187
2002	3.171	2.763	409	250
2003	3.942	3.530	413	248
2004	4.734	4.180	554	244
2005	5.285	4.679	606	318
2006	5.558	5.062	527	368

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (2002 a 2006) – SEFAZ/MT e Balanço Geral do Estado. Valores correntes, em milhões de reais. Sistematização SEPLAN.

No período analisado, Mato Grosso teve resultado primário positivo em todos os anos. O resultado primário é estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e conforme demonstrado na tabela 36, o valor obtido é suficiente para o pagamento dos juros e encargos da dívida.

O gráfico 13 demonstra a participação em percentual das receitas primárias, das despesas primárias e do resultado primário em relação ao PIB de Mato-Grosso. O melhor resultado primário dessa série histórica, foi obtido no exercício de 2001 (2,49%). Em 2006, as receitas primárias obtiveram o melhor resultado (19,78%) em relação ao PIB-MT, entretanto o aumento das receitas primárias foi acompanhado pelo aumento das despesas primárias.

Gráfico 13 - Receitas e Despesas Primárias e o Resultado Primário em relação PIB de Mato Grosso



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (2002 a 2006) - SEFAZ/MT. Sistematização SEPLAN

3.1 - Da Dívida Pública

Dívida Pública Consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou em que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio e não pagos durante a execução do orçamento em que foram sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados.

Tabela 37 - Dívida Pública Consolidada e Consolidada Líquida - 2000 a 2006

Ano	Dívida Pública		PIB - MT Anual	DC/PIB (%)	DCL/PIB (%)
	Consolidada- DC	Consolidada Líquida - DCL			
2000	4.674	-	13.428	34,81	
2001	5.551	-	14.453	38,41	
2002	6.083	6.081	17.888	34,01	33,99
2003	5.942	5.942	22.615	26,27	26,27
2004	6.044	6.043	27.935	21,64	21,63
2005	5.786	5.785	28.633	20,21	20,20
2006	5.593	4.949	28.258	19,79	17,51

Fonte: Dívida (GPAE/SGEP) e Projeção do PIB 2004 a 2006 (SARP) - SEFAZ/MT. Valores correntes, em milhões de reais.

A tabela 37 demonstra que a dívida pública está diminuindo em relação ao PIB, em virtude dos pagamentos dos juros, encargos e da amortização da dívida interna.

Com o objetivo de garantir uma política fiscal sustentável, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF nº. 101/2000, estabelece regras para o controle ao endividamento para todas as esferas de poder, determinando que o Senado Federal proponha limites globais para o montante da dívida consolidada, dessa forma, o Senado Federal editou a Resolução nº. 43/2001 estabelecendo que o comprometimento

anual com as amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de créditos já contratados e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da receita corrente líquida.

Tabela 38 - Comprometimento do Serviço da Dívida com a RCL - 2000 a 2006

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Serviço da Dívida	267	297	362	490	572	692	635.322
Receita Corrente Líquida	1.856	2.100	2.513	3.136	3.873	4.296	4.516.920
Relação Percentual (%)	14,41	14,13	14,40	15,62	14,77	16,11	14,07

Fonte: Balanço Geral do Estado (2000 a 2006); RCL (2000 a 2001) – SEPLAN e (2002 e 2006) - Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Valores correntes, em milhões. Sistematização SEPLAN.

A LRF também estabelece que o estoque da dívida seja igual ou inferior a duas vezes a receita líquida real - RLR, embora a Lei Federal nº. 9.496, de 11 de setembro de 1997, houvesse estabelecido que o estoque da dívida fosse igual ou inferior uma vez à RLR. Desta forma a tabela 39 demonstra o comprometimento da RLR com o estoque da dívida.

Tabela 39 - Comprometimento do Estoque da Dívida Pública - 2003 a 2006

Especificação	2003	2004	2005	2006
Comprometimento do Estoque da Dívida Pública em relação à RLR	2,24	1,80	1,56	1,41

Fonte:SEFAZ / CGEP

Segundo estudos da Coordenadoria Geral da Dívida Pública - SEFAZ, no exercício de 2011 o estoque da dívida deve ser inferior a uma vez a receita líquida real e o serviço da dívida comprometerá 11,66% da receita corrente líquida.

Do Financiamento do PPA 2008 - 2011

A projeção das metas fiscais para o período do plano foram realizadas considerando a orientação estratégica da política fiscal estadual, analisando o cenário macroeconômico atual e o incremento da receita pública estadual, projetada com base na expectativa de crescimento da economia mato-grossense. Os indicadores macroeconômicos que sustentam a elaboração do plano estão descritos na tabela 40.

Tabela 40 - Parâmetros Macroeconômicos - 2008 a 2011

Parâmetros	2008	2009	2010	2011
Crescimento Real do PIB (a .a%)	5,00	3,50	3,50	3,50
Inflação Acumulada - IGPDI (%)	3,68	3,81	3,81	3,81
Taxa de Câmbio (R\$ / US\$)	1,99	1,99	1,99	1,99
Taxa Selic Real Mensal (%)	0,94	0,94	0,94	0,94

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda. Sistematização SEPLAN

Das Receitas Orçamentárias para o período 2008 - 2011

A projeção da receita pública estadual para o financiamento do plano, pode ser observada na tabela 41.

O crescimento anual das receitas totais, descontada a inflação do período, conforme o IGP-DI, gira em torno de 7%, para o período do plano, o crescimento projetado é da ordem de 21,45%.

Para as receitas tributárias, que representam 60,88% das receitas totais, está projetado um crescimento de 23,96%. Para a projeção do ICMS, principal tributo estadual, partiu-se de informações sobre o potencial de consumo e de estimativas do comportamento do PIB setorial, em agrupamentos denominados segmentos, que englobam, preferencialmente, todas as atividades referentes à sua cadeia

produtiva. Para o ICMS espera-se uma taxa de expansão de 25,28%, os indicadores utilizados na projeção foram IGP-DI e PIB estadual, conforme tabela 40.

Para a projeção das receitas de outras fontes, projetadas pelas próprias unidades orçamentárias responsáveis pela arrecadação, foi considerado também a expectativa de inflação mensurada pelo IGP-DI, entre outras variáveis de crescimento de cada setor.

Para as receitas de transferências correntes, considerada a segunda maior fonte de arrecadação do Estado foi projetado um crescimento de 32,09%, para o período do plano. Essas receitas determinam a participação dos Estados e Municípios na receita tributária da União e a participação dos Municípios na receita tributária dos Estados, constituindo assim o principal mecanismo de partilha da receita tributária Federal. Para as receitas de transferências correntes ao Fundo de Participação dos Estados - FPE, responsável por redistribuir a renda nacional e promover a transferência de parcela dos recursos arrecadados nacionalmente em áreas mais desenvolvidas para áreas menos desenvolvidas do país, foi projetado um crescimento na ordem de 42,73%. Para a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, cujo principal objetivo é o financiamento de programas de infra-estrutura de transporte, espera-se um crescimento na ordem de 10,73%. As transferências ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, terão um crescimento de 42,08%. A transferência financeira advinda da Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir), responsáveis por desonerar o ICMS nas transações de produtos destinados à exportação apresentarão um crescimento na ordem de 11,74%. Para as transferências de auxílio financeiro ao fomento das exportações foi projetado um crescimento anual médio de 4%. Para as demais transferências correntes, salário educação, transferência ao sistema único de saúde, convênios, entre outras, foi projetado um crescimento na ordem de 1,65%.

Tabela 41 - Receita Pública Total - 2008 a 2011

Especificação	Total 2008-2011
I - Receitas Correntes	29.409.967.242
1.1 Tributária	18.540.464.350
ICMS	16.765.510.878
IPVA	724.065.446
Demais	1.050.888.026
1.2 Contribuições	3.160.770.942
1.3 Patrimonial	223.661.145
1.4 Agropecuária	5.905.560
1.5 Industrial	21.675.136
1.6 Serviços	926.056.626

1.7 Transferências Correntes	9.164.834.001
Fundo Participação dos Estados - FPE	4.516.404.273
Imposto sobre Produtos Industrializados -IPI - Exportação	147.167.604
Contribuição de Intervenção Domínio Econômico - CIDE	221.280.028
Transferência Financeira do ICMS - Lei Kandir	124.624.577
Auxílio Financeiro ao Fomento das Exportações	478.479.619
Salário Educação	87.534.971
Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	644.219.732
Transferência FUNDEB	2.560.075.539
Convênios	245.824.464
Demais	139.223.194
1.8 Outras Receitas Correntes	845.908.448
1.9 Receita Intra-Orçamentária Corrente	407.019.607
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência	272.987.665
Compensações Previdenciárias do Estado	63.340.729
Receita Patrimonial	36.000
Receita Industrial	5.774.492
Receita de Serviços	64.880.721
1.10 Conta Retificadora	3.479.308.966
(-) Deduções FUNDEB	3.479.308.966
II - Receitas de Capital	635.086.036
2.1 Alienação de Bens	14.384.807
2.2 Amortização de Empréstimos	9.889.411
2.3 Transferência de Capital	602.993.401
2.4 Outras Receitas de Capital	7.818.417
III - Receita Total (I+II) (R\$ 1,00)	30.452.072.887

Fonte: FIPLAN - SEPLAN

Das Demais Fontes de Financiamento

O cenário das receitas estabelecido anteriormente, apresenta a consistência necessária para o Plano, a partir dos recursos orçamentários. Para financiar as ações que serão implementadas nos próximos 04 anos, o Governo Estadual desenvolverá esforços no sentido de manter um contínuo crescimento das receitas orçamentárias, tão importante para a execução dos investimentos, que irão promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Mato Grosso. O governo buscará também firmar parcerias com o setor privado para financiamento das ações públicas. Para o período do PPA, foi estimado pelos órgãos e entidades da administração o montante de R\$ 42.299.053 de recursos a serem mobilizados por intermédio de parcerias com o setor privado. A maior concentração de recursos de parcerias está prevista na função administração, conforme discriminado na tabela 42.

Tabela 42 - Previsão de Aporte de Recursos Não Orçamentários

Função	2008	2009	2010	2011	Total
Administração	9.204.904	5.455.904	5.269.904	5.186.789	25.117.501
Gestão Ambiental	1.250.000	145.000	90.000	40.000	1.525.000
Agricultura	2.706.056	2.586.712	1.024.142	999.642	7.316.552
Organização Agrária	5.840.000	2.500.000			8.340.000
Total	19.000.960	10.687.616	6.384.046	6.226.431	42.299.053

Fonte: FIPLAN. Valores em (R\$ 1,00). Sistematização SEPLAN.

Além disso, o Estado contará também com investimentos financiados com recursos da União, do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. No PAC, alguns projetos estruturais já estão contemplados para o estado de Mato Grosso, dentre eles podemos destacar:

1. Realização de obras em saneamento básico e urbanização das favelas;
2. Duplicação da BR 163-364, duplicação Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil;
3. Pavimentação BR 158, Trecho Ribeirão Cascalheira, divisa MT- PA
4. Pavimentação BR 364, Trecho Diamantino - Campo Novo dos Parecis;
5. Pavimentação BR 242, Trecho Ribeirão Cascalheira - Sorriso;
6. Construção do Trecho da Ferronorte, Alto Araguaia Rondonópolis (a ser financiada com recursos do BNDES);
7. Dragagem e Derrocagem na Hidrovia do Paraná - Paraguai, MS / MT;

Das Despesas Orçamentárias Para O Período 2008 - 2011

Uma das etapas na construção do cenário fiscal refere-se à projeção das despesas públicas, que correspondem ao montante de recursos que os órgãos setoriais puderam manejar para alocação no seu conjunto de programas para o período do plano, tendo como parâmetro a orientação estratégica de governo, as orientações estratégicas setoriais e as obrigações constitucionais e legais.

Desse modo, em consonância com a política de estabilidade fiscal do governo, a distribuição da despesa pública, para o período a que se refere o plano, será apresentada nas Tabelas seguintes:

Tabela 43 - Resumo da Despesa por Grupos

Especificação	Total 2008-2011
I - Despesas Correntes	26.496.202.085
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	13.478.305.762
1.2 Juros e Encargos da Dívida	1.668.163.741
1.3 Outras Despesas Correntes	11.349.732.582
II - Despesas de Capital	3.511.008.843
2.1 Investimentos	2.453.993.170
2.2 Inversões Financeiras	51.480.499
2.3 Amortização da Dívida	1.005.535.173
III - Reserva de Contingência	444.861.959
IV - Despesa Total (I+II+III) (R\$ 1, 00)	30.452.072.887

Fonte: FIPLAN - Sistematização SEPLAN

Na análise da despesa pública, descontado o efeito da inflação projetada para o período, estima-se um crescimento em torno de 20% para a despesa total, no período equivalente ao plano. Um crescimento das despesas de pessoal e encargos de 14%; para as outras despesas correntes (de manutenção, incluídas as transferências aos municípios) 35%; e para os investimentos e demais despesas de capital, um crescimento em média de 20%. Os valores para 2008 da despesa total estão estimados em R\$ 6.889.582 mil, atingindo, em 2011 R\$ 8.377.696 mil.

É importante ressaltar os esforços no sentido de aumentar os gastos em investimentos, com a ampliação das possibilidades de parcerias com os demais entes federados e com a iniciativa privada, como forma de diminuir os gargalos hoje existentes e de alavancar o

desenvolvimento econômico. Em relação à dívida pública, estão sendo estudadas iniciativas que levem à redução dos encargos hoje suportados pelo Tesouro Estadual.

Tabela 44 - Demonstrativa da Despesa por Função de Governo

Especificação	Total 2008-2011	%
1. Área Social	13.466.635.417	44,22
Segurança Pública	2.936.127.465	9,64
Assistência Social	24.508.182	0,08
Previdência Social	2.922.578.342	9,60
Saúde	3.089.973.003	10,15
Trabalho	120.657.265	0,40
Educação	4.121.312.295	13,53
Cultura	59.734.435	0,20
Diretos da Cidadania	162.153.074	0,53
Desporto e Lazer	29.591.356	0,10
2. Área Econômico-Ambiental	3.031.960.868	9,96
Habitação	285.415.156	0,94
Saneamento	123.711.408	0,41
Transporte	1.466.783.052	4,82
Urbanismo	129.996.225	0,43
Comércios e Serviços	93.284.264	0,31
Ciência e Tecnologia	82.790.284	0,27
Organização Agrária	25.603.921	0,08
Agricultura	370.368.203	1,22

Indústria	166.652.099	0,55
Energia	65.203.459	0,21
Gestão Ambiental	222.152.797	0,73
3.Área Instrumental	1.869.064.321	6,14
Administração	1.869.064.321	6,14
4.Funções Típicas dos Poderes	3.149.432.141	10,34
Legislativa	988.624.058	3,25
Judiciária	1.594.877.615	5,24
Essencial à Justiça	565.930.468	1,86
5.Encargos Especiais	8.490.118.180	27,88
6.Reserva de Contingência	444.861.959	1,46
Total (R\$ 1, 00)	30.452.072.887	100

Fonte: FIPLAN – Sistematização SEPLAN

Na projeção das despesas por função, conforme tabela 44, agregam-se os gastos públicos por área de ação governamental. As funções representam o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. Lembrando sempre, que o percentual de participação é estabelecido em relação ao valor da projeção da despesa total.

Nota-se que as funções mais significativas em termos de despesas orçamentárias do Estado são Encargos Especiais, aqui englobados o serviço da dívida, as transferências constitucionais aos municípios e outros encargos especiais; Educação, Previdência, Segurança Pública e Saúde, também merecem destaque.

É importante salientar que os gastos com Saúde e Educação possuem limites mínimos estabelecidos constitucionalmente, reduzindo, portanto, a margem para o Estado alocar seus recursos em outras funções também de grande importância.

Dos Programas Governamentais para o Período 2008 – 2011

O Plano Plurianual 2008-2011 organiza-se em programas, entendidos como unidade de gestão, tendo como principal objetivo proporcionar maior racionalidade e efetividade à ação governamental.

As despesas relativas às ações programáticas podem ser destacadas em programas finalísticos, de gestão de políticas públicas e de apoio administrativo. Assim, a tabela 45 traz um resumo dessa tipologia dos programas que contribuem para o ciclo produtivo da administração pública estadual, bem como para o alcance de seus objetivos.

Tabela 45 - Tipos de Programas Governamentais

Especificação	Total 2008-2011
Programas Finalísticos	5.065.589.357
Programas de Gestão de Políticas Públicas	1.087.922.642
Programa de Apoio Administrativo	12.493.348.992
Total (R\$ 1, 00)	18.646.860.991

Fonte: FIPLAN – Sistematização SEPLAN

Do total das despesas projetadas para o período do plano e que não estão alocadas nos programas acima, são significativos: R\$ 4.701.057 mil que se destinam às transferências constitucionais aos municípios, R\$ 2.922.340 mil que estão reservados para a previdência do Estado e R\$ 2.647.978 mil que correspondem ao serviço da dívida.

A tabela a seguir apresenta a lista de programas a serem implementados durante o período do plano, o que pressupõe orientar toda a ação do governo para a resolução dos problemas ou o atendimento às demandas da sociedade que estão expressos nestes programas.

Tabela 46 - Demonstrativo dos Programas Governamentais

Ordem	Programa	Total 2008-2011
1	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	23.900.837
2	APOIO ADMINISTRATIVO	12.493.348.992
3	OBRAS PUBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	269.895.534
4	FOMENTO AO CREDITO	7.818.419
5	PREVENCAO E ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGENCIA	34.527.568
6	GERACAO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	38.203.484
7	SERVICOS DE METROLOGIA E QUALIDADE	2.293.665
8	GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	107.917.447
9	ACAO LEGISLATIVA	2.130.000
10	FISCALIZACAO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	110.236.437
11	PRESTACAO JURISDICIONAL-ACAO JUDICIARIA	9.390.000
12	CIDADANIA PARA TODOS	29.268.540
13	CONSELHOS NA CONSTRUCAO DO CONTROLE SOCIAL	2.236.236
14	COOPERAÇÃO SOCIAL PARA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E DROGAS	8.524.984
15	RESSOCIALIZAÇÃO DOS REEDUCANDOS E ADOLESCENTES INFRATORES	123.556.633
16	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE	171.566.915

17	ACESSO A JUSTICA	3.884.000
18	CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS	13.743.725
19	EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA	13.595.370
20	GESTAO DE AREAS DEGRADADAS	3.877.854
21	CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE	10.055.391
22	GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	29.526.135
23	GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	10.933.929
24	GESTAO DE RESIDUOS SOLIDOS	1.966.903
25	DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO	25.426.019
26	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL -MT FLORESTA	18.977.171
27	APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	24.127.977
28	FORMAÇÃO QUALIFICADA DE RECURSOS HUMANOS	30.415.014
29	REVITALIZACAO DA EMPAER	956.109
30	DESENVOLVIMENTO ENERGETICO	55.797.280
31	INTERCÂMBIO E INTEGRAÇÃO CULTURAL	30.022.873
32	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL	8.630.621
33	CIDADE-CIDADA	2.075.470

34	FOMENTO A ATIVIDADE MINERAL	17.503.124
35	DEFESA SANITARIA VEGETAL	3.248.092
36	DEFESA SANITARIA ANIMAL	7.099.570
37	INSPECAO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	1.109.817
38	ESTRADEIRO	1.325.783.466
39	COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	5.069.360
40	GESTÃO DA INFORMAÇÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS	19.404.340
41	DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	2.183.902
42	MELHORIA DA QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO	6.352.701
43	GESTÃO DE PESSOAS	79.625.248
44	GESTÃO INTEGRADA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESTADUAL	3.154.528
45	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES	14.479.363
46	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	2.354.074
47	FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	798.570
48	MARCO REGULATÓRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	7.393.344
49	PROGRAMA ESTADUAL DE AÇÃO POLÍTICA	5.128.511
50	ASSISTÊNCIA À SAÚDE	304.857.879

51	GESTÃO DA RECEITA PÚBLICA	50.923.488
52	GESTÃO FINANCEIRA ESTADUAL	8.895.480
53	MEU LAR	283.758.286
54	NOSSA TERRA, NOSSA GENTE	5.507.640
55	FORTALECIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	17.339.661
56	EXTENSAO UNIVERSITARIA E CULTURAL	1.857.126
57	GESTAO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	20.613.966
58	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E POS-GRADUACAO	9.461.492
59	DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO	66.364.247
60	DESENVOLVIMENTO REGIONAL/MT-REGIONAL	28.473.645
61	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL	91.437.876
62	REDUCAO DA IMPUNIDADE	24.227.572
63	RELACIONAMENTO SEFAZ SOCIEDADE	16.670.722
64	DEFESA E PROTECAO DO MEIO AMBIENTE.	2.518.373
65	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	398.000
66	DEFESA DA ADMINISTRACAO PUBLICA E ORDEM TRIBUTARIA	1.090.000
67	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	22.157.711

68	SEGURANÇA NO TRÂNSITO E QUALIDADE NO ATENDIMENTO	36.998.674
69	EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.	192.361.315
70	EFETIVAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA A PARTIR DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	179.805.492
71	CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	71.261.585
72	REORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM FOCO NA REGIONALIZAÇÃO	376.509.144
73	APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE GESTAO DA SES	116.272.091
74	IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DO SUS	507.766.215
75	POLÍTICA DE INVESTIMENTO NAS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE	56.665.021
76	GESTÃO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL MT	24.508.182
77	ADVOCACIA DO ESTADO	8.367.024
78	VALORIZAÇÃO DO COLABORADOR	1.092.000
79	QUALIDADE NOS SERVIÇOS DO CONTROLE EXTERNO	314.400
80	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER	19.070.212
81	MODERNIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	76.269.897
82	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	14.225.722
83	DEFESA DA CIDADANIA E RESPEITO AOS DIRETOS DO CIDADAO	1.470.000
84	APRENDIZAGEM COM QUALIDADE	164.386.255

85	GESTÃO ATIVA	594.529.054
86	FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO	8.000.000
87	INCENTIVO AO CONTROLE SOCIAL	12.000.000
88	GESTÃO DE PESSOAS NO TRIBUNAL DE CONTAS	1.620.000
89	GESTÃO DE PROCESSOS	1.800.000
90	VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	5.500.000
91	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICOS DA DIVIDA INTERNA	2.593.499.782
92	OPERACOES ESPECIAIS:SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	54.478.662
93	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS	5.755.756.411
94	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO	2.922.340.922
95	OPERACOES ESPECIAIS-CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	34.274.160
96	RESERVA DE CONTINGENCIA	444.861.959
Total R\$ (1, 00)		30.452.072.887

Fonte: FIPLAN - Sistematização SEPLAN

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO

A orientação estratégica de governo para o período de 2008 a 2011 teve como base o conteúdo do Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – MT+20. Como o Plano de Desenvolvimento foi elaborado de forma participativa, considerando os cenários mundial, nacional e do Estado, a articulação das dimensões técnica e política e o desenvolvimento sustentável para um horizonte de 20 anos, a opção por suas recomendações alinha as orientações de governo com os anseios da sociedade na construção de um futuro desejado por todos.

Missão

É missão do Governo do Estado de Mato Grosso:

“Implementar um novo modelo de gestão do Estado de Mato Grosso, promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável e a superação das desigualdades sociais e regionais”

Visão de futuro

O Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso MT+20 aponta para uma Visão de Futuro onde Mato Grosso será um dos melhores lugares para se viver e trabalhar, o que será fruto de mudanças profundas que acontecerão de forma gradual. A concretização da Visão de Futuro será o resultado da parceria vitoriosa entre os Governos Estadual, Federal e Municipal, Entidades internacionais, Empresários e Trabalhadores em torno de parâmetros como a eficácia e eficiência do gasto público, a democratização, a transparência e a ética na gestão do Estado e a elevada participação da Sociedade na construção do Futuro. A Visão de Futuro é descrita a seguir:

“Ao final dos 20 anos, o Estado apresenta alta qualidade de vida, com acesso amplo de todos aos bens e serviços públicos, com uma população educada e qualificada, que respeita e valoriza sua diversidade cultural. A vida nas cidades torna-se muito agradável pela ampliação significativa das condições de habitabilidade, expressas nos elevados índices de prestação de serviços de saneamento, melhoria do sistema de transporte e pela redução significativa da violência. As cidades são espaços de convivência social intensa com muitas opções de lazer, especialmente para os jovens. No meio rural a vida melhora pela oferta de serviços, principalmente energia e comunicação e ampliação das vias de acesso às cidades.

A economia estará muito modificada e dinâmica, com elevado grau de adensamento e complexidade, mais competitiva e integrada e bem menos vulnerável. As atividades econômicas crescem e se fortalecem numa relação inteligente e harmoniosa com o meio ambiente, que conserva os ecossistemas, recupera os recursos florestais, rios e bacias hidrográficas. Ao longo de 20 anos, a estrutura industrial amplia-se e diversifica-se com a incorporação de modernos segmentos de transformação. O turismo florescente e novas atividades utilizam os recursos naturais de forma sustentada, especialmente a bioindústria, e os serviços ambientais. Neste ambiente de grandes

transformações, o Estado experimenta também um vigoroso processo de inovação tecnológica que permite o crescimento e sofisticação da economia.

Ao final do período, Mato Grosso está fortemente integrado à economia mundial e nacional, mas é bem menos vulnerável, na medida em que diversifica a sua pauta de exportação e experimenta um grande dinamismo do mercado interno, resultado da melhoria da renda da população. A ampliação da rede multimodal de transportes consolida a integração do território mato-grossense, forma uma rede hierarquizada de cidades que organiza o território e abre espaço para a desconcentração da economia e da população e, conseqüente, redução das desigualdades entre as microrregiões do Estado. Neste cenário, Mato Grosso firma-se como um dos mais importantes supridores mundiais de alimentos e energia, com alto valor agregado, aproveita e beneficia sua produção agropecuária e o grande potencial de recursos naturais, especialmente recursos hídricos e biomassa.”

Valores

Para o cumprimento da Missão do Governo e desenvolvimento das estratégias e programas necessários para o alcance da Visão de Futuro, todos os agentes públicos a serviço deste governo devem pautar sua conduta pelos valores que expressam o compromisso com a coisa pública e o respeito ao cidadão. São os Valores deste governo:

EFICIÊNCIA – é a capacidade do governo de fazer o melhor ao menor custo.

TRANSPARÊNCIA – garantir a participação política e a fiscalização das ações do governo para a sociedade.

HONESTIDADE – respeitar a “coisa pública” e o cidadão, aplicando e regulando o uso dos recursos financeiros e institucionais do Estado, com transparência e probidade.

OUSADIA – é a capacidade de realizar, de ousar novas formas de trabalho e de ações, mas com responsabilidade e respeito ao cidadão e a “coisa pública”.

Objetivos Estratégico e Estratégias de Governo

Os Objetivos Estratégicos são resultados prioritários a serem perseguidos no horizonte de tempo dos Planos e as estratégias são as linhas de ação, os meios para se alcançar os Objetivos Estratégicos, ou seja, são iniciativas altamente relevantes que indicam como a organização procurará alcançar cada Objetivo Estratégico.

Considerando a Visão de Futuro expressa no Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso e os desafios colocado para o seu alcance, foram identificadas iniciativas para o longo, médio e curto prazos e uma carteira que poderia compor o Plano Plurianual para o

período 2008 a 2011. Estas iniciativas foram avaliadas considerando as condições econômicas e políticas do Estado, resultando nos Objetivos Estratégicos e Estratégias relacionados a seguir. As estratégias que foram consideradas prioritárias estão destacadas em negrito e foram utilizadas para orientar a elaboração programas prioritários do governo.

Objetivo Estratégico 1

“Melhoria da qualidade de vida”

O índice de Desenvolvimento Humano - IDH tem sido amplamente utilizado para medir as condições de vida de uma população. É obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda)³⁷.

Tabela 47 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano nos Estados do Centro Oeste

Estados	1970	1980	1991	2000
DF - Distrito Federal	0,652	0,751	0,799	0,844
GO - Goiás	0,404	0,660	0,700	0,776
MS - Mato Grosso do Sul	0,437	0,690	0,716	0,778
MT - Mato Grosso	0,396	0,618	0,685	0,773

Fonte: IPEADATA

³⁷ www.undp.org.br.

A qualidade de vida está fortemente relacionada com as condições de *Emprego, Renda e Cidadania, Esporte e Lazer, Segurança Pública, Habitação e Saneamento*, para as quais foram definidas as seguintes estratégias:

1. Fomento e capacitação das micro e pequenas empresas para geração de emprego e renda;
2. Capacitação especial e intermediação de emprego para os segmentos sociais mais vulneráveis da população (incluídos idosos e portadores de deficiência)
3. Articulação das políticas públicas (educação, saúde, renda) voltadas para as populações mais vulneráveis;
4. **Utilização de espaços escolares para iniciativas de inclusão social, combinando capacitação (contempla inclusão digital dos jovens), esportes e cultura;**
5. Capacitação e intermediação de emprego para jovens egressos da educação básica (primeiro emprego);
6. Estímulo a práticas esportivas, recreativas e educativas na rede pública de ensino e nas comunidades integradas de esporte e lazer.
7. **Ampliação do acesso à moradia das camadas mais pobres da população;**
8. **Estimular a expansão e melhoria do saneamento básico.**
9. Implantação de sistema de inteligência;
10. Combate ao crime organizado;
11. **Melhoria da eficiência e eficácia operacional dos órgãos de combate à criminalidade.**

Os avanços nestes setores podem ser aferidos pelos indicadores que se seguem:

a) - Renda domiciliar *per capita* - é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos. Valores expressos em reais de setembro de 2001.

Tabela 48 - Evolução da Renda domiciliar per capita em Mato Grosso (R\$, relativos a setembro de 2001)

Ano	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Renda domiciliar	268,6	280,1	294,9	346,8	327,6	293,3	316,1	329,7	286,8	321,5	315,2

Fonte: IPEADATA

b) Grau de apropriação da renda nos diversos estratos da população.

c) Índice de Gini – que varia de 0 (ausência de desigualdade) a 1 (desigualdade máxima)

Tabela 49 - Evolução da apropriação de renda e índice de Gini em Mato Grosso (% e índice).

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Renda apropriada pelos 10% mais ricos	44,80	45,70	50,60	47,30	43,80	46,70	45,90	43,73	41,68	41,47
Renda apropriada pelos 20% mais ricos	60,30	61,90	65,40	62,70	59,50	62,00	62,20	60,01	57,97	57,50
Renda apropriada pelos 40% mais pobres	10,20	9,30	8,70	9,70	10,80	9,70	9,50	9,41	10,25	10,49
Renda apropriada pelos 10% mais pobres	1,00	0,80	0,80	1,00	1,20	0,80	0,90	1,06	1,25	1,18
Razão entre a renda dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos	2,23	1,75	1,58	2,11	2,74	1,71	1,96	2,42	3,00	2,85
Razão entre a renda dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos	5,69	5,09	4,30	5,13	6,16	5,19	5,17	5,38	6,15	6,32
Razão entre a renda dos 40% mais pobres e dos 20% mais ricos	8,46	7,51	6,65	7,74	9,08	7,82	7,64	7,84	8,84	9,12
Índice de Gini	0,5548	0,5739	0,6098	0,5762	0,5444	0,5709	0,5740	0,5489	0,5277	0,5226

Fonte: IPEADATA

d) Indigência e pobreza – indigentes são aqueles cuja renda é insuficiente para comprar uma cesta alimentar que satisfaça requisitos mínimos em termos nutricionais e pobres são aqueles cujo de rendimento nominal mensal familiar per capita não ultrapassa meio salário mínimo.

Tabela 50 - Evolução dos indicadores de pobreza e indigência em Mato Grosso (%).

Ano	Especificação		
	Indigentes	Pobres	Não pobres
1995	8,3	23,0	77,0
1996	9,4	24,5	75,5
1997	6,9	21,8	78,2
1998	6,2	20,7	79,3
1999	5,5	19,2	80,8
2001	7,0	19,9	80,1
2002	6,1	19,3	80,7
2003	6,4	21,4	78,6
2004	3,8	15,9	84,1
2005	4,8	17,0	83,0

Fonte: IPEADATA (dados da PNAD)

e) Condições de habitabilidade dos domicílios – Percentual de pessoas em domicílios com água potável canalizada, Percentual de pessoas em domicílios com instalação adequada de esgoto água potável, Percentual de pessoas em domicílios com densidade superior a 2 por dormitório.

Tabela 51 - Evolução dos indicadores de habitabilidade em Mato Grosso (%).

Ano	Água potável	Esgoto	Densidade
1995	68,3	22,9	25,0
1996	71,9	21,6	23,0
1997	75,4	34,7	25,0
1998	78,9	33,4	21,0
1999	77,7	28,2	20,0
2001	79,7	37,2	22,0
2002	81,9	46,8	19,0
2003	84,0	45,6	19,0
2004	83,3	36,7	19,0
2005	89,7	44,3	18,0

Fonte: IPEADATA

f) - Taxas de mortalidade por homicídios e acidentes de transportes

Tabela 52 - Evolução da mortalidade por homicídios e acidentes de transporte Mato Grosso (p/ cem mil hab)

ANO	População jovem masculina		População total	
	Homicídios (15 a 24 anos)	Aciden. Transp. (15 a 24 anos)	Homicídios (pop total)	Aciden. Transp. (pop total)
1994	21,97	18,65	14,06	13,35
1995	39,84	39,04	25,62	30,25
1996	65,93	39,05	29,52	29,30
1997	64,38	47,16	33,48	25,83
1998	79,63	46,65	35,68	25,22
1999	75,35	43,79	34,60	26,10
2000	98,60	55,32	39,53	28,67
2001	95,65	52,61	38,00	27,85
2002	89,51	67,67	35,89	32,60
2003	87,12	47,42	33,69	27,49
2004	ND	ND	ND	ND

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

1. Nas tabulações por faixa etária ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente.
2. Taxa de mortalidade específica: óbitos por 100.000 habitantes.

Objetivo Estratégico 2

“Aumento do nível geral de saúde”, *com as seguintes estratégias:*

1. Fortalecimento das ações de vigilância à saúde;
- 2. Fortalecimento da atenção básica à saúde;**
3. Ampliação e manutenção da regionalização e regulação da rede de assistência à saúde.

O nível de saúde da população pode ser mensurado pelos indicadores que se seguem:

a) Mortalidade infantil - Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos. Este indicador é amplamente utilizado para medir as condições de saúde pois incorpora muitas variáveis como atendimento pré e neo-natal, nutrição, saneamento, entre outros.

Tabela 53 - Evolução da mortalidade infantil em Mato Grosso (por mil nascidos vivos).

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004^[1]	2005^[2]
Taxa	26,7	25,54	24,47	23,49	22,58	21,78	21,04	18,92	17,75

Fonte: Datasus

1] Estimativa com base em dados de nascidos vivos e óbitos infantis divulgados pelo datasus

2] Dado da SES/MT (site oficial)

c) – Cobertura pelo Programa Saúde da Família

Tabela 54 – Cobertura do Programa Saúde da Família em 2006 no Estado de Mato Grosso.

Ano	Mês	Nº. de ESF credenciadas pela CIB*	Nº. de ESF no SIAB**	Nº. de ESF implantados	Cobertura populacional da SF (%)	População
2006	12	572	471	471	52,62	2.943.214

Fonte: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/>

*Comissões Intergestores Bipartite (Dirigentes da Secretaria de Estado e dos Municípios)

**Sistema de Informação da Atenção Básica

Objetivo Estratégico 3

“Ampliação da educação, com universalização da educação básica (infantil, fundamental e média) e elevação do nível e da qualidade dos ensinos médio e fundamental”, *com as seguintes estratégias:*

- 1. Reestruturação da gestão do sistema educacional.**
2. Fortalecimento da educação rural e regional
3. Melhoria da infra-estrutura da rede física escolar escolas públicas (educação infantil, fundamental e média).

Os avanços na Educação podem ser medidos com os indicadores que se seguem.

a) - Taxa de analfabetismo – são consideradas analfabetas pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever um bilhete simples

Tabela 55 – Evolução da taxa de analfabetismo em Mato Grosso (%).

Ano	Geral	Homens	Mulheres
1995	15,3	15,6	15,0
1996	11,9	10,9	13,0
1997	14,4	14,6	14,1
1998	11,2	11,4	11,1
1999	11,8	11,4	12,2
2001	11,2	11,6	10,7
2002	10,2	10,6	9,9
2003	10,7	10,9	10,5
2004	10,1	10,5	9,7
2005	9,7	9,7	9,8

Fonte: IPEADATA

b) - Acesso à escola - razão entre o número de pessoas na faixa de idade considerada que freqüentam a escola e o total de pessoas nesta faixa etária (em %). Entre as pessoas de 15 a 17 anos de idade que estão freqüentando o 2º grau, o indicador inclui também aqueles que já completaram 8 anos de estudo.

Tabela 56 – Evolução dos indicadores de acesso à escola em Mato Grosso (%).

Ano	Freqüência à Escola		Freqüência ao 2º grau	
	5-6 anos	7-14 anos	15-17 anos	15-17 anos / 2ºG
1995	53,18	91,42	61,77	18,57
1996	53,31	91,11	72,46	22,15
1997	54,48	91,05	69,39	23,88
1998	57,09	95,57	70,81	24,14
1999	59,75	93,52	75,80	28,91
2001	63,84	96,69	77,06	40,04
2002	66,38	5,59	76,86	40,84
2003	72,31	94,78	79,88	42,17
2004	73,20	96,16	75,69	48,42
2005	72,32	96,38	81,36	48,97

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

c) - Taxas de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Fundamental da rede estadual.

Tabela 57 – Evolução das taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Fundamental em Mato Grosso (%).

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1999	72.0	8.1	20.5
2000	70.1	8.0	22.5
2001	73.4	8.1	19.5
2003	69.8	8.9	22.2
2004	69.8	9.7	21.2
2005	74.2	8.5	18.2

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

d) - Taxas de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Médio da rede estadual.

Tabela 58 – Evolução das taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Médio em Mato Grosso (%).

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1999	70,7	5,6	23,7
2000	67,2	5,0	27,8
2001	68,1	7,1	24,8
2003	63,0	7,4	29,6
2004	63,3	8,0	28,7
2005	63,8	7,0	29,2

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

e) - Defasagem escolar - diferença entre o número de anos de estudo recomendado para uma pessoa em função de sua idade, e o número de anos de estudo atingido pela mesma. Esta medida foi obtida independentemente de a criança estar ou não freqüentando a escola. O indicador consiste no somatório da defasagem de todas as pessoas com idade entre 10 e 14 anos e o número total de pessoas neste mesmo segmento etário.

Tabela 59 – Evolução da defasagem escolar em Mato Grosso (%).

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Defasagem escolar (anos)	1,71	1,57	1,54	1,34	1,22	1,19	0,98	0,84	0,83	0,76

Fonte: IPEADATA

f) - Nível de aprendizagem - proficiência atingida pelos alunos na Língua Portuguesa e Matemática nas Escolas Urbanas Estaduais

Tabela 60 – Evolução da proficiência nas Escolas Urbanas Estaduais em Mato Grosso.

Assunto	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Língua Portuguesa (4ª Série EF)	172,8	171,0	155,1	149,7	159,4	165,6
Matemática (4ª Série EF)	175,3	178,7	173,9	163,3	170,7	176,1
Língua Portuguesa (8ª Série EF)	249,0	235,7	229,2	229,3	220,2	221,2
Matemática (8ª Série EF)	244,5	228,9	238,8	234,4	234,2	228,1
Língua Portuguesa (3ª Série EM)	278,5	273,5	256,5	259,3	261,6	249,6
Matemática (3ª Série EM)	259,6	262,9	270,1	271,3	262,7	254,5

Fonte: INEP/MEC Nota: o SAEB é realizado nos anos ímpares, por amostragem.

Objetivo Estratégico 4

“Fortalecimento da capacidade científica e tecnológica do Estado com ampliação dos investimentos e aumento do número de pesquisadores ativos”, com as seguintes estratégias e indicadores:

Ensino superior

1. Descentralização do ensino superior com criação de campi das universidades nos pólos regionais, priorizando os pólos de Confresa e Juina;
2. Melhoria e Fortalecimento das Universidades Públicas;
- 3. Educação a distancia para todos os níveis de educação de jovens e adultos.**

a) Acesso ao Ensino Superior

Tabela 61 – Evolução do número de matrículas e de concluintes no Ensino Superior em Mato Grosso.

Dependência administrativa / Ano	Total		Federal		Estadual		Municipal		Privado	
	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.
2000	42.681	5.476	13.697	1.673	5.684	827	184	88	23.116	2.888
2001	44.622	6.225	13.994	1.803	5.915	918	209	96	24.504	3.408
2002	52.297	7.295	13.736	1.873	5.703	899	138	0	32.720	4.523
2003	61.151	8.419	15.185	2.045	6.994	852	251	21	38.721	5.501

Fonte: INEP do Ministério da Educação.

Ciência e tecnologia

1. Expansão da infra-estrutura e da capacidade de assistência técnica às cadeias produtivas;
- 2. Articulação com o governo federal para a ampliação dos centros de formação e capacitação profissional continuada em nível técnico e superior orientada para a diversidade sócio-cultural do Estado (instalação de CEFETs nas cidades de Confresa, Pontes e Lacerda, Barra do Garças Rondonópolis, Campo Novo e Juina).**
3. Apoio aos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com prioridade para a área de biotecnologia.

a) – Matrículas e titulações em Mestrado e Doutorado

Tabela 62 – Evolução da matrícula e titulação em Mestrados e Doutorados no Estado de Mato Grosso.

Ano	Alunos novos		Alunos matriculados (em dezembro)		Alunos titulados	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
2000	114	-	261	-	66	-
2001	52	-	203	-	60	-
2002	123	-	204	-	92	-
2003	203	-	320	-	92	-

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia

Tabela 63 – Evolução dos grupos de pesquisa e sua qualificação em Mato Grosso.

Ano	2000	2002	2004
Grupos de pesquisa	30	114	171
Pesquisadores (P)	169	476	831
Doutores (D)	78	205	408
Percentual de doutores (D / P)	46,2	43,1	49,1

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

b) - Produção científica de livros e outras publicações

Tabela 64 – Evolução da produção científica de livros e outras publicações no Estado de Mato Grosso.

Período	Total de autores		Livros ou capítulos de livros publicados				Outras publicações bibliográficas	
			Livros		Capítulos de livros			
	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante
1998 a 2001	365	161	74	3	229	11	419	25
2000 a 2003	696	271	145	4	456	14	1.295	205

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil E Ministério da Ciência e Tecnologia

c) – Produção científica de artigos.

Tabela 65 – Evolução da Produção científica de artigos completos em periódicos e anais em Mato Grosso.

Período	Total de autores		Artigos completos em periódicos especializados				Trabalhos completos publicados em anais de eventos	
			Circulação nacional		Circulação internacional			
	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante
1998 a 2001	365	161	615	10	255	3	598	75
2000 a 2003	696	271	1.450	31	470	2	1.315	71

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil E Ministério da Ciência e Tecnologia

d) – Patentes solicitadas e concedidas

Tabela 66 – Evolução dos pedidos e concessões de patentes em Mato Grosso.

Tipos de patentes	2000		2001		2002		2003		2004	
	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.
Desenho industrial	3	22	1	4	5	-	1	3	1	-
Modelo de utilidade	23	2	19	-	12	1	14	-	9	-
Privilégio de invenção	15	-	10	1	12	-	13	-	12	-
Total	41	24	30	5	29	1	28	3	22	-

Fonte: Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).e Ministério da Ciência e Tecnologia

Objetivo Estratégico 5

“Formação e expansão da rede de cidades de forma controlada e sustentável, incluindo o monitoramento da geração e do aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos para geração de energia renovável e venda de crédito de carbono”, com a seguinte estratégia:

1. Melhoria das condições de habitabilidade e funcionalidade das cidades.

Os avanços neste objetivo também poderão ser mensurados pelos indicadores de condições dos domicílios (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, desagregados por município). Também pode ser avaliada com:

a) - Participação percentual das fontes renováveis no total da energia consumida no estado

Tabela 67 – Evolução da participação da biomassa e da eletricidade na estrutura do consumo final de energia em Mato Grosso

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Participação (%)	47,31	49,59	50,71	50,1	51,03	49,63	49,51	50,42	52,39

Fonte: SICME Balanço Energético, 2002/2003.

Objetivo Estratégico 6

“Ampliação do emprego e da renda da população, aumento do PIB per capita e elevação da população ocupada com carteira assinada, levando à ampliação da formalização da economia mato-grossense”. As estratégias e indicadores são:

1. Apoio aos sistemas de comercialização e distribuição da produção dos Arranjos Produtivos Locais;
2. Assistência técnica aos Arranjos Produtivos Locais para melhoria da qualidade e aumento da produtividade;
- 3. Descentralização e desconcentração regional do desenvolvimento;**
4. Capacitação de mão-de-obra e dos produtores dos Arranjos Produtivos Locais.

a) PIB, PIB per capita e taxa de crescimento do PIB

Tabela 68 – Evolução do PIB, PIB per capita e da taxa de crescimento em Mato Grosso, 1995-2003.

Anos	PIB a preços de mercado (R\$ milhões)	Taxa. de crescimento anual (%)	PIB per capita
1997	9.155	5,58	3.855
1998	9.901	7,21	4.090
1999	11.701	8,67	4.713
2000	13.428	7,84	5.297
2001	14.453	6,87	5.585
2002	17.888	9,5	6.773
2003	22.615	5,2	8.419
2004	27.935	10,6	9.514

Fonte: IBGE, SEPLAN-MT

b) - Rendimento da População Economicamente Ativa (PEA)

Tabela 69 - Evolução da distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo as classes de rendimento em Mato Grosso.

Classe de rendimento mensal de todos os trabalhadores	2001	2002	2003	2004	2005
Até 1/2 salário mínimo	3,6	5,6	4,6	2,6	5
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	15,2	17,6	17,7	17,8	18,9
Mais de 1 a 2 salários mínimos	29,8	26,5	27,6	32,1	30,9
Mais de 2 a 3 salários mínimos	15	14,4	15,1	11,7	11,8
Mais de 3 a 5 salários mínimos	10,9	11	11,4	12,5	11,1
Mais de 5 a 10 salários mínimos	7,5	7,4	5,5	6,7	6,1
Mais de 10 a 20 salários mínimos	3,2	3,2	3	2,7	1,9
Mais de 20 salários mínimos	1,4	1,4	1,1	1	0,6
Sem rendimento (1)	13,1	12	11,9	12,6	13,5
Sem declaração	0,4	0,9	2,1	0,4	0,1
Total	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefício. (2) Exclusive as pessoas sem declaração do valor do rendimento.

c) - Taxa de desocupação (desemprego) entre a PEA.

Tabela 70 – Evolução da taxa de desocupação por gênero no Estado de Mato Grosso

Especificação	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Homens	5,2	4,3	4,4	4,5	5,0	3,7	6,2
Mulheres	10,8	12,2	8,7	10,6	10,8	8,6	10,6
Total	7,4	7,4	6,0	6,8	7,1	5,7	8,0

Fonte: IBGE/PNAD

d) – Formalização das relações de trabalho (empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência).

Tabela 71 – Evolução do percentual de empregados com carteira assinada em Mato Grosso

Ano	Total	Com Carteira	com carteira (%)
2001	699 212	287 520	41,1
2002	669 254	298 779	44,6
2003	674 510	294 329	43,6
2004	789 920	354 376	44,9
2005	770 173	372 178	48,3

Fonte: PNAD/IBGE

Objetivo Estratégico 7

“Preservação do patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso, com valorização da diversidade cultural com respeito aos povos indígenas e sua contribuição para a formação da cultura mato-grossense”. As estratégias e indicadores são:

1. Fomento ao intercâmbio entre as diferentes culturas regionais em Mato

Grosso;

2. Promoção, apoio e fomento ao desenvolvimento cultural de Mato Grosso;
 3. Reconhecimento do patrimônio histórico-cultural do Estado e catalogação do patrimônio material e imaterial.
- a) – Gastos com do Governo Estadual com Cultura.

Tabela 72 - Despesa total, com cultura, do Governo Estadual, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003

Brasil, Regiões e Estados do Centro Oeste.	Despesa total (1 000 R\$)	Despesa com cultura por categoria econômica (1 000 R\$)				
		Pessoal	Outras despesas	Capital fixo	Transferências	Despesas
Brasil	746.851	609.865	580.633	53.826	98.127	-
Norte	97.301	16.931	26.212	11.842	42.317	-
Nordeste	183.766	67.625	72.487	12.814	30.840	-
Sudeste	304.132	155.256	141.866	2.052	4.958	-
Sul	84.088	39.094	36.406	4.757	3.831	-
Centro-Oeste	77.564	38.692	29.627	3.835	5.410	-
Mato Grosso do Sul	20.331	7.428	7.655	2.645	2.604	-
Mato Grosso	3.600	2.732	851	17	-	-
Goiás	14.155	5.961	7.046	1.135	13	-
Distrito Federal	39.479	22.572	14.076	38	2.793	-

Fonte: Ministério da Fazenda <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/financas/>.

Objetivo Estratégico 8

“Conservação do meio ambiente e da biodiversidade (preservação e manutenção) uso e manejo sustentável dos recursos naturais (solo, água, minerais e bióticos em áreas de conservação) com diminuição das pressões antrópicas, especialmente sobre a floresta”. As estratégias e indicadores são:

1. Fomento e disciplinamento do uso sustentável dos recursos naturais de Mato

Grosso;

2. Promoção da educação ambiental formal e não formal;
3. Manutenção e controle das Unidades de Conservação.
4. Promoção do uso e manejo sustentável de solos e águas em bacias hidrográficas

a) - Percentual de áreas protegidas em relação ao Estado

Tabela 73 - Distribuição das áreas protegidas do Estado de Mato Grosso em 2004.

Tipos de Unidades	Área (ha)	Proporção do Estado (%)
Unidades de Conservação Municipais	2.061.946,41	2,27
Unidades de Conservação Estaduais	2.571.633,80	2,84
Unidades de Conservação Federais	2.718.618,36	3,00
Áreas Indígenas	12.000.000,00	13,23
Área total protegida	19.352.198,57	21,34
Área total do estado	90.680.600,00	100,00

Fonte SEMA / CUCCO – MT.

b) Áreas protegidas por Bioma do Estado

Tabela 74 - Distribuição das áreas protegidas pelo s biomas de Mato Grosso em 2007.

Biomass no Estado de Mato Grosso	Área dos Biomass no Estado (ha)	Relação entre as áreas dos biomass e do Estado (%)	Áreas das UC's nos Biomass (Ha)	Relação entre as áreas das UC's e dos Biomass (%)
Floresta Amazônica	49.053.882,81	54,10	2.406.025,60	4,90
Cerrado	36.326.680,81	40,06	2.473.094,55	6,81
Pantanal	4.938.865,40	5,45	683.471,46	13,84
TOTAL	90.680.600,00	100,00	5.562.591,61	6,13

Fonte: SEMA / CUCO – MT.

Objetivo Estratégico 9

“Redução do ritmo de desmatamento e recuperação do passivo ambiental e das áreas degradadas dos biomas de Mato Grosso”, com as seguintes estratégias e indicadores:

1. Melhoria dos instrumentos de monitoramento, fiscalização e controle do meio ambiente e das atividades econômicas, com apoio internacional;
2. Reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas de valor econômico visando à geração de crédito de carbono.

a) Taxa de desflorestamento bruto, expressa (km² por ano).

Tabela 75 – Evolução do desmatamento em Mato Grosso.

Ano	Área (Km²)
2001	12.269,12
2002	7.959,66
2003	18.594,59
2004	18.151,28
2005	15.430,84

Fonte: SEMA / MT

b) Participação de Mato Grosso no número de focos de calor do Brasil.

Tabela 76 – Evolução dos focos de calor em Mato Grosso e no Brasil.

Ano	Nº de Focos (Mato Grosso)	Nº de Focos (Brasil)	Nº de focos MT/Br (%)
1998	34.647	123.904	27,96
1999	44.312	134.608	32,92
2000	24.870	99.441	25,01
2001	33.049	145.568	22,70
2002	58.457	234.370	24,94
2003	55.346	210.943	26,24
2004	75.414	232.621	32,42
2005	49.363	225.665	21,87
2006	25.175	117.320	21,46

Fonte: SEMA – MT.

Objetivo Estratégico 10

“Democratização e aumento da eficiência da gestão pública do Estado e dos municípios e da excelência dos serviços públicos prestados à sociedade, com base na melhoria da estrutura do Estado e controle sistemático dos recursos governamentais”. As estratégias e indicadores são:

1. Intensificação do combate à corrupção nos serviços públicos.
- 2. Implantação de modelo de gestão apoiado na definição, consecução e avaliação de metas e indicadores;**
3. Profissionalização da gestão pública do Estado;
4. Promoção da participação da sociedade na gestão pública e Ampliação da transparência da gestão pública.

a) - Equilíbrio fiscal – Relação entre o total da despesa orçamentária e o total da receita orçamentária realizadas no exercício.

Tabela 77 – Evolução da Relação entre Receita e despesa em Mato Grosso

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Índice	0,973	1,029	1,017	1,009	0,998	1,004	1,0192

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre (2006).

b) - Eficácia tributária – Comparação entre o ICMS efetivo (realizado) no exercício e o estimado por setor ou cadeia produtiva com base no crescimento da sua produção/consumo/faturamento, a variação de preços pelo IGP – DI, a alíquota média, subtraindo as renúncias e créditos e a evasão estimada.

Tabela 78 – Evolução da Eficácia Tributária em Mato Grosso

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Eficácia Tributária (%)	66,00	63,00	63,00	63,00	64,00	67,00	69,70

Fonte: SEFAZ – MT.

c) Previsão e realização de receita orçamentária (Receita total realizada/receita total orçada).

Tabela 79 – Evolução da realização da receita prevista em Mato Grosso

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita realizada (%)	94,00	103,70	111,00	114,98	114,54	103,34	91,01

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006.

d) Resultado primário - Diferença entre o total da receita fiscal e da despesa fiscal (excluindo o serviço da dívida) em relação ao total da receita corrente líquida estadual.

Tabela 80 – Evolução do Resultado Primário em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Resultado Primário (%)	14,90	7,25	14,68	15,88	14,47	13,57	14,11	10,15

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

- d) Juros líquidos da dívida pública estadual - Total da despesa com os juros da dívida pública (contratual e fundada) / total da receita corrente líquida estadual.

Tabela 81 – Evolução dos juros líquidos da dívida pública estadual em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Juros da dívida (%)	9,21	9,25	8,50	9,77	7,84	6,29	7,41	8,33

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

- e) Resultado nominal - Diferença entre o resultado primário e os juros da dívida/total da receita corrente líquida estadual. É o valor restante para amortização do principal da dívida, impedindo seu crescimento exponencial ao pagar apenas os juros.

Tabela 82 – Evolução do Resultado nominal em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Resultado Nominal (%)	5,69	2,00	6,18	6,11	6,63	7,28	6,70	1,82

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

- f) Amortização do principal da dívida pública estadual - Relação entre o total da despesa com amortização do principal da dívida pública em todos os contratos e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela 83 – Evolução dos gastos com amortização da dívida pública em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Gastos com amortização da dívida (%)	5,38	5,52	5,21	4,47	7,65	8,48	8,70	6,05

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

g) Resultado operacional – Relação ente o superávit gerado após o pagamento de todas as despesas financeiras e não-financeiras e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela 84 – Evolução do resultado operacional em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Resultado Operacional (%)	0,31	7,52	0,97	1,64	1,45	1,20	1,99	4,23

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

h) Despesas com pessoal – Relação entre o total da despesa com pessoal dos três poderes do Estado, incluindo servidores efetivos, comissionados, em estágio probatório, interinos, temporários, estagiários e terceirizados, inativos e pensionistas estaduais e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela 85 – Evolução da relação entre as despesas de pessoal e a receita corrente líquida em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Despesas com pessoal (%)	58,70	60,63	50,35	51,05	53,45	47,12	50,59	54,43

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

l) Serviço da dívida – Relação entre o valor total pago pelo Estado a título de juros, encargos e a amortização da dívida pública e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela 86 – Evolução dos serviços da dívida em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Serviço da dívida (%)	4,59	14,77	3,71	14,24	15,62	14,77	16,11	14,38

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

j) Montante da dívida fundada - Relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a Receita Corrente Líquida anual, que deve situar-se em 2 segundo a resolução 40 de 09/04/2001 do Senado federal. Os valores apresentados aqui se referem à dívida fundada ou contratual nos respectivos anos.

Tabela 87 – Evolução da dívida fundada em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Dívida fundada	2,36	2,55	2,39	2,42	2,15	1,56	1,34	1,00

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005), RREO 6º bimestre/ 2006 e www.stn.fazenda.gov.br

k) Renúncia fiscal estimada - total de receita de ICMS que o Estado deixa de recolher pela concessão de incentivos a setores específicos da economia ou cadeias produtivas (programas de incentivo, crédito outorgado, isenções, alíquota zero, crédito presumido, redução da base de cálculo) como instrumento de política econômica.

Tabela 88 – Evolução da renúncia fiscal em Mato Grosso (milhões de Reais)

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Renúncia fiscal	368,00	579,00	738,00	885,00	863,00	746,00

Fonte: SEFAZ - MT

l) Participação da renúncia fiscal estimada na receita tributária estadual – Relação entre o total de renúncia fiscal estimada pelos incentivos concedidos por setor e o total da receita de ICMS estadual.

Tabela 89 – Evolução da relação entre a renúncia fiscal e a receita de ICMS em Mato Grosso.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Relação entre renúncia e receita de ICMS (%)	27,00	31,00	31,00	35,00	26,00	23,00

Fontes: SEFAZ – MT, LDO 2004, e Balanços Gerais do Estado (1999-2005).

m) Autonomia tributária do Estado - Relação receita tributária do Estado e o total da receita estadual.

Tabela 90 – Evolução da autonomia tributária em Mato Grosso.

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Autonomia Tributária (%)	53,05	62,51	53,07	63,76	65,84	66,63	63,94	63,20

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

n) Despesa de investimento – Relação entre as despesas de investimento e a receita corrente líquida.

Tabela 91 - Evolução da relação entre os investimentos e a receita corrente líquida em Mato Grosso

Ano / Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Investimentos	129	200	250	311	484	605	546
Receita Corrente Líquida	1.856	2.100	2.513	2.274	2.831	3.407	3.746
Percentual de Participação	6,95	9,52	9,95	13,68	17,10	17,76	14,58

Fonte: Balanço Geral do Estado – Relatório do Contador. Sistematização SEPLAN – MT. Em milhões de reais

Objetivo Estratégico 11

“Ampliação da infra-estrutura econômica e da competitividade da economia mato-grossense”, com as seguintes estratégias e indicadores:

1. **Expansão e recuperação da malha rodoviária do Estado (Estradeiro);**
2. Articulação com o Governo federal para a recuperação e ampliação do sistema multimodal de transportes;
3. Articulação com o Governo federal para o aumento de produção e distribuição de energia elétrica;
4. Estímulo à diversificação das fontes de energia.

a) Participação de Mato Grosso na formação do PIB do Brasil e do Centro-Oeste

Tabela 92 – Evolução da participação de Mato Grosso na composição do PIB do Centro Oeste e do Brasil.

ANO	PIB MT/PIB BR (%)	PIB MT/PIB CO (%)
2001	1,21	16,75
2002	1,33	17,85
2003	1,45	19,47
2004	1,58	21,05

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Objetivo Estratégico 12

“Redução da vulnerabilidade externa da economia com o declínio da participação das exportações de produtos “in natura” na economia estadual (percentual do PIB) e ampliação da participação de bens manufaturados na pauta de exportação mato-grossense”. As estratégias e indicadores são:

1. Consolidação das exportações dos produtos do agronegócio mato-grossense;
2. Promoção da exportação de produtos diversificados e de valor agregado

a) Participação do valor exportado por MT no total exportado pelo Brasil

Tabela 93 – Evolução do valor exportado no Brasil e em Mato Grosso.

Ano	Brasil (U\$ milhões)	Mato Grosso (U\$ milhões)	MT/BR (%)
2000	55.086,00	1.033	1,9
2001	58.222,64	1.396	2,4
2002	60.361,79	1.796	3,0
2003	73.084,14	2.186	3,0
2004	96.475,22	3.102	3,2
2005	118.309,00	4.152	3,5
2006	137.500,00	4.333	3,2

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano

b) Participação das exportações no PIB estadual

Tabela 94 – Evolução da participação das exportações no PIB de Mato Grosso.

Ano	PIB a preços de mercado (R\$ milhões)	Exportações (R\$ milhões)	Exportações/PIB (%)
2000	13.428	1.890,52	14,08
2001	14.453	3.283,10	22,72
2002	17.888	5.263,29	29,42
2003	22.615	6.714,78	29,69
2004	27.935	9.075,19	32,49

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL. Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano

c) Exportações per capita.

Tabela 95 – Evolução das exportações per capita em Mato Grosso (U\$/Hab).

Ano	População (mil)	Exportação (U\$ mil)	U\$/Hab
2000	2.504,35	1.033.354,00	412,6
2001	2.560,54	1.395.758,00	545,1
2002	2.604,72	1.795.792,00	689,4
2003	2.651,31	2.186.158,00	824,6
2004	2.759,13	3.101.887,00	1.124,2
2005	2.803,27	4.151.611,00	1.481,0
2006	2.857,00	4.333.376,00	1.516,8

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL. Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano

d) Grau de concentração da pauta de exportações (2004)

Tabela 96 – Distribuição dos produtos na pauta de exportações em Mato Grosso.

Principais Produtos	U\$ FOB	Participação (%)
Outros grãos de soja, mesmo triturados.	1.367.928.389,00	44,09
Bagações e outros resíduos sólidos, da extração de óleo.	706.860.581,00	22,78
Óleo de soja em bruto, mesmo degomado.	239.647.093,00	7,72
Algodão simplesmente debulhado, não cardado.	214.600.354,00	6,92
Outros	573.467.825,00	18,49
Total estadual	3.102.504.242,00	100,00

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano

Objetivo Estratégico 13

“Diversificação da estrutura produtiva e adensamento das cadeias produtivas com ampliação da participação da indústria na economia estadual”. As estratégias e indicadores são:

Indústria e comércio

1. Estímulo ao beneficiamento da produção de grãos com agregação de valor;
2. Estímulo ao beneficiamento da produção agroflorestal com agregação de valor;
- 3. Estímulo ao beneficiamento da produção da pecuária de corte com agregação de valor, destacando a instalação de frigoríficos para produção de carnes especiais e embutidos e de planta industrial para curtumes, artefatos de couro e calçados, e carcaças, inclusive de pescado;**

Agricultura

- 1. Verticalização das atividades do agronegócio empresarial e familiar;**
2. Regularização fundiária com titulação das terras no Estado;
3. Fortalecimento da agricultura familiar e da pequena agroindústria.

Turismo

1. Ampliação e melhoria da infra-estrutura de turismo e dos serviços de apoio ao turismo no Estado.

a) Composição do valor adicionado bruto a preço básico.

Tabela 97 – Evolução da Participação dos setores no valor adicionado em Mato Grosso.

Atividades Econômicas	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Agropecuária	18,82	17,58	21,60	26,83	24,53	29,85	36,29	40,82
Indústria de transformação	9,26	9,12	9,15	9,87	10,47	11,12	11,74	10,20
Outras atividades	71,92	73,30	69,25	63,30	65,00	59,03	51,97	48,98

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO

Até a elaboração do Plano Plurianual 2004/2007, o Estado de Mato Grosso utilizava as mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o planejamento, observando-se alguma variação na distribuição dos municípios, provavelmente para incorporar a dimensão política. Esta regionalização era normativa para a elaboração dos instrumentos de planejamento, particularmente os orçamentos anuais.

As mesorregiões definidas pelo IBGE já não conseguiam dar resposta à extensão do Estado e às mudanças territoriais ocorridas, indicando a necessidade de uma revisão. Portanto, a partir da elaboração do PPA 2004/2007, foi adotada para o planejamento e os instrumentos legais a regionalização produzida pelos estudos do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico de Mato Grosso - ZSEE.

O ZSEE definiu as regiões de planejamento ao longo do processo de definição das Unidades Sócio-Econômicas-Ecológicas – USEE, para as quais foram considerados os modos de uso e ocupação, de organização da produção e os graus diferenciados de consolidação das atividades econômicas e os componentes da base natural. A estes critérios foram adicionados os estudos da hierarquia urbana, resultando nas Regiões de Influência.

Para a utilização dessas regiões nos instrumentos de planejamento (que exigem limites administrativos), foi realizado um ajuste incorporando os limites dos municípios, considerando-se que o município pertencia à região onde estava localizada a sua sede. Os municípios se distribuem nas Regiões de Planejamento da forma que se segue:

Região I e II

0100	REGIÃO I	0200	REGIÃO II
0101	Juina (Cidade Pólo)	0201	Alta Floresta (Cidade Pólo)
0102	Castanheira	0202	Nova Bandeirantes
0103	Juruena	0203	Apiacás
0104	Cotriguaçu	0204	Nova Monte Verde
0105	Aripuanã	0205	Paranaíta
0106	Colniza	0206	Carlinda
0107	Rondolândia	0207	Nova Canaã do Norte
		0208	Colíder
		0209	Nova Santa Helena
		0210	Terra Nova do Norte
		0211	Novo Mundo
		0212	Guarantã do Norte
		0213	Matupá
		0214	Peixoto de Azevedo
		0215	Nova Guarita

Região III e IV

0300	REGIÃO III	0400	REGIÃO IV
0301	Vila Rica (Cidade Pólo)	0401	Barra do Garças (Cidade Pólo)
0302	Santa Terezinha	0402	Querência
0303	Confresa	0403	Ribeirão Cascalheira
0304	Porto Alegre do Norte	0404	Canarana
0305	Santa Cruz do Xingu	0405	Nova Nazaré
0306	São José do Xingu	0406	Água Boa
0307	Cana-Brava do Norte	0407	Cocalinho
0308	Alto Boa Vista	0408	Campinápolis
0309	São Félix do Araguaia	0409	Nova Xavantina
0310	Serra Nova Dourada	0410	Novo São Joaquim
0311	Bom Jesus do Araguaia	0411	Araguaiana
0312	Novo Santo Antônio	0412	General Carneiro
0313	Luciara	0413	Pontal do Araguaia
		0414	Torixoréu
		0415	Ribeirãozinho
		0416	Ponta Branca
		0417	Araguainha

Região V e VI

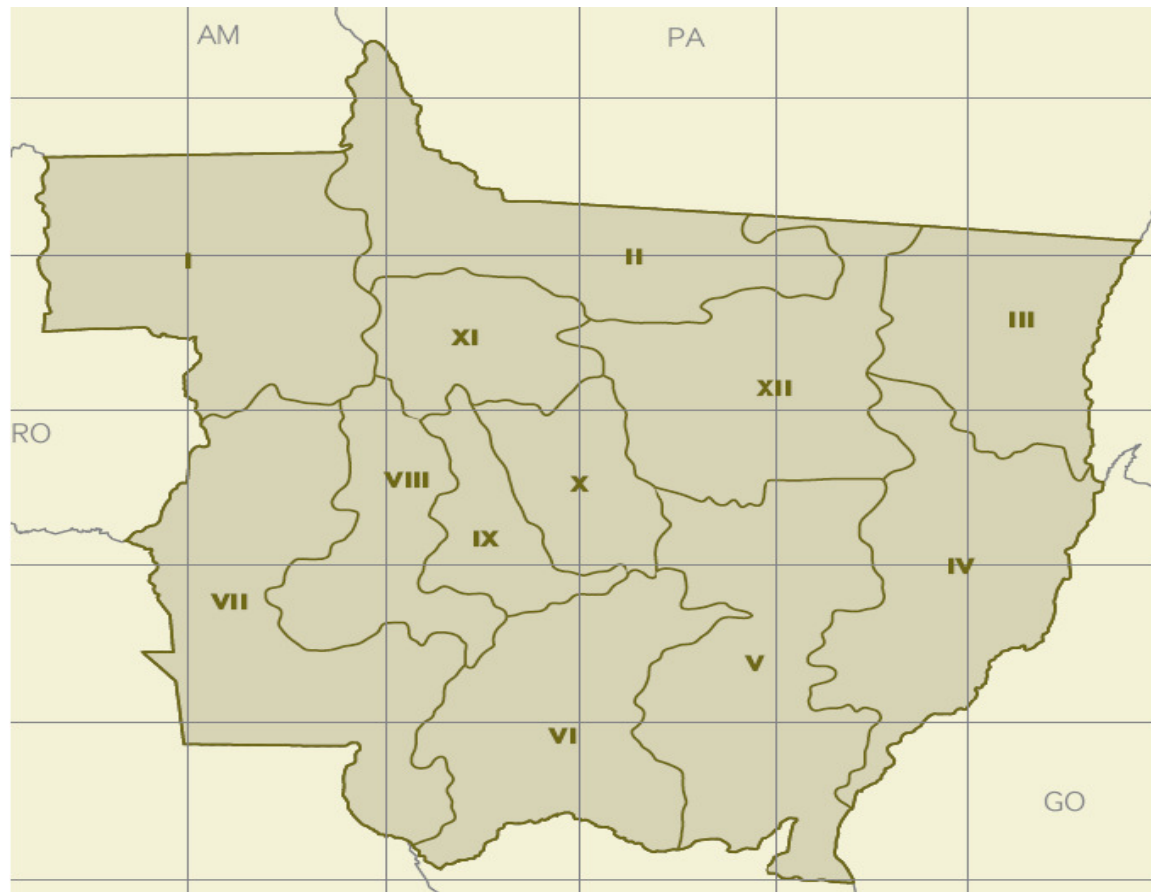
0500	REGIÃO V	0600	REGIÃO VI
0501	Rondonópolis (Cidade Pólo)	0601	Cuiabá (Cidade Pólo)
0502	Gaúcha do Norte	0602	Várzea Grande
0503	Paranatinga	0603	Nobres
0504	Santo Antônio do Leste	0604	Rosário Oeste
0505	Campo Verde	0605	Acorizal
0506	Primavera do Leste	0606	Jangada
0507	Dom Aquino	0607	Planalto da Serra
0508	Poxoréo	0608	Nova Brasilândia
0509	Tesouro	0609	Chapada dos Guimarães
0510	Jaciara	0610	Nossa Senhora do Livramento
0511	São Pedro da Cipa	0611	Santo Antônio do Leverger
0512	Juscimeira	0612	Barão do Melgaço
0513	Pedra Preta	0613	Poconé
0514	Guiratinga		
0515	São José do Povo		
0516	Alto Garças		
0517	Itiquira		
0518	Alto Araguaia		
0519	Alto Taquari		

Região VII e VIII

0700	REGIÃO VII	0800	REGIÃO VIII
0701	Cáceres (Cidade Pólo)	0801	Tangará da Serra (Cidade
0702	Porto Esperidião	0802	Pólo)
0703	Mirassol D'Oeste	0803	Porto Estrela
0704	Glória D'Oeste	0804	Barra dos Bugres
0705	São José dos Quatro Marcos	0805	Nova Olímpia
0706	Curvelândia	0806	Denise
0707	Araputanga	0807	Santo Afonso
0708	Indiavaí	0808	Campo Novo do Parecis
0709	Figueirópolis D'Oeste		Brasnorte
0710	Lambari D'Oeste		
0711	Rio Branco		
0712	Salto do Céu		
0713	Reserva do Cabaçal		
0714	Jauru		
0715	Vale de São Domingos		
0716	Pontes e Lacerda		
0717	Vila Bela da Santíssima		
0718	Trindade		
0719	Conquista D'Oeste		
0720	Nova Lacerda		
0721	Comodoro		
0722	Campos de Júlio		
	Sapezal		

Região IX / X / XI e XII

0900	REGIÃO IX	1000	REGIÃO X
0901	Diamantino (Cidade Pólo)	1001	Sorriso (Cidade Pólo)
0902	Alto Paraguai	1002	Nova Mutum
0903	Nortelândia	1003	Santa Rita do Trivelato
0904	Arenápolis	1004	Lucas do Rio Verde
0905	Nova Marilândia	1005	Tapurah
0906	São José do Rio Claro	1006	Ipiranga do Norte
0907	Nova Maringá	1007	Itanhangá
1100	REGIÃO XI	1200	REGIÃO XII
1101	Juara (Cidade Pólo)	1201	Sinop (Cidade Pólo)
1102	Porto dos Gaúchos	1202	Nova Ubiratã
1103	Novo Horizonte do Norte	1203	Feliz Natal
1104	Tabaporã	1204	Vera
		1205	Santa Carmem
		1206	Cláudia
		1207	União do Sul
		1208	Itaúba
		1209	Marcelândia
9900	TODO ESTADO		



Referências Bibliográficas

- CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça.** A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. Série IPEA, 148.
- CHERGIJ, Carlos.** Soluções para os Gargalos (A Crise Evitou um Colapso). REVISTA EXAME – “Guia 2005”. – Agronegócio. Editora Abril. Agosto de 2005
- CNT** – Confederação Nacional do Transporte – Pesquisa Rodoviária 2005 (<http://www.cin.org.br>). CNT. 2004.
- CONJUNTURA E PLANEJAMENTO.** Da Porteira para dentro e para fora, agronegócio brasileiro em crise? Salvador: SEI, n. 148, 2006.
- CONAB.** Acompanhamento da Safra Brasileira: grãos: décimo levantamento, julho/2007, CONAB, Brasília, 2007.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEPLAN – BIRD – PRODEAGRO (Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso)** – Zoneamento Sócio-econômico do Estado de Mato Grosso – Proposta e Minuta de Projeto de Lei. SEPLAN. Cuiabá. 2004.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO/SEPLAN/CNEC/BID** – “Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico do Estado de Mato Grosso – Relatório Técnico” – Cuiabá – Agosto de 2004
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, MT + 20.** Estudo Retrospectivo. Abril/2006.
- IBGE** – Censo Demográfico. IBGE. Rio de Janeiro. Vários Anos.
- IBGE** – Contas Nacionais. IBGE. Rio de Janeiro. Vários Anos.
- IBGE** – Geografia do Brasil – Volume 1: Centro-Oeste. IBGE. Rio de Janeiro. 1989.
- IBGE** – PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios. IBGE. Rio de Janeiro.
- IBAMA** – site www.ibama.gov.br
- IMPERATRIZ FONSECA, Vera; e DOV POR, Francis** – “Ecossistemas” - sem data, site www.mre.gov.br
- IMPERATRIZ FONSECA, Vera; DOV POR, Francis; e LENCIONI NETO, Frederico** – “Economia do Pantanal” - sem data, site www.mre.gov.br
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundação Joaquim Nabuco.** Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil. Relatório Final. Recife: IPEA/FUNDAJ/ECONO, jul., 1997.
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – SECEX. Brasília. Vários Anos.**
- Ministério da Integração Nacional** – “Documento Básico de Recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)” - Brasília. 2004
- MMA - Ministério do Meio Ambiente** – “Agenda 21 Brasileira Encontro Regional do Centro-oeste” – Brasília – Novembro de 2001
- MMA - Ministério do Meio Ambiente** – “Agenda 21 Brasileira - Bases para Discussão” – MMA/PNUD – Brasília – 2000

NOVAES, Washington; RIBAS, Otto – “Visões do Centro-oeste sobre a Agenda 21 Brasileira” – MMA-Ministério do Meio Ambiente - Encontro Regional do Centro-oeste – Brasília – Novembro de 2001

MONTEIRO NETO, Aristides de; MAIA GOMES, Gustavo – “Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação” - IPEA. Texto para Discussão n. 712. Brasília. 2000.

OECD – FAO. Agricultural Outlook 2007- 2016. Relatório sobre as Perspectivas agrícolas da OAA da OCDE: 2007-2016, OECD, 2006.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de – “Fundo Constitucional do Centro-Oeste/FCO – Avaliação do Desempenho Econômico – Período 1990-2001” – SCO-Ministério da Integração Nacional – Brasília - 2002

PNUD-IPEA-FJP-IBGE – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. PNUD. Brasília. 2003.

SENAI – Perfil Competitivo do Estado de Mato Grosso – Mercoeste – Mato Grosso. Brasília. Projeto Alavancagem do Mercoeste. 2002.

SENAI – Perfil Competitivo do Mercoeste. SENAI/DN. Brasília. 2003.

SEPRE – Secretaria Especial de Políticas Regionais e IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste (PLANOESTE). Brasília. 1999.

VASCONCELOS, José Romeu de. Matriz do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços. Texto para Discussão n. 817. IPEA. Brasília. 2001.